



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Missa em homenagem ao Dia do Trabalhador

São Bernardo do Campo-SP, 1º de maio de 2006

Eu quero, primeiro, agradecer ao padre Roberto Alves Marangon, que quebrou, de certa forma, o protocolo que estava na minha cabeça, porque eu tinha dito aos meus companheiros que não queria falar hoje, porque nesta semana eu falei demais. Nesta semana eu tive que falar na sexta-feira, ontem eu fiz um pronunciamento.

Mas eu queria dizer para vocês da alegria de poder participar, outra vez, de um 1º de Maio aqui, na região do ABC. Para os jornalistas que são jovens, as jornalistas, para as pessoas que estão aqui nesta Igreja, que são jovens, eu queria lembrar que o nosso primeiro grande 1º de Maio se deu em 1979, ali na Praça da Prefeitura, com a presença de duas figuras extremamente importantes. Uma, hoje é o nosso cardeal dom Cláudio Hummes e a outra o eterno poeta brasileiro, Vinícius de Moraes. Foi um ato marcante.

E, depois, o segundo ato marcante de 1º de Maio, aqui, que muitos de vocês participaram, sobretudo os que têm um pouco mais de idade, eu não pude participar porque estava preso, mas a minha família participou, a minha mulher e muitas mulheres que estão aqui participaram de um famoso 1º de Maio em que a polícia militar não queria permitir que houvesse nenhuma manifestação aqui. Terminou que o número de pessoas era muito maior do que o número de policiais e, ao invés da polícia cercar o povo, o povo cercou a polícia. E o general Braga, que estava de helicóptero, sobrevoando essa área, teve que admitir que tinha que bater em retirada e deixar o povo fazer o 1º de Maio. E o povo não queria nada, a não ser fazer uma caminhada, dar a volta no Paço Municipal, entrar no Estádio da Vila Euclides, que tinha sido tomado pela polícia militar e pelo menos olhar a grama, que era o palco de tantas e tantas



manifestações.

Bem, de lá para cá, nós temos feito todo ano um 1º de Maio. Todo ano eu estou presente aqui e pretendo continuar estando, enquanto tiver a Missa do 1º de Maio. E queria dizer para vocês que é o momento de fazermos uma reflexão sobre o que aconteceu em todo esse período. Afinal de contas, de 79 para cá já faz 27 anos. Possivelmente uma grande parte das pessoas que estejam aqui não tenha ainda 27 anos, outra era tão jovem que não lembra de nada, e tem uma minoria, representada aqui por mim, que participou de todo esse processo.

E é importante a gente analisar o que aconteceu neste mundo, nesses últimos 27 anos. Há 27 anos atrás, nós tínhamos regimes autoritários implantados em quase todos os países da América do Sul, quase todos, do Chile ao Peru. E, hoje, o que nós percebemos é que nós conquistamos a democracia em todos os países da América do Sul. E estamos percebendo que há um processo enorme de revitalização das instituições democráticas e que, em cada país, o povo continua e, na verdade, o povo está conquistando espaços extremamente importantes com sua participação na vida do país.

Também nesses 27 anos e é importante, sobretudo os trabalhadores que estão aqui presentes, lembrarem que nós ficamos os anos 80 e os anos 90, praticamente 20 anos, chorando o desemprego aqui, nesta região. A indústria automobilística, empresas como a Volkswagen, que chegaram a ter 44 mil trabalhadores, durante todos os anos 80 e 90, essas empresas foram mandando trabalhadores embora, até hoje, possivelmente, a Volks ter 17, a Ford ter um pouco, a Mercedes outro pouco, mas longe daquilo que nós tínhamos na década de 80 e na década de 90.

E é muito mais importante estar aqui com a presença do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Feijóo, do ex-presidente Vicentinho, do ex-presidente Guiba, do ex-presidente do Sindicato, presidente da CUT, hoje ministro do Trabalho, Marinho, porque toda essa geração acompanhou a



evolução das conquistas que nós tivemos nesses últimos tempos. E se a gente medir as conquistas que nós tivemos com o sonho que nós temos, nós vamos chegar à conclusão de que ainda estamos muito longe de realizar os nossos sonhos, mas nós vamos chegar à conclusão de que o pesadelo já diminuiu de forma extraordinária.

Ao colocarem esta cruz, falando do desemprego, e depois colocarem esta bandeira mostrando as alternativas, a gente entende bem o que está acontecendo no movimento social neste país, o movimento social que vem galgando conquistas, passo a passo. Eu me lembro da minha relação histórica com o movimento dos sem-teto neste país, de mais de 30 anos, e depois de 13 anos de lutas nós conseguimos aprovar, no Congresso Nacional, no ano passado, o Fundo de Habitação Social. Colocamos 1 bilhão de reais e agora tomamos a decisão de começar a acabar com as palafitas em todo o país, que é o processo de degradação maior da habitação de um ser humano. Quem conhece uma favela e não conhece uma palafita não sabe o que é condição péssima de moradia.

Da mesma forma que nós estamos, gradativamente, recuperando o salário mínimo. O aumento deste ano, graças ao trabalho do ministro Luiz Marinho, que estabeleceu um consenso com as Centrais Sindicais, foi extremamente importante, não só pelo valor nominal, mas pelo poder de compra que o salário mínimo tem hoje. Vocês são testemunhas vivas, não precisa eu estar aqui dizendo, que nós estamos comprando alimento muito mais barato, que nós estamos comprando material de construção muito mais barato, que nós estamos podendo, agora, fazer aquele puxadinho na casa da gente, que fazia anos que a gente queria fazer e não conseguia. Esses dias eu fiquei emocionado porque eu vi um trabalhador pegar um filé e dizer: “eu nunca comi um filé na minha vida e agora estou podendo comer um filé”. Lógico que ele não pode comer um filé por ano, o ideal é que ele possa comer filé todos os



dias. Todos os dias, não, também porque enjoa, mas que ele tenha condições de comprar.

De forma que eu ainda quero estar aqui no 1º de Maio do ano que vem, do outro, mais uns trinta 1º de Maio chegando aqui, alguém me carregando, me trazendo aqui, porque eu acho que eu vou viver mais uns 30 anos. Se Deus quiser e vocês ajudarem, eu vou viver.

Mas eu queria dizer para vocês que este é um 1º de Maio em que eu estou feliz. É um 1º de Maio em que eu fico medindo as coisas... Eu vi essas meninas com essas peneiras e eu fico me lembrando que quando nós tomamos posse o dinheiro que se gastava com a agricultura familiar era de apenas 2 bilhões e 400 milhões de reais. Este ano nós vamos investir 9 bilhões de reais na agricultura familiar, que está recuperando a possibilidade de geração de postos de trabalho como ninguém. Há um mês atrás tomamos uma medida que, talvez quem mora aqui em São Bernardo, não tenha clareza, mas nós fizemos uma lei que permite que todos os produtores rurais que produzam suas coisas, a sua cuca, o seu pão, sua lingüiça possam vender em qualquer parte do Brasil, porque antes eles só podiam vender dentro da sua cidade. Agora eles vão poder vender pelo Brasil inteiro e isto vai ajudar enormemente a agricultura familiar – que tem crédito disponibilizado – e a parte mais pobre. O governo tem comprado a comida para que a gente possa ter uma reserva na Conab.

Estou satisfeito porque estamos desenvolvendo mais o Nordeste brasileiro e o Norte do país, e estou satisfeito porque faz 39 meses consecutivos que nós temos saldo positivo de geração de empregos, em uma média de 95 mil empregos contabilizados até agora. Isso, contando empregos apenas da Indústria, apenas os empregos no comércio, do setor privado, não está se contando o setor público e nem o emprego informal. Eu fico feliz porque, quando eu vejo aqui a Unisol, o que nós estamos fazendo para as cooperativas neste país... e eu pensava, logo que eu ganhei as eleições, que a



gente iria fazer a legislação das cooperativas e elas iriam surgir aos milhares. Aí eu descobri que não é assim. Eu descobri que criar cooperativas é que nem esperar uma criança dar os seus primeiros passos. Uma cooperativa só dá certo se vier de baixo para cima, se os cooperados tiverem consciência de que precisam se organizar em cooperativa.

Estão aqui os nossos companheiros, coordenadores do microcrédito, nunca foi disponibilizado tanto dinheiro para microcrédito neste país. Nunca. E o crédito consignado que permitiu que milhões de brasileiros pudessem ter acesso a um dinheirinho, no final do ano, para dar um presente, para viajar.

De forma que eu acho que as coisas estão andando. Eu digo todo dia para a minha mulher, digo para a minha consciência que o que importa, como Presidente da República, o legado maior que eu posso ter na minha vida, quando terminar o meu mandato, não é ter um pôster numa parede de algum lugar, é poder continuar visitando os lugares que eu sempre visitei, é poder continuar vindo aqui, na Missa do 1º de Maio, é poder continuar conversando com meus companheiros trabalhadores e trabalhadoras, é continuar podendo visitar o meu sindicato de cabeça erguida, com a consciência tranqüila do dever cumprido.

Vocês acompanham o dia-a-dia da política brasileira. Vocês sabem que quando eu cheguei à Presidência da República tomei uma decisão de nunca ficar nervoso, de nunca perder a calma, porque o Presidente da República é que nem o avô, não é nem pai, o pai tem o direito de ficar nervoso com o filho, mas o avô não, o avô tem que estar sempre mais tranqüilo, dando conselho para o pai ou para a mãe.

E eu estou vendo algumas pessoas nervosas, irritadas, xinga para cá, xinga para lá, e eu não respondo, porque eu acho que o julgamento dessa gente, e o meu julgamento, não pode ser feito pelo baixo nível da disputa, pela imprensa, tem que ser feita pelo comportamento do povo. São vocês que vão julgar quem é quem na política brasileira.



Por isso eu quero, mais uma vez, dizer a vocês: saio, vou hoje à tarde para Brasília, com a minha cara-metade, vou com a consciência tranqüila de que cumpri com o meu dever de estar junto com meus companheiros, alguns de muito tempo. Aqui, quando eu entrei, eu vi companheiros da porta da Volkswagen, da porta da Mercedez, da porta da Ford, da porta da Brastemp, alguns mais bonitos que eu, outros mais feios do que eu. Mas não tem problema, a vida é assim mesmo, a vida vai nos conduzindo.

O importante é que estejamos com a nossa cabeça arejada e que saibamos o que nós temos que construir, ainda, para este país. As mulheres, no dia 8 de março, nós mandamos para o Congresso Nacional uma consertação, garantindo que a mulheres empregadas domésticas, que as empregadoras possam registrar em carteira profissional a empregada doméstica, e o equivalente ao pagamento que ela vai fazer, da parte do empregador, ela pode deduzir do Imposto de Renda, porque a nossa relação com a empregada não pode ser uma relação de irmã, de companheira, é melhor ter uma relação profissional, é melhor que a gente garanta à empregada que tenha a carteira profissional assinada, que tenha horário de trabalho, porque toda vez que a gente fala: “ah, não, ela é que nem minha irmã, ela é que nem minha filha”, mas ela não está no testamento final. Então, é importante a gente cuidar disso com respeito, com carinho.

No mais, eu queria dizer para vocês: eu, que comecei aqui, nesta Igreja, em 1978, com o padre Adelino, e esses dias encontrei o padre Adelino, ele está numa região, lá para o lado de Guaribas. Eu venho aqui, eu vou contar uma coisa: eu estou boquiaberto de ver a capacidade de renovação que a nossa Igreja teve, aqui, porque eu nunca vi tanta gente nova participando desta Missa, numa demonstração de que também acabou aquele discurso de que os jovens não queriam mais seguir a vida religiosa.

Meus parabéns. Muito grato, de coração, a todos os trabalhadores do Brasil, neste dia 1º de Maio.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de abertura da XVI Reunião Regional Americana da
Organização Internacional do Trabalho**

Brasília-DF, 03 de maio de 2006

Meu caro Luiz Marinho, ministro do Trabalho e Emprego e presidente da XVI Reunião Regional Americana da Organização Internacional do Trabalho,

Meu caro Juan Somavia, diretor-geral da OIT, em nome de quem eu cumprimento todos os demais membros que fazem parte da mesa,

Senhor Carlos Tomada, ministro do Trabalho da Argentina e presidente do Conselho de Administração da OIT,

Senhoras e senhores ministros de Estado do Brasil e das delegações aqui presentes,

Senhores embaixadores acreditados junto ao meu governo,

Ministro Ronaldo Lopes Leal, presidente do Tribunal Superior do Trabalho,

Ministro Fernando Gonçalves, do Superior Tribunal de Justiça,

Senhora Sandra Lia Simón, procuradora-geral do Trabalho,

Senhor José Luiz Marchinea, secretário-executivo da Cepal,

Senhor Francisco Salazar, presidente da Conferência Interamericana de Ministros de Trabalho da OEA,

Senhoras e senhores representantes dos empresários, dos trabalhadores e dos governos presentes neste encontro,

Senhores delegados, observadores e participantes da XVI Reunião Regional Americana da OIT,

Meus amigos da América do Sul, da América Latina, do Caribe, do Caricon, dos Estados Unidos e do Canadá,

Meus amigos da imprensa,



Eu acredito que depois de ouvirmos o ministro Marinho e o nosso amigo Somavia, eu teria que vir aqui na frente apenas para dizer algumas palavras de agradecimento pelo fato deste encontro estar se realizando no Brasil, desejar boa sorte a vocês e ir embora. Mas como eu nem cumprimentei os meus ministros que estão aqui presentes, quero cumprimentar a todos, dizer para vocês que o mundo do trabalho evoluirá na medida em que haja uma evolução da democracia, na medida em que haja uma evolução do crescimento econômico e na medida em que se tenha governantes que tenham o compromisso de garantir que as coisas sejam colocadas em prática no cumprimento da lei ou fazendo as leis que precisam ser feitas no Brasil.

É importante lembrar que eu não acredito que tenha no mundo, ou pelo menos entre nós, algum empresário, algum pai ou alguma mãe, que deseje que o seu filho trabalhe em situações desumanas. Muitas vezes não é só a economia, porque muitas vezes é a falta de informação, é a falta de preparo para que a gente possa cuidar do mundo do trabalho com um pouco mais de dignidade. Eu acho que nós temos evoluído, não tanto quanto nós gostaríamos, mas eu acho que nós temos evoluído no mundo do trabalho.

Já faz muito tempo, quando eu comecei a minha vida profissional, a gente esquentava marmita no forno que esquentava os ferros para fazer os parafusos na fábrica de parafuso Marte. Eu me lembro que não tinha lugar para comer, a gente comia no meio do salão, no meio da fábrica. Cada um escolhia um lugarzinho e sentava. Alguns iam comer até sentados no vaso sanitário, que não eram tão confortáveis quanto os que nós temos hoje.

Eu me lembro de situações em que empresas tinham um buraco na porta para controlar se o trabalhador estava ficando muito tempo no banheiro ou não, e não eram indústrias pequenas, eram indústrias multinacionais, indústrias poderosíssimas. Eu me lembro do tempo em que uma mulher grávida para ir ao banheiro era obrigada a pegar uma ficha com a sua chefe, e



muitas vezes ia uma vez e não podia ir a segunda vez, com medo de ser punida porque estava indo demais ao banheiro.

Isso não faz muito tempo, isso eu estou falando de 30 anos atrás, de 28 anos atrás e certamente isso persiste em alguns lugares ainda. Muitas vezes, porque os sindicatos não denunciam como deveriam denunciar, muitas vezes porque a justiça não julga como deveria julgar, muitas vezes porque o empresário não tem a sensibilidade que deveria ter, ou seja, é um conjunto de fatores que faz com que uma sociedade não seja perfeita, sobretudo, no mundo do trabalho. Nós sabemos que quanto melhor for a condição de alguém no mundo do trabalho, mais produtivo esse trabalhador será, em qualquer ramo de atividade em que ele estiver presente.

Eu acho que no Brasil, por obrigação, não por mérito, até porque se não fizéssemos isso, não haveria nenhuma razão de termos disputado tantas vezes as eleições para Presidente da República, nós temos avançado, e avançado na medida das nossas possibilidades. Se tem uma coisa em política que eu odeio fazer é dar um passo grande, ter uma distensão e não conseguir dar o segundo passo, ter que ficar um ano sem andar. Eu prefiro andar todo santo dia, porque eu sei que a muralha da China não seria construída se não tivesse sido colocado um tijolinho por vez, até porque não tinha indústria para fazer aqueles grandes blocos de concreto, ela seria feita mais rápida.

Penso que temos avançado porque nesses 39 meses de governo, os três ministros do Trabalho que eu tive foram companheiros oriundos do movimento sindical, lideranças importantes, primeiro o Jaques Wagner, que participou do primeiro encontro na Bahia, que era trabalhador do Pólo Petroquímico de Camaçari; depois o Ricardo Berzoini, que era um grande dirigente sindical dos bancários, e agora o nosso querido Marinho, que além de metalúrgico do ABC, era presidente da CUT. Então eles têm a obrigação, junto com a Secretaria dos Direitos Humanos, junto com a Secretaria da Mulher, com a Secretaria da Igualdade Racial, com o Ministério da Justiça, de tentar cuidar,



da forma mais carinhosa, para que a gente consiga reparar erros que são seculares e que nós não resolvemos isso num curto espaço de tempo. A verdade é que se pudéssemos resolver todos os problemas que encontramos pela frente como num passe de mágica... eu tentei procurar, esse tempo todo, uma fada que eu pudesse convocar como ministra, para que aquela varinha de condão resolvesse os problemas, e não encontrei. O máximo que eu encontrei foram seres humanos capazes, muito bem preparados e com muita vontade política, mas que enfrentam os problemas das intempéries que nós enfrentamos não apenas por causa do tempo, mas por causa da política, por causa da legislação e por causa do nosso cotidiano. Portanto, não vou repetir... o Somavia ficou um pouco assustado quando viu o tamanho do meu discurso. Ele pensou que eu só ia terminar de falar amanhã. Mas é que eu já tenho mais de 40 e eu fujo um parágrafo por folha, mas não vou ler, até porque o Marinho disse parte das coisas que estão no meu discurso e, portanto, eu não vou repetir aqui.

Mas também eu estou vendo a fisionomia de vocês, eu estou percebendo que vocês são todos especialistas no mundo do trabalho, vocês vão brigar muito pelo trabalho decente e eu queria conversar um pouco com vocês sobre política.

Primeiro, para que nós atentássemos para o que aconteceu na América Latina nesses últimos meses e nesses últimos anos. Muitas vezes, discutimos política em função do nosso imediatismo e não discutimos política em função do tempo histórico em que temos que discutir a política. E se nós quisermos valorizar um pouco o que está acontecendo em toda a América Latina, nós temos que saber o que era a América Latina 20 anos atrás, para que a gente possa perceber a evolução política e democrática que houve no nosso Continente.

Se pegarmos lá de Santiago do Chile, desde o Lagos até Michelle Bachelet, e formos perpassando todos os países da América Central, do



Caribe, da América do Sul, nós vamos percebendo que há um avanço sistematizado na conquista de espaços pelos trabalhadores, pela democracia, pelas mulheres, pelos índios e pelos negros. E muitas vezes não depende sequer do governo ser de esquerda ou de direita, depende muito mais dele ser humano, com sensibilidade humanística ou não, depende muito mais dele decidir que legado pretende deixar para aqueles que vierem depois de nós. E a evolução é, na minha opinião, extraordinária.

Isso, muitas vezes, não acompanha o crescimento econômico, até porque não é possível fazer o crescimento econômico acontecer também por mágica, é preciso que a gente crie as condições para que ele cresça de forma sustentável e que tenha um crescimento duradouro que possa fazer os países da América Latina, da América Central, já nem falo dos Estados Unidos e do Canadá porque são países mais resolvidos economicamente que os nossos, mas que a nossa economia cresça definitivamente por um longo tempo.

Somavia, quando você estiver fazendo uma palestra pelo mundo afora, analisando a economia brasileira – não posso dizer por outros países da América do Sul – eu gostaria que você se lembrasse que nós tivemos 20 anos de estagnação. Tivemos primeiro a década perdida, de 1980 a 1990. Depois tivemos a década da estagnação. Em dez anos, nós não fizemos outra coisa a não ser desmontar todo o aparato industrial do Estado que nós tínhamos, privatizando e não colocando nada no lugar, onde nós tivemos alto índice de desemprego, como jamais foi visto na nossa história.

Eu digo isso para tentar lembrar a vocês que aconteceu o mesmo em outros países, não foi apenas no Brasil, em outros países aconteceu isso. Eu tive o privilégio de ser dirigente sindical de 1969 até 1980, e nos últimos cinco anos, entre 1975 e 1980, como presidente do Sindicato. Na época, eu até me considerava um bom dirigente sindical, atuante, combativo, e eu passei grande parte da minha vida no movimento sindical chorando o desemprego, indo na porta de fábrica chorar com os trabalhadores porque as empresas



dispensavam três, quatro, cinco mil trabalhadores. Nós, dirigentes sindicais, não tínhamos como garantir que eles iam voltar a trabalhar e sabíamos antecipadamente que eles não voltariam a trabalhar, a não ser ao longo do tempo, em outras categorias, e isso perdurou mais de dez anos, não foram dez dias.

Tivemos um momento auspicioso quando os metalúrgicos do ABC propuseram a Câmara Setorial em 1992, em que teve um certo crescimento na indústria automobilística. Mesmo assim, nós tivemos muitos anos de desemprego consecutivos no Brasil, muitos e muitos anos. Os dirigentes sindicais que estão aqui, brasileiros, sabem do que eu estou falando. Foi um pouco pela modernização tecnológica das empresas, a gente não pode reclamar o avanço tecnológico, mas temos que reclamar o posto de trabalho perdido, porque não se acompanhou o avanço tecnológico com a formação adequada da sociedade brasileira.

Aqui no Brasil, em 1998, Somavia, se aprovou uma lei tirando das costas do governo federal a responsabilidade pelo ensino técnico, então não tinha mais ensino técnico no Brasil. Você tinha o faxineiro e o engenheiro e você não tinha o intermediário ali, que muitas vezes é quem resolve o problema. Sem nenhuma ofensa ao engenheiro, muitas vezes um bom mestre-de-obras é quem toca a obra, e não o engenheiro. E nós, então, tínhamos uma defasagem entre a necessidade de crescimento econômico do país e a necessidade da formação da nossa gente. A qualificação profissional, sobretudo num público incomensurável de jovens de 17 a 24 anos, que estão perdendo perspectivas de futuro, e não tem nada mais desagradável para uma nação do que os seus jovens perderem a perspectiva de futuro.

Ele não tinha escola técnica para estudar, ele terminava o segundo grau e não conseguia passar num vestibular numa escola pública federal porque eram poucas. Quando ele fazia vestibular numa escola privada e conseguia passar, no final do ano, em fevereiro, quando ele ia se matricular a



mensalidade o afugentava da escola. Ele voltava para casa, então, pensando o quê? “Eu não tenho emprego, eu não tenho formação profissional, eu não posso entrar numa universidade, o que eu vou fazer da vida?” Recuperar esse tempo perdido, possivelmente, leve mais que um mandato de um presidente da República ou, quem sabe, leve décadas para que a gente possa recuperar os malefícios causados pelo descaso no tratamento das gerações futuras. Pois bem, nesses 39 meses de governo, Somavia, nós tivemos 39 meses de crescimento consecutivo de geração de empregos neste país; 39 meses consecutivos, com uma média de empregos mensais dez vezes mais do que os outros anos que antecederam o nosso governo.

Segundo, nós temos, hoje, quase um milhão de jovens... Só nas Forças Armadas brasileira serão, este ano, 100 mil jovens recrutados a mais do que o número que o Exército, a Aeronáutica e a Marinha precisam, serão 100 mil jovens a mais para que eles possam aprender algumas coisas, desde a disciplina até uma profissão. Eles sairão das Forças Armadas com o cumprimento do seu serviço militar, com todo o aprendizado disciplinar que exigem as Forças Armadas, mas sairão das Forças Armadas com uma profissão: ou eletricista, ou especialista em computador, ou soldador, em alguma coisa que ele possa adentrar o mercado de trabalho com um pouco mais de chance do que no dia de hoje.

Pelo trabalho do nosso companheiro Marinho, do Jaques Wagner, do Ricardo Berzoini, depois de muitos anos nós aprovamos a Lei do Aprendiz, uma lei que vai permitir que as empresas possam contratar trabalhadores para serem aprendizes, sem qualquer punição. Nós temos tomado como decisão que as empresas estatais têm que ser o primeiro exemplo de contratar o maior número. E a Petrobras, de uma vez só, contratou, parece que três mil jovens para serem aprendizes. Se a economia brasileira continuar crescendo 5% durante alguns anos, nós teremos dificuldade de ter mão-de-obra qualificada, portanto, precisamos fazer um grande investimento.



Fizemos o ProJovem, que é um incentivo que o governo dá a jovens de 18 a 24 anos que deixaram de estudar o segundo grau, para que eles voltem a estudar. Estamos dando uma ajuda de 100 reais para que eles voltem a estudar e possam ter um trabalho público, algum trabalho comunitário junto à comunidade em que eles moram. Temos o ProJovem do Ministério do Trabalho, que tem sido uma coisa extraordinária, porque tem colocado milhares de jovens com perspectiva de voltar a trabalhar. Temos o Escola de Fábrica, que são empresas, já são 1.000 empresas que estão fazendo cursos de formação profissional dentro das próprias empresas, e isso vai possibilitar enormemente que esses jovens possam ter acesso ao mercado de trabalho.

Mais ainda, nós estamos tentando recuperar um tempo perdido, e seria importante que vocês analisassem o que tem acontecido na América Latina em nível de ensino, onde a maioria dos países está praticamente estagnada do ponto de vista da criação de universidades. É invejável quando a gente vê um país na situação sempre difícil que Cuba tem e que, entretanto, tem a capacidade de fazer uma universidade e oferecer vagas para todos os países da América Latina, inclusive para o Brasil, onde dezenas de jovens estudam de graça o curso que querem fazer. E por que nós não podemos fazer? Nós nunca fizemos porque em muitos países não foi prioridade acreditar no seu próprio povo. Nunca fizemos porque a elite dirigente já estava formada. E se ela já estava formada, para que se preocupar com a formação dos outros? Parece ser duro dizer isso, mas é um pouco da verdade.

E, aí, é importante acompanhar que nós estamos fazendo no Brasil quatro universidades federais novas, estamos transformando seis faculdades em universidades, estamos fazendo 43 extensões das universidades federais por todo o território nacional e estamos construindo 32 escolas técnicas, além de acabar com um tipo de escola que tinha no Brasil, chamada Proep, que se começou e não se fez muita coisa, mas agora vamos assumir enquanto escolas federais para que a gente possa dar à juventude a perspectiva de



saber que vale a pena sentar num banco de uma escola, porque ela sabe que sairá de lá com uma profissão para o mercado de trabalho.

Eu digo sempre, Somavia, não é apenas a pobreza que leva a pessoa ao trabalho infantil o ao trabalho em condições que não sejam decentes. Eu fui criado num lugar muito pobre, oito irmãos, um mais pobre do que o outro, uma mãe que se separou do marido, e nós, muitas vezes trabalhávamos do jeito que podíamos trabalhar, um vendia “assadinho”, outro carregava carvão, porque era preciso ajudar a família. E aí, a gente não queria saber se o trabalho era bom ou não era, porque se a gente não tinha trabalho formal nós queríamos era levar, no final do mês, uma ajuda para dentro de casa, e isso ainda deve acontecer com dezenas e milhares de pessoas neste país.

Por isso nós temos que ter um olhar na existência legal de mecanismos que proibam qualquer atividade, mas temos que ter um olhar sensível às questões sociais de cada região e saber, muitas vezes, porque as pessoas fazem coisas que não deveriam fazer. O nosso desejo é que nenhuma criança neste país deixe de estudar para trabalhar, esse é o nosso desejo. O nosso sonho é garantir que essas crianças, quando terminarem o ensino fundamental, estejam preparadas para dar um salto de qualidade na educação. É por isso que nós aumentamos o número de anos de escolaridade. Eram oito anos e nós passamos para nove anos. As crianças entravam na escola com sete e agora estão entrando com seis. É por isso que nós acabamos de aprovar na Câmara, vai aprovar no Congresso Nacional, um projeto de lei colocando mais 4 bilhões e 300 milhões de reais para o ensino fundamental, o ensino básico neste país, para garantir que a gente cuide, desde a creche até a pessoa terminar o segundo grau.

Eu penso que isso deve estar acontecendo em muitos países da América Latina. De vez em quando eu fico vendo as disputas políticas que nós temos, e é importante que a OIT saiba... a América Latina, se a gente for analisar corretamente, uma boa parte dela, do ponto de vista geológico, do



ponto de vista físico, o solo... é um solo garantido, acho que nós não vamos ter tsunamis aqui nunca, porque o solo está garantido. Mas, do ponto de vista político e democrático, nós somos um Continente em formação e, muitas vezes, as divergências que aparecem não são para assustar ninguém, são divergências próprias de nações que estão vivendo um outro estágio na sua relação política interna e na sua relação política externa.

Durante muito tempo, vários países da América do Sul viam o Brasil com imperialismo. Eu digo sempre que, quando fomos construir Itaipu, a Argentina nos ameaçou com a bomba atômica, achando que Itaipu era para inundar Buenos Aires. Tivemos conflitos e mais conflitos em vários momentos da nossa história e eu, de vez em quando, chamo os meus companheiros presidentes à responsabilidade, porque muitas vezes eles ficam discutindo coisas que aconteceram no século XVIII, ou no século XIX, e eu falo: pelo amor de Deus, nós somos a geração de governantes que tem que pensar no século XXII e não no século XIX ou no século XVIII, no que aconteceu. O que aconteceu já está cicatrizado, a gente não pode ficar remoendo, mexendo, para arrumar uns conflitos que foram resolvidos há 200 anos.

A mim incomoda... eu fiz uma reunião, por exemplo, com o Kirchner e com o Chávez na semana passada, amanhã tem outra reunião. A mim incomoda saber da discussão da “papeleira”, eu acho que nós temos que encontrar uma solução e quem vai encontrar a solução é a Argentina e o Uruguai. Nós estamos vendo a imprensa brasileira falar da crise Brasil/Bolívia. Não tem crise Brasil/Bolívia e não existirá crise, existirá um ajuste necessário de um povo sofrido e que tem o direito de reivindicar ter maior poder sobre a maior riqueza que tem.

Não vamos descobrir uma arma qualquer na Bolívia para justificar uma briga com a Bolívia, não. Eu faço política, eu aprendi a negociar muito antes de ser político. E as nossas divergências serão tiradas em torno de uma mesa, conversando. O fato de os bolivianos terem direito não significa negar o direito



do Brasil, o que não pode é uma nação tentar impor a sua soberania sobre as outras sem levar em conta que o resultado final da democracia é o equilíbrio entre as partes. E eu tenho certeza que todos nós iremos nos acertar... de vez em quando eu vejo conflito entre Venezuela e Colômbia... eu mesmo já viajei duas vezes para conversar com o Uribe, para conversar com o Chávez. Essas coisas são próprias da democracia. O que a gente não pode é maximizar isso, dar uma dimensão que não tem. O Brasil tem interesse na Bolívia e a Bolívia tem interesse no Brasil.

Eu me lembro que quando eu tomei posse, brasileiros e argentinos quase nem conversavam, era uma luta preconceituosa de brasileiros com argentinos. Eu não sei, mas eu duvido se em algum momento a gente teve uma harmonia tão grande entre Argentina e Brasil como nós temos agora. Por quê? Porque não prevalece o interesse de um empresário que quer vender para a Argentina, mais do que comprar; porque não prevalece o interesse de um diplomata, porque não gosta da diplomacia da Argentina. Não é política de diplomata e nem política de empresário, nem política de sindicato, é política de Estado. E na política de Estado nós precisamos estar bem com todos os países do nosso Continente, e vamos estar.

E fizemos tudo isso, Somavia, sem brigar com ninguém. A nossa relação com os Estados Unidos é extraordinária, a nossa relação com a Europa é extraordinária, com a China, com a Índia, por quê? Porque não é necessário você fazer uma amizade nova, uma relação nova e ter que romper com a velha. Nós temos clareza da importância dos Estados Unidos para o Brasil, para a Argentina e para a América Latina. E nós temos a importância também do que nós representamos para eles, vemos a importância da Europa. É com esse jogo de cintura, eu diria, que nós iremos consolidar um processo democrático na América do Sul sem mentiras, sem mágicas, mas enfrentando os problemas como se fôssemos companheiros. Se tiver problema, ligamos um para o outro, colocamos na mesa de negociação e negociamos. Todos nós



temos direitos e todos nós temos deveres. Isso vale no mundo do trabalho, vale no mundo político.

E eu quero dizer para vocês que nesses 39 meses, 36 deles eu dediquei para viajar para a América do Sul e América Latina. Foram 29 países que eu visitei e recebi 19 chefes de Estado aqui. E ainda não está completo, porque não depende só da minha vontade ou do Kirchner, ou do Chávez, ou do Fidel, depende de um conjunto de forças políticas, de um conjunto de interesses. E a evolução desses governos e a consolidação da democracia é que vai permitir que a gente possa consolidar um mundo do trabalho decente, em que a gente não tenha a prostituição infantil, em que a gente não tenha o trabalho escravo, em que a gente não tenha crianças tendo que pedir dinheiro na rua para poder sobreviver.

Nós, companheiro Somavia, queremos deixar como legado quando terminar o nosso mandato, não o discurso, mas os números, e certamente a OIT já tem parte deles e terá muito mais, porque é isso que interessa, no fundo, no fundo. Cada um de nós, quando deixar o governo, vai deixar os números que estão registrados pelo próprio governo, pela sociedade e pelos adversários.

Posso te dizer que estou completando 39 meses de governo, não realizado como ser humano porque eu sonho tão alto que, quem sabe, eu morra e não consiga realizar os meus sonhos. Eu estou casado com a Marisa há 32 anos e ainda não realizei todos os sonhos que eu tenho com ela, você imagine em quatro, o que eu posso fazer.

E porque estamos juntos há 32 anos? É porque ela tem certeza que alguns sonhos não estão nos limites da força. Muitas vezes, passamos pelo governo e não realizados tudo que precisamos porque também não está no limite, não depende só de nós.

Agora, uma coisa, meus companheiros, os brasileiros que estão aqui vão poder discutir com vocês, uma coisa vocês podem ter certeza, o que nós



fizemos em 39 meses foi muito mais do que eu jamais imaginei que a gente poderia fazer, porque era muito fácil aqui, na América Latina, a gente culpar os outros pela nossa desgraça, era muito fácil. Era a Argentina que culpava o Brasil, o Brasil que culpava a Argentina, a Bolívia que culpava o Brasil, o Brasil que culpava a Bolívia, o Uruguai que culpava o Brasil, o Paraguai que culpava não sei quem. Todos culpavam o imperialismo americano, todos culpavam o imperialismo europeu, todos culpavam. E nós estamos percebendo que um pouco do que nós vivemos é resultado da mediocridade de muita gente que foi governante no nosso Continente e que não olhou a parte pobre deste Continente. A culpa não é apenas dos outros, a culpa também é nossa.

E se nós assumirmos isso, nós teremos condição de ter o segundo passo. Se nós assumirmos isso, a sociedade vai descobrir que não são os outros que são tão culpados, que somos nós. E aí eu não quero que o povo perca a esperança de consolidar a democracia, que é um regime realmente complicado, mas é o melhor que eu conheço até agora.

Boa sorte para vocês, e muito obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de assinatura da Declaração de Chapultepec**

Palácio do Planalto, 03 de maio de 2006

Meu caro ministro Hélio Costa, ministro das Comunicações,

Meu caro ministro Luiz Dulci, da Secretaria-Geral da Presidência da
República,

Meu caro Paulo de Tarso Vannuchi, da Secretaria Especial de Direitos
Humanos,

Meu caro André Singer, secretário de Imprensa,

Meu caro Nelson Sirotsky, presidente da Associação Nacional de
Jornais,

Senhora Diana Daniels, presidente da Sociedade Interamericana de
Imprensa,

Senadora Ideli,

Deputados federais,

Empresários da imprensa brasileira,

Jornalistas,

Meus amigos e minhas amigas,

Assinar uma Carta que consagra a liberdade de imprensa é apenas mais
um gesto de constatação de que a liberdade faz parte da nossa vida e sem a
liberdade nós não seríamos o que somos e, possivelmente, não poderíamos
almejar algo melhor do que temos.

Eu nasci para o mundo político graças à liberdade de imprensa. Num
momento em que o movimento sindical era pouco difundido na imprensa
brasileira, no ano de 75, eu fiz parte de um conjunto de dirigentes sindicais que
chamou a atenção de uma parte da imprensa brasileira, e nós conseguimos,



em pouco menos de cinco anos, sem que mudássemos uma única vírgula na legislação que rege a estrutura sindical brasileira, nós mudamos um pouco a história do movimento sindical brasileiro. E isso não seria possível se não fosse a liberdade de imprensa.

Depois criamos um partido político onde era pouco previsível, àqueles que montaram a engenharia da reestruturação político-partidária do Brasil, que nós fôssemos surgir no cenário político. A verdade é que a reforma política não estava prevista para que nós criássemos um partido com as características com que nós criamos o PT.

E, outra vez, eu devo à liberdade de imprensa do meu país o fato de termos conseguido, em 20 anos, chegar à Presidência da República do Brasil. Perdi três eleições. Eu duvido que tenha um empresário de imprensa que, em algum momento, tenha me visto fazer uma reclamação ou culpando alguém porque eu perdi as eleições. Uma das razões pelas quais eu perdi as eleições, eu descobri logo: é que uma parcela da sociedade não tinha votado em mim, tinha votado no outro. Ao invés de reclamar, nós resolvemos detectar onde tínhamos errado e tentar consertar.

Ou seja, o fato concreto é que com erros e acertos, com a imprensa falando o que eu gostaria que ela falasse ou não, eu cheguei à Presidência da República. E estou aqui, fui alertado agora que não são mais 39 meses, já são 40 meses, e, outra vez, é com muito orgulho que, na frente de jornalistas e de empresários da imprensa, eu posso dizer: nunca peguei um telefone, enquanto Presidente da República, para ligar para qualquer empresário ou jornalista reclamando de alguma coisa, porque na hora em que um dirigente político quiser levantar todos os dias e só ver notícias boas sobre ele, a democracia estará correndo um sério risco e nós poderemos estar entrando numa maré de autoritarismo. E não são poucos os políticos que reclamam com vocês, não são poucos. Eu fico imaginando o quanto de telefonemas vocês recebem todos os dias: “não, porque tal coisa é verdade, tal coisa mentira, tal coisa saiu”.



Eu penso que nós temos que contar com uma coisa fundamental, que muitas vezes nós colocamos num segundo plano, que é a sabedoria daqueles que vêem televisão, daqueles que lêem jornais e daqueles que ouvem rádio. Nós temos que acreditar que esse povo por si só consegue fazer uma diferenciação daquilo que é correto, daquilo que não é correto, daquilo que ele acha que é verdade e daquilo que ele acha que é exagero. Engana-se aquele político que acha que faz as coisas e pensa que o eleitor não faz o julgamento correto.

E se engana, também, aquele que escreve alguma coisa sem imaginar ou sem acreditar que o povo tem capacidade de discernimento para saber o que é exagero, o que é verdade, o que é mentira. É essa a sabedoria da sociedade, Nelson, que me dá tranqüilidade de assinar uma Carta como esta, dizendo que a liberdade é a razão da minha entrada na política. A liberdade de imprensa é a razão pela qual eu cheguei à Presidência da República; a liberdade de imprensa é a razão pela qual as instituições brasileiras dão demonstrações mais sólidas de crescimento e sustentabilidade democrática.

E hoje o Brasil é um país que caminha a passos largos para não permitir que nenhuma intempérie menor coloque em risco a democracia. Hoje todos nós estamos convencidos, sejam políticos ou jornalistas, artistas, governadores ou prefeitos, empresários da imprensa, todos nós, hoje, estamos convencidos: o Brasil é um país de instituições sólidas. Poderemos aperfeiçoá-las? Poderemos aperfeiçoá-las. Elas podem ser aprimoradas? Podem ser aprimoradas. E isso é o que garante a existência da democracia no nosso país, é o que garante a existência da liberdade de imprensa no Brasil.

E eu iniciava a minha vida sindical quando se iniciava também um período muito duro de censura à imprensa brasileira. E no que resultou a censura à imprensa brasileira? Resultou em um grau de amadurecimento político ainda mais forte da sociedade brasileira. Eis que, de repente, em 1974, um partido de oposição que, em 1970, tinha pensado em fechar as portas



porque não tinha eleito ninguém, em 1974 ressurgiu com uma força enorme, elegendo a maioria dos senadores em 1974. Eis que, de repente, quando pouca gente acreditava, o povo vai para a rua reivindicando as eleições diretas. E mesmo aqueles que não acreditaram, no primeiro momento, foram obrigados a seguir os passos que a sociedade brasileira estava dando, de forma muito forte e muito viva.

Houve momentos em que pessoas entendiam que no Brasil, quando a imprensa começou a divulgar os escândalos no governo Collor, na classe política, por exemplo, tinha gente que tinha medo do impeachment porque não acreditava, não sabia o que ia acontecer depois do impeachment. Teve o impeachment e o que aconteceu? Nada, o Brasil seguiu a sua trajetória sem nenhuma preocupação.

Portanto, assinar esta Carta para mim, no dia de hoje, é apenas dizer aos senhores políticos, aos empresários da imprensa, aos jornalistas que, no Brasil, não há mais espaço para a censura; no Brasil, não há mais espaço para condenar a liberdade de imprensa; no Brasil não há mais espaço para que a gente não compreenda, de uma vez por todas, que quanto mais poder nós temos, mais responsabilidade nós temos que ter. Isso vale para um presidente da República, para um prefeito, para um governador, para um jornal, para um grande jornalista. O que vai nos depurando e nos aprimorando é o grau de responsabilidade que a gente tem e o grau de seriedade com que nós tratamos os problemas que se apresentam à nossa frente.

Toda vez que me levanto e penso em reclamar da imprensa, fico imaginando que o Nixon renunciou por causa de uma mentira. Eu fico imaginando pelo que passou o Bill Clinton, com os problemas da Casa Branca, e foram meses e meses. Eu fico imaginando, em todas as reuniões de presidentes, Sirotsky, a grande reclamação é do tratamento da imprensa, e eu fico sempre pensando: houve algum momento, na história do Brasil ou na história de algum país do mundo, em que a imprensa, quando as coisas não



estão boas, deixasse de ser a vilã? Não houve. Eu penso que todos nós temos a simplicidade de tentar encontrar o culpado por uma coisa que aconteceu, que nós não queríamos que acontecesse, e eu digo sempre o seguinte: ao invés de a gente ficar procurando um culpado fora do nosso meio, quem sabe é melhor a gente olhar se ele não está dentro de nós mesmos.

Por isso eu quero que vocês tenham a certeza de que, enquanto eu for Presidente da República deste país, vocês serão cada vez mais livres, cada vez poderão dizer o que quiserem, porque não haverá, da parte do governo, nenhuma censura. Estaremos subordinados à compreensão daqueles que lêem, daqueles que assistem e daqueles que ouvem, e os governantes estarão à mercê do julgamento daqueles que votam no país. Se compreendermos esse jogo, nós iremos construir a mais sólida democracia e a mais sólida liberdade de imprensa deste mundo.

Muito obrigado e boa sorte a vocês.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de abertura da II Conferência Nacional de Esporte**

Marina Hall – Brasília-DF, 04 de maio de 2006

Meu querido companheiro Orlando Silva, o “cantor das multidões”, como era conhecido na outra geração, nosso querido ministro do Esporte.

Nós temos um pequeno problema que é o seguinte: o pessoal que está sentado está pedindo para os que estão em pé saírem da frente. Obviamente que a imprensa, sobretudo os câmeras, têm que fazer o seu trabalho e eles não podem ficar lá atrás. Eu só queria que houvesse aí uma parceria, para que os câmeras pudessem trabalhar corretamente e as pessoas pudessem assistir.

Mas, como eu estava falando, tem gente que acha que pouca coisa mudou no Brasil. E eu poderia dizer para vocês: é só olhar na cara do Ministro do Esporte que vocês vão perceber que há pouco tempo esse menino era presidente da UNE. Acho que nem se formou ainda e já é ministro do Esporte.

Queria dizer, meu caro Nuzman, meu caro Vital, meu caro Agnelo, na verdade, o mérito desse projeto não é meu, o mérito desse projeto é do Vital, é do Nuzman e é, sobretudo, do nosso companheiro Agnelo Queiroz. Eu digo isso porque nesses 40 meses de governo, pelo menos durante 30 meses, o Agnelo brigou por esse projeto. E eu acho que o fato de estarmos apresentando ele aqui, hoje – e eu quero deixar vocês tranquilos, porque não vou ler o meu discurso, que é muito longo, e mesmo tendo atletas aqui eu sei que tem dirigentes e os dirigentes não agüentam, não têm o mesmo fôlego dos atletas, apesar que às vezes falam mais. Eu vou ser curto, aqui, porém não grosso, vou ser curto e fino aqui, no trato dessa questão.

Vocês sabem que no Brasil nós sempre tivemos dificuldades de fazer coisas que são inovações no cotidiano da nossa política. No Brasil, nós



estávamos acostumados a dar incentivos fiscais para qualquer coisa, para plantação de eucalipto, para construção de empresas, para perfuração de poços, para construção de barcos, mas não estávamos acostumados a dar incentivos fiscais para a cultura, que veio com a Lei Rouanet, não estávamos, muito menos, preparados para dar incentivos, com a lei fiscal adequada, para o esporte. Afinal de contas, nós não tínhamos e, possivelmente, muita gente não tenha ainda, a dimensão do significado do esporte na formação cívica do nosso povo, na saúde do nosso povo e no que representa para a economia brasileira a prática do esporte nas suas mais variadas vertentes.

Estamos atacando em duas frentes. Primeiro, a Lei que mandamos para o Congresso Nacional, que falta apenas pequenas coisas. O Agnelo já voltou para o Congresso há 30 dias, ainda não conseguiu, porque no Congresso as coisas não são tão fáceis assim. E nós temos pressa, porque a partir de junho este país estará em campanha eleitoral e o Congresso terá muito mais dificuldade de votar alguma coisa.

Eu estou vendo o Márcio Braga aí, nosso presidente do Flamengo, é preciso que a gente dedique um tempo especial para aprovar o “Timemania”. O Timemania é uma Lei que visa salvar os times de futebol neste país. Eu não concordo, não aceito a idéia daqueles que dizem que os times que não tiverem condições que morram, que os times têm que ser apenas uma empresa, e que não se estabelece quem não tem competência, não se estabelece. Isso é muito fácil de dizer, mas é preciso a gente reconhecer que alguns times no Brasil não são mais times de futebol, são, na verdade, centros de atividades culturais, e uma parcela da população não conseguiria imaginar o Brasil sem algumas das suas equipes de futebol.

E eu digo sempre o seguinte: o que seria do Brasil sem o Flamengo, o que seria do Brasil sem o Palmeiras, sem o Botafogo, sem o Vasco, sem o Fluminense, sem o Corinthians, sem o São Paulo, sem o Santos, sem o Cruzeiro, sem o Atlético Mineiro, sem o Grêmio, sem o Internacional, sem o



Bahia, sem o Vitória. Ou seja, alguns viraram referência, onde milhares e milhares de pessoas em cada cidade, em cada estado, esperam o domingo à tarde para irem ao estádio de futebol para verem o seu time ganhar ou perder, chorar com o seu time, carregar a sua bandeira, cantar o seu hino. Isso não é mais uma prática simples do futebol, isso é uma manifestação cultural que está enraizada na célula de cada um de nós brasileiros.

Pois bem, esses times devem ao fisco – Ipatinga –, aliás, o Ipatinga está bom, está melhor do que o Íbis de Pernambuco. Mas vejam, esses clubes de futebol, eu citei apenas alguns, poderia citar três ou quatro em cada estado, poderíamos pegar estados menores e ver o que significa o Paysandu e o Remo, no estado do Pará, ver o que significa o Ceará, o Fortaleza, no estado do Ceará, o que significa o Náutico, o Sport, o Santa Cruz, lá, em Pernambuco. Poderíamos citar outras dezenas de estados. O América de Natal, poderíamos citar.

Gente, para eu não ficar citando todos, eu queria dizer para vocês qual era o argumento que se utilizava? O argumento era o seguinte: “bom, os times são mal administrados, nem todos têm dirigentes sérios e, portanto, o time que se arrebente”. Quem é dirigente aqui sabe que era esse o discurso feito neste país, porque, de vez em quando, predomina não a racionalidade, mas a hipocrisia no discurso político. Ora, se esses times atrasaram um ano, a culpa é do time; se atrasaram dois anos, a culpa continua sendo do time; mas se atrasaram três anos, a culpa já passa a ser do governo, porque não teve a coragem de cobrar no primeiro ano que ele atrasou. E quem atrasa um ano e não pode pagar, muito menos vai conseguir pagar 10 anos de atraso, 15 anos de atraso, 20 anos de atraso. Então, fica aquela coisa: o governo finge que cobra, os times fingem que paga, todo mundo engana todo mundo, e a dívida vai crescendo e os times vão se afundando. A Lei do Time Mania é uma chance, é um novo marco em que os times vão poder se organizar, uma



parcela primeira vai pagar a dívida e outra parcela vai poder recuperar os clubes.

Eu espero, meu querido Agnelo e meu querido Ministro do Esporte, meu caro Nuzman, meu caro Vital, dirigentes e atletas, que a gente consiga este mês ainda aprovar esta lei, para que a gente possa sancioná-la, numa festa com todos os clubes de futebol aqui, principalmente depois da vitória do Corinthians hoje, sobre o River Plate, que estamos carecendo urgentemente.

Bem, a segunda coisa é essa Lei de Incentivo ao Esporte Amador. Vocês sabem que no Brasil e, possivelmente, em algumas partes do mundo, é muito fácil, quando o atleta consegue se projetar nacionalmente ou estadualmente, aparecerem empresas privadas querendo financiá-lo. Afinal de contas, esse atleta passa a dar lucro para a empresa porque já virou uma coisa de superstar. Vejam a propaganda do Maradona com o Guaraná Antarctica. Quando um atleta chega ao nível do Maradona, até aceita fazer uma propaganda, sonhando com a camisa da seleção brasileira, o que é inadmissível ser pensado pelo Maradona ou por um argentino. Mas, de qualquer forma, ele virou top e, quando a gente vira top, qualquer coisa pode acontecer na nossa vida. É só ver o que acontece com os nossos grandes atletas, seja do boxe... Do boxe, nem tanto, mas do esporte, do futebol, sobretudo, do vôlei, do basquete, as pessoas vão ganhando projeção, vão para a seleção brasileira, vão para os times, aí aparece um patrocinador, o Banco do Brasil já tem interesse, a Caixa Econômica tem interesse, não sei quem tem interesse.

Mas, e antes de esse atleta chegar a virar top? Quem é que vai dar uma mãozinha, um dedo, para que ele possa ter a chance? Nós não queremos dar medalha de ouro para ninguém. A nossa medalha é dar oportunidade para que todos tenham a mesma chance, no pódio, do sucesso esportivo neste país. E a Lei, então, vai permitir que empresas privadas possam pegar um percentual do seu Imposto de Renda para Pessoa Física e Pessoa Jurídica e apoiar um



clube, uma seleção, um conjunto de atletas ou um único atleta. A gente vai poder garimpar, a verdade é essa, a partir da aprovação da Lei, os clubes, os atletas, nós vamos poder garimpar juntos e pedir para o Pão de Açúcar, pedir para o Antônio Ermírio de Moraes, pedir para os grandes empresários brasileiros, para os bancos, que coloquem um pouco de dinheiro no esporte amador, para que a gente possa ter a chance de nos tornarmos uma Nação mais competitiva no mundo do esporte. Todo mundo fica admirando quantas medalhas os Estados Unidos ganharam, quantas medalhas Cuba ganhou, quantas medalhas ganhou não sei quem lá. Ora, mas eles investem, e nós ficamos apenas apostando na bravura, no heroísmo e na competência individual dos nossos atletas. Ficamos apenas esperando isso, quando nós sabemos que o atleta tem que treinar, tem que ter pista correta, tem que ter quadra correta, tem que ter as coisas adequadas, tem que ter até um tênis decente para ele treinar, e, muitas vezes, não pode comprar.

Eu me lembro da primeira conferência em que eu participei e da primeira reunião que eu tive com os paraolímpicos. A emoção com que eu voltei para casa depois de ver companheiros com deficiência visual, companheiros cadeirantes se esforçando para ir para a Paraolimpíada ganhar alguma coisa. Só o esforço daquelas pessoas merecia que nós tivéssemos a compreensão de que o papel do Estado brasileiro é criar facilidades para que essa gente possa adentrar o mundo dos sonhos a que todos nós temos direito. Sonhar, sonhar e sonhar.

Para isso, nós estamos provando algumas coisas mais. Vocês já têm conhecimento do que significa o Projeto Segundo Tempo neste país. Hoje, praticamente 1 milhão de crianças estão tendo a oportunidade de praticar um pouco de esporte. Muitas vezes a gente não vê divulgado 1 milhão de crianças praticando esporte, mas a gente vê divulgado uma criança na rua, abandonada. Não que não deva ser divulgado, mas era preciso que mostrasse que acontecem coisas neste país que, muitas vezes, não merecem a atenção



que deveriam merecer. Nós poderíamos nos lembrar do dinheiro e do compromisso que o governo federal está tendo para que a gente possa fazer, não apenas o Pan-Americano, mas o melhor Pan-Americano já feito em qualquer país do mundo, para a gente provar que a gente tem mais competência do que os Estados Unidos, do que todos que já fizeram, porque nós somos pobres, mas somos orgulhosos, sim, e temos condições de fazer o que a gente pode fazer de melhor.

E é fazendo os Jogos Pan-Americanos que a gente vai se cacifar para fazer uma Olimpíada ou para trazer a Copa do Mundo aqui, em 2014, que é um desejo nosso. Porque se ficar apenas mostrando miséria, ninguém vai fazer Olimpíada aqui porque no Brasil tem muito crime, ninguém vai fazer Olimpíada porque no Brasil tem muita criança de rua, ninguém vai fazer Copa do Mundo aqui porque os estados brasileiros estão quebrados. A nossa obrigação é mostrar que nós temos competência de fazer aquilo que os outros fazem, e até melhor, porque pode ter gente mais rica do que nós, mas eu duvido que tenha gente mais trabalhadora e mais criativa do que a sociedade brasileira, do que os homens e as mulheres deste país.

Portanto, meu querido Nuzman, meu querido Agnelo, meu querido Orlando e meus queridos companheiros, eu queria, Vital, dizer que é um motivo de orgulho ver você, já por umas cinco ou seis vezes no Palácio, ou mais, você está mais aqui do que carrapato, no Palácio. Eu pensei que pelo fato de ele não enxergar, ele viesse pouco ao Palácio, mas deu uma cordinha e ele está todo dia aí, e cada dia com uma reivindicação.

Eu quero dizer do orgulho que eu tenho, como Presidente da República, mas, muito mais do que como Presidente, como cidadão brasileiro, de ver um homem com a deficiência física que você tem mas, sobretudo, com a dedicação, com o carinho, com o esforço pessoal que você faz para fazer as coisas acontecerem. Você, na verdade, enxerga muito mais longe do que muita gente que tem dois olhos.



E é isso, meu querido, e é isso que me fez trabalhar para que a gente pudesse, hoje, assinar este projeto de lei, fazer uma conversa com o presidente do Senado, Renan Calheiros, com o presidente da Câmara, Aldo Rebelo, com os líderes do governo, porque agora a tarefa é de todos nós. Viu, Nuzman? Agora é pegar você, o Vital, pegar os atletas, pegar cada líder de cada partido político, pegar o líder do governo, o presidente da Câmara e mostrar para eles a importância deste projeto, que não pode ficar mofando.

Se é verdade que desde 83 que você briga por isso, e em 2006 saiu o Projeto, agora ele pode ser aprovado em 40 dias, em 50 dias, em 60 dias. Agora é obrigação não apenas do Presidente da República fazer o Projeto, é obrigação de cada atleta neste país, é obrigação de cada dirigente neste país, é obrigação de cada um de nós conversar com os nossos deputados, sem ter preferência eleitoral, sem ter opção ideológica, cada deputado ali tem um voto, independentemente de ser de direita, de esquerda ou de centro. E o que nós queremos não é saber se o voto é de esquerda ou de direita, o que nós queremos saber é que a Lei de Incentivo ao Esporte tem que ser aprovada para o bem do esporte amador do nosso país.

Muito obrigado. Boa sorte a vocês e que consigamos o nosso intento.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração do “Trem da Vale” e lançamento do Projeto de Educação Patrimonial

Ouro Preto-MG, 05 de maio de 2006

Meus companheiros amigos de Ouro Preto,
Meu caro Aécio Neves, governador do estado de Minas Gerais,
Minha querida companheira Marisa,
Meu caro ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau,
Meu caro ministro Hélio Costa, das Comunicações,
Meu caro ministro Waldrido dos Mares Guia, ministro do Turismo,
Meu caro ministro Luiz Dulci, ministro-chefe da Secretaria da Presidência da República,
Nilmário Miranda, ex-ministro, secretário especial de Direitos Humanos,
Meu caro Fernando Pimentel, prefeito de Belo Horizonte,
Meu caro Angelo Oswaldo Santos, prefeito de Ouro Preto,
Meu caro Celso Cota, prefeito de Mariana,
Nosso querido Roger Agnelli, diretor-presidente da Companhia Vale do Rio Doce,
Deputados e deputadas presentes a este ato,

Meu caro Prefeito de Ouro Preto, quero primeiro lhe comunicar que no seu discurso você falou que estava sendo estudada a extensão de uma faculdade de medicina para Ouro Preto. Eu posso lhe dizer, Prefeito, que essa faculdade já está aprovada, que logo, logo, os estudantes de Ouro Preto não precisarão ir a São Bernardo estudar medicina, estudarão aqui mesmo.

A segunda coisa é para os companheiros que estão aqui. A verdade nua e crua é que um povo que não conhece a sua história é um povo mais



fragilizado politicamente, intelectualmente e culturalmente. E no Brasil, muitas vezes, uma parte da elite brasileira gosta de viajar para a Europa e gosta de enaltecer os castelos europeus, gosta de enaltecer os museus na Europa. Mas, quando chega no Brasil, onde um prefeito, um governador, um presidente da República diz que vai gastar 50 centavos para recuperar um Próprio histórico, eles falam contra e, muitas vezes, criticam abertamente.

E aqui no Brasil as pessoas costumam baixar o nível e dizer o seguinte: “É, mas está gastando 50 mil no trem, daria para fazer 10 casas populares e cinco não sei o que lá, 6 não sei o que lá”. Como se não tivesse uma importância extraordinária essa viagem que nós fizemos de trem, hoje, de Mariana para cá, que Deus queira que vocês, esta semana, possam andar. Eu sei que o povo da comunidade vai andar de graça, os turistas vão pagar um pouco. Mas é uma viagem excepcional, e foi irresponsabilidade histórica de todos os governos que passaram por este país, independentemente do partido, que deixaram esta ferrovia virar um ferro-velho.

Na verdade, é um marco histórico. Aécio, Minas Gerais ganha, de forma extraordinária, mais respeito no mundo do turismo quando apresentar, e certamente o Walfrido já fez um filme, você já deve ter feito outro, e já vão mandar para o mundo inteiro. Qualquer turista, pode ser alemão, inglês, francês, turco, sueco, argentino, qualquer um que ver esta ferrovia vai dizer: “Esse povo brasileiro é muito do porreta. Esse povo brasileiro é muito competente”.

Mas não é apenas essa estrada. O José Alexandre, da Agência de Transportes, me dizia agora o seguinte: são, ao todo, no Brasil, 30 ferrovias que estão sendo reconstruídas, 30 ferrovias turísticas, das 30, 18 já estão prontas. Uma delas é essa que nós andamos hoje, a outra de São João Del Rei a Tiradentes, e tem mais quatro em estudo aqui, em Minas Gerais.

Nós temos, meu caro Governador, de São Lourenço a Soledade de Minas; nós temos estudo de Passa Quatro a Coronel Fulgêncio; nós temos



estudo de Santa Bárbara a Barão de Cocais; e nós temos estudo de Barra Mansa a Ribeirão Vermelho. São mais quatro ferrovias aqui no estado de Minas Gerais, que estão em estudo, para que a gente transforme essas ferrovias em ponto de atração turística e transporte coletivo mais fácil e mais barato para o povo do nosso país.

Logo, logo, nós vamos convidar os brasileiros para viajarem conosco na ferrovia do Pantanal. É uma ferrovia que passa no Pantanal brasileiro, que estava totalmente abandonada, deteriorada, depredada, e nós estamos consertando para dar ao povo brasileiro o mínimo de orgulho que a gente sente quando viaja para outro país e visita um museu ou uma coisa bonita.

Mais ainda, o nosso querido Roger Agnelli sabe que houve um tempo em que o Brasil não estava produzindo nem trilho mais, a gente não produzia mais vagões. Quando nós tomamos a decisão de recuperar as ferrovias, só para vocês terem idéia, só em São Paulo estão hoje produzindo 10 mil vagões, uma grande parte deles encomendadas pela Companhia Vale do Rio Doce. Então, voltou a funcionar a fábrica que produz dormente, voltaram a funcionar as fábricas que produzem trilho, voltaram a funcionar as fábricas que produzem vagões. Lá, em Sumaré, em São Paulo, está voltando a funcionar uma fábrica de produção, de construção de locomotiva, e o Brasil voltou a dizer ao mundo que o transporte ferroviário é peça fundamental na matriz do sistema e do modelo modal de transporte que nós queremos fazer para este país.

O Roger, que trata muito bem de ferrovias, sabe que nós vamos logo, logo, resolver o problema da ferrovia lá em São Paulo, um gargalo no Porto de Santos. Depois nós vamos fazer a ferrovia Norte-Sul, que estava paralisada há algum tempo, e vamos começar a fazer a ferrovia Transnordestina, ligando quatro estados do Nordeste, o Porto de Suape, em Pernambuco, ao Porto de Pecém, no Ceará, uma ferrovia de mil e 800 quilômetros, numa situação extraordinária.



Pois bem, meus companheiros e companheiras, vocês estavam vendo eu e o Aécio cochichando ali, enquanto as pessoas estavam falando, eu estava dizendo para o Aécio que a parte pior dos atos que a gente faz são os discursos, é verdade. Quando a gente terminou esta viagem do trem, deveria ter uma festa, deveria ter uma mesa de feijão tropeiro, de pururuca. Eu não vou dizer nem uma “Havana”, alguma concha de Salinas, não vou nem dizer uma..., não vou dizer, porque senão vão dizer que estou induzindo os ministros a tomarem uma caninha, não vou.

Mas, olha, de coração, foi aqui em Ouro Preto que nós tomamos a decisão, no dia 21 de abril de 2003, de recuperar esta ferrovia. De lá para cá, fizemos reuniões com a Agência Nacional de Transporte, e, se Deus quiser, num curto espaço de tempo, todas as ferrovias turísticas brasileiras estarão recuperadas, e um grande sistema de transporte intermodal – combinando ferrovia, hidrovia e rodovia – vai permear o Brasil, quem sabe tornar os nossos produtos mais baratos. Minas Gerais vai crescer um pouco mais.

E Minas Gerais, ao crescer, vai ter que tomar uma decisão, porque eu vejo muita gente falar o seguinte: “porque aqui nasceram, aqui moraram os inconfidentes”. Inconfidentes para quem, cara pálida? Para quem que Tiradentes era inconfidente? Ele era inconfidente para a Coroa Portuguesa. Para nós, na verdade, eles eram os revolucionários que lutavam pela independência do Brasil, para que a riqueza produzida nesta região ficasse aqui. Eu acho que, quem sabe este seja um bom tema para que os nossos historiadores comecem a discutir daqui para frente. Porque, vejam, ele foi um homem que pensou na independência do Brasil. Foi morto, esquartejado, salgada a sua carne, mas as idéias dele continuaram. Trinta anos depois, o milagre que ele tentou produzir foi feito por D. Pedro. E, se você não sabe, meu caro Governador, lá em São Bernardo tem estrada real. Lá em São Bernardo tem a estrada velha de Santos onde tem a casa da Marquesa de Santos. D. Pedro descia a serra para se encontrar, na metade do caminho, com a



Marquesa de Santos. E está lá a casa recuperada também. Tem a estrada Piratininga, por onde subiam os burricos trazendo comida para os garimpeiros que trabalhavam aqui em Ouro Preto. A Estrada Real é mais longa do que Vossa Excelência imagina, muito mais longa. Vai chegar em Garanhuns um dia. Foi o nosso D. Pedro que, em outubro de 1810, criou a Comarca de Garanhuns. Portanto, lá também deve ter um pedaço da Estrada Real. No mais gente, de coração, eu não sei se a juventude já andou nesta ferrovia, mas se vocês fizerem esse passeio, vocês vão ficar muito mais orgulhosos da região de vocês do que vocês já são hoje.

Que Deus abençoe vocês, muito obrigado a todos que trabalharam para que a gente pudesse concretizar este projeto e obrigado, pessoalmente, ao Roger Agnelli, presidente da Vale do Rio Doce.

Um abraço.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de implementação do Programa de Medicamentos Fracionados
Palácio do Planalto, 10 de maio de 2006**

Na verdade, não estava previsto que eu falasse aqui, hoje, a não ser para agradecer. Eu estou vendo aqui muitas pessoas ligadas à área da saúde, muitos médicos, muitos conhecidos antigos, antigos não porque são velhos, é porque nos conhecemos há mais tempo.

E essas coisas poderiam ter acontecido há um ano, dois anos atrás, se nós não tivéssemos, muitas vezes, os empecilhos da própria legislação, os empecilhos da burocracia e as dificuldades que, muitas vezes, não permitem que a gente trabalhe com a pressa que nós gostaríamos de trabalhar.

Queria dizer a vocês que, ainda em 2004, eu recebi de uma pessoa, no meu gabinete, a idéia de que a gente poderia introduzir, no Brasil, o remédio fracionado. Naquela ocasião, eu chamei o ministro Humberto Costa, pedi para ele estudar e houve um primeiro estudo feito que dizia que não era possível, que era muito difícil fazer isso, até que a mesma pessoa que me comunicou me disse: “mas já existe em vários países do mundo”. Ora, se já existe em vários países do mundo, por que não pode existir no Brasil?

E eu me dei conta de que muitas vezes as coisas não acontecem porque as pessoas têm medo, o que também é normal, de fazer coisas novas. Já está tudo acontecendo, deixa do jeito que está, para que fazer mudança?

Isso tinha acontecido, Agenor, com a Farmácia Popular. O primeiro estudo que eu pedi, da Farmácia Popular, o Dulci estava na reunião, me veio um parecer contra, com 13 razões pelas quais a gente não podia introduzir a Farmácia Popular. E eu disse, na época, o seguinte: bom, eu posso arrumar um parecer com 13 razões pelas quais a gente pode fazer a Farmácia Popular. Parecer por parecer, você contrata o parecer que você quiser. Está aqui o



Cassioni, que é advogado, e sabe que não tem parecer contra a pessoa que pede o parecer.

E eu achava que era extremamente importante fazer a Farmácia Popular, porque tem uma parcela da sociedade que vai ao SUS e consegue sair do médico com o seu remédio. Mas tem uma parcela que não vai ao SUS e que, tanto quanto aquelas que vão ao SUS, termina não tendo o dinheiro para comprar o remédio.

E, como eu sou um peregrino, eu ando muito por este país, não foram poucas as vezes em que eu encontrei pessoas, na rua, com a receita na mão, que me entregavam a receita, pedindo para que a gente arrumasse o dinheiro para comprar o remédio ou dizendo que o médico tinha receitado remédio há não sei quanto tempo e que elas não tinham podido comprar o remédio.

Ou seja, não tem nada mais desagradável do que uma pessoa ir ao médico – e ninguém vai ao médico para pegar uma receita, as pessoas vão ao médico para tentar encontrar uma razão para a sua cura – e receber a receita desse médico, e chegar em casa e guardá-la, porque não pode comprar o remédio.

E podem ter certeza, vocês que são médicos, os deputados, ultimamente não andam passando receita para ninguém, mas quem já clinicou sabe: quantas vezes vocês passam remédio para um paciente – cliente é de advogado, para médico é paciente – e, depois, no retorno, ele comunica a vocês que não pôde comprar o remédio, não é isso? Se o médico tem o coração grande, bom, pega aquelas amostras grátis e deixa lá e, na medida do possível, ele vai dando para os clientes mais pobres. Senão, ele leva, às vezes, para o consultório dele e faz da amostra grátis o que ele bem entender.

Eu fui diretor do Departamento Médico no Sindicato dos Metalúrgicos e a minha grande briga era para que os médicos deixassem as amostras grátis no ambulatório do Sindicato e não levassem para o seu consultório, o que, às vezes, acontece.



Pois bem, então a Farmácia Popular, e eu quero cumprimentar o Ministério da Saúde pela obra de engenharia, na medida em que a gente não consegue fazer com rapidez as farmácias populares nas cidades, porque depende de convênio com prefeitos, e em época de eleições prefeito de um partido não gosta de fazer convênios com quem é de outro partido político. Tudo uma bobagem, porque ninguém está pensando em eleição, você está pensando é em saber se uma pessoa que você nem conhece vai ter acesso a um remédio que ela até então não podia ter.

Como estavam demorando as Farmácias Populares nós, então, através do Ministério da Saúde, fizemos um convênio com a rede de farmácias e saímos de cento e poucas que já estavam prontas para mil e 600 farmácias populares, onde as pessoas podem comprar remédios até 90% mais baratos do que eles compram no mercado.

E o remédio fracionado é uma complementação disso, por quê? Porque cada um de nós – os médicos talvez não tenham, não sei se deputado e deputada têm –, mas duvido que exista um brasileiro ou uma brasileira que não tenha uma farmácia de remédios vencidos em casa, duvido. Até porque é quase que uma coisa cultural. Às vezes, um médico receita para a pessoa tomar 10 comprimidos, mas o cidadão tomou três e melhorou, ele pode tomar o quarto ou quinto, normalmente ele pára de tomar. E vai juntando comprimido, vai juntando colírio, vai juntando remédio para pingar no nariz, aí, você acorda de noite com uma dor de cabeça, com uma enxaqueca, com uma coisa qualquer, você vai procurando o primeiro que você encontra. Tem “nego” que coloca remédio no nariz que era para colocar nos olhos, tem “nego” que coloca nos olhos o que era para colocar no nariz. Ou seja, na verdade, o que nós queremos é dar ao cidadão, que tomar um comprimido porque ele está com dor de cabeça, o direito de comprar só um, porque ele não precisa comprar, como diria a minha mãe se fosse viva no Nordeste, um “cachete”. Ele quer comprar



um comprimido, então ele vai lá e pega um. Às vezes, ele não tem dinheiro para comprar quatro, mas ele pode ter dinheiro para comprar um.

Bem, vocês sabem que é difícil essas coisas no Brasil. Você, que está assumindo agora o controle disso, meu caro Manuel Roberto da Cruz, que é agora o nosso diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica e de Insumos Estratégicos. Tudo o que a gente apresenta, também os laboratórios resistem, alguns mais que outros.

Então, vejam vocês, nós já assinamos um decreto com dois laboratórios, que já têm uma quantidade de remédios disponibilizados em toda a rede de farmácias no Brasil. E o Brasil, para ter farmácias e padarias, não perde para ninguém: são 55 mil farmácias ao todo no Brasil. É estimativa.

Pois bem, então todas essas farmácias terão disponibilidade, agora, de remédios desses dois laboratórios. São quantos remédios ao todo? Cento e sessenta remédios. Tem mais quatro laboratórios que já entraram com o pedido na Anvisa. Eu espero que a Anvisa seja muito rápida na apreciação, porque nem sempre, também, a gente funciona com a rapidez que a gente precisa. Às vezes, o tempo das agências não são o tempo da sociedade, nem tampouco o do Presidente. Mas, de qualquer forma, eu acho que a Anvisa prestou um trabalho enorme desde a última reunião que nós fizemos; acho que o Ministério da Saúde assumiu de forma muito ousada o cumprimento dessa tarefa, e nós estamos aqui hoje, colhendo. E, na verdade, estou passando um pouco a bola para os deputados, porque o projeto de lei precisa ser aprovado para que a gente tenha, então, a obrigatoriedade, por lei, de que todo remédio vendido no Brasil, salvo aqueles que não podem ser vendidos, seja vendido de forma fracionada, para que a pessoa democraticamente possa comprar apenas os remédios de que precisa.

Eu acho que essa medida ajuda de forma extraordinária todos os brasileiros, independentemente das pessoas serem pobres ou ricas, dependendo da qualidade do uísque que toma de noite, se for um de



qualidade, não vai ter dor de cabeça, não vai ter enxaqueca, não vai precisar de remédio. Mas se for um de qualidade um pouco mais baixa, vai precisar. Então, independentemente da origem social, a pessoa vai poder escolher o remédio para comprar. Ganham as pessoas mais pobres, que são as pessoas que muitas vezes têm dificuldade de comprar o remédio. Eu acho que ganha o Brasil. Ganha o Brasil, porque demonstra claramente que, do ponto de vista de modernização, do ponto de vista do avanço na área da saúde, na área do trato das pessoas que precisam de saúde, nós não ficamos devendo nada a ninguém.

Habitualmente, algumas pessoas no Brasil diziam: “se é bom para os Estados Unidos, é bom para o Brasil”. Então, se os Estados Unidos têm, então vamos ter no Brasil. Se é bom para a Europa, é bom para o Brasil. Tem na Europa, vamos ter no Brasil e, por felicidade, somos o primeiro país da América Latina a montar isso. Quem sabe, a partir dessa disposição do Brasil, a gente possa fazer com que, em toda a América do Sul e América Latina, as pessoas adotem essa prática. E os laboratórios vão descobrir que não é nada contra eles. Com muita facilidade, eles vão perceber que vão poder continuar ganhando dinheiro, a mesma coisa; vendendo os remédios, a mesma coisa; produzindo a mesma coisa, apenas vão ter que comprar uma maquininha a mais para poder fazer... tomar aqui o meu fracionado, que eu tanto precisava... e vai ter gente que vai gostar de remédio fracionado que, logo, logo, quando tiver todos, as pessoas vão... Isso, eu acho extremamente simples, poderia estar acontecendo há meio século ou há um século, e não está. Porque, normalmente, o interesse nunca teve a participação do usuário. Agora, não. Agora o cidadão chega lá, o médico pediu dois, ele pede só dois. Ele não tem três reais, ele só tem um real para comprar dois, ele compra só dois e vai para casa tomar um, dois dias. No outro dia o Roberto empresta mais um pouquinho de dinheiro para ele, ele compra mais dois... E assim nós vamos democratizar, definitivamente, a saúde no Brasil.



Eu não sei se os médicos atentaram para uma coisa: na apresentação, ele colocou lá tratamento médico e odontológico. Eu já achei um avanço extraordinário a palavra odontologia entrar onde tem a palavra médico, porque no Brasil eram duas coisas tão díspares, em que a gente não via um único convênio feito neste país para tratar do dente, porque boca não era tratada como questão de saúde pública. Por quê? Eu digo todo santo dia para as pessoas ouvirem, até ficarem cansadas de mim. Dor de dente, neste país, não é dor de rico, é dor de pobre. Então, para que tratar de dente de pobre? Quem fica banguela é pobre, não é rico. O rico, só quando a natureza toma conta. É o pobre que perde o dente com 14, 16, 17 anos, então é para ele que nós temos que ter, de forma preferencial, uma saúde bucal digna, decente e respeitável.

Então, eu acho que o aperfeiçoamento do SUS, com a extraordinária capacidade de atuação da Bancada da Saúde no Congresso Nacional, com a Farmácia Popular, com a Fábrica de Manguinhos produzindo remédio a todo vapor, com o barateamento do remédio para o coquetel de combate à Aids, com a Farmácia Popular e os convênios com a rede de farmácias e, agora, com o remédio fracionado, nós estamos caminhando de forma muito rápida para que a gente possa atingir um estágio muito mais digno na saúde brasileira.

Além de agradecer ao Agenor, ao Saraiva, ao Humberto Costa, que foram os três ministros que passaram por aqui, além de agradecer aos funcionários e aos técnicos da Anvisa, eu quero dizer que tem uma pessoa que se dedicou a isso com uma presteza fantástica, que foi a ministra Dilma Rousseff, que não está aqui. A Dilma é daquelas pessoas que, quando a gente dá uma tarefa para ela, saiam da frente, porque ela não descansa enquanto não faz. E, no começo, parecia difícil. No começo, parecia muito difícil, não é, Agenor? Parecia difícil, tem dificuldades aqui e ali... Eu falei “Dilma, é tua tarefa, nós precisamos fazer isso antes de eu viajar para o Encontro América do Sul-Europa”, e hoje estamos aqui anunciando. Espero que vocês possam



desfrutar do remédio fracionado e espero que o povo brasileiro possa ter logo, logo, isso produzido por todos os laboratórios no Brasil.

Eu sei que os deputados, e aqui é um apelo aos deputados, um grande apelo, que é o seguinte: eu sei que nós estamos entrando em um período pré-eleitoral muito delicado em que, a partir de junho, menos gente virá para Brasília e mais gente vai estar no seu estado fazendo campanha, o que eu acho normal. Agora, a gente não pode deixar um projeto desses cair na gaveta e ficar um ano, dois anos lá esperando. Se vocês quiserem, com um pouquinho de pressão aqui ou ali, a gente coloca isso na pauta muito antes do hábito tradicional do nosso Congresso.

Por isso, meus parabéns, Agenor, meus parabéns a todos que contribuíram para que nós chegássemos no dia de hoje: aos laboratórios, ao pessoal da Anvisa, e, sobretudo, eu acho que a gente deveria dar parabéns ao povo brasileiro, que vai ter mais uma possibilidade e facilidade de ter acesso a melhorar a sua saúde.

Muito obrigado pela presença de vocês.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, como expositor na II Sessão de Trabalho da IV Cúpula América Latina e Caribe-União Européia

Viena-Áustria, 12 de maio de 2006

Senhoras e senhores,

São muitos os valores e os projetos que vinculam a Europa, a América Latina e o Caribe.

Nossas regiões vêm aprofundando seus processos de integração. É um objetivo maior não apenas dos governos mas, sobretudo, de nossas sociedades.

Estamos empenhados nas negociações do acordo entre o Mercosul e a União Européia. Deve prevalecer uma visão política dessa aproximação, de seu sentido estratégico e de seus resultados positivos de longo prazo.

Senhoras e senhores,

Desde que assumi a Presidência do Brasil, defini que a prioridade máxima de meu governo deveria ser a promoção do desenvolvimento com justiça social. Decidimos combater de frente o flagelo da fome e da pobreza.

Garantimos, em primeiro lugar, um ambiente econômico propício ao crescimento. Temos uma política econômica responsável. Hoje, a inflação está definitivamente controlada.

A disponibilidade de crédito é maior. O poder de compra do consumidor mais pobre aumentou significativamente. Criaram-se cerca de 4 milhões de empregos formais.

Houve substancial redução do trabalho infantil. Nossos indicadores sociais mostram uma evolução notável. A concentração de renda diminuiu, caiu a taxa de analfabetismo, aumentou o nível de escolaridade da população



brasileira. O número de pobres e extremamente pobres também tem caído. Isso contribui para a inclusão social e a universalização de direitos.

O Bolsa Família, o maior programa de transferência de renda já executado no país, está presente em todos os municípios brasileiros. As políticas de proteção e promoção das famílias pobres no Brasil beneficiam mais de 9 milhões de famílias. Esperamos, até o final deste ano, atingir o total de famílias abaixo da linha da pobreza.

Senhoras e senhores,

A luta contra a miséria não pode ficar restrita a ações internas de nossos países. A comunidade internacional precisa se mobilizar.

Com o apoio de meus companheiros da França, do Chile e da Espanha, além do Secretário-Geral das Nações Unidas, lançamos, em 2004, a Ação contra a Fome e a Pobreza. Estimulamos discussões sobre mecanismos inovadores de financiamento ao desenvolvimento. Vários países, como o Brasil, já estão colocando em prática contribuição sobre passagens aéreas ou medidas equivalentes.

Mas estas ações não são suficientes. Para atacar de frente a fome e a pobreza precisamos, também, do comércio internacional. O comércio deve contribuir para o desenvolvimento ao invés de obstruí-lo. Somente com um comércio verdadeiramente livre de entraves e subsídios é que poderemos integrar milhões de seres humanos à economia mundial. Para isso, devemos corrigir os profundos desequilíbrios que hoje permeiam as trocas comerciais, penalizando os mais pobres.

A Rodada da OMC é a melhor chance que temos para reduzir ou eliminar subsídios, abrir mercados, aumentar a riqueza e gerar empregos. Cresce na comunidade internacional o sentimento de que os subsídios agrícolas, que já sabíamos serem imorais, são também ilegais. Os países que mantêm esses privilégios estão, na verdade, produzindo pobreza nos países em desenvolvimento. Viciam os agricultores ineficientes dos países mais ricos



e penalizam os consumidores mais pobres em todo mundo.

O protecionismo agrícola dos países ricos é uma das formas mais injustas de depressão das condições de vida do mundo em desenvolvimento. Os que mais sofrem são os pequenos agricultores, grande parte deles na África, que não podem competir com os subsídios. Seus produtos nunca chegam ao mercado. Até quando vamos tolerar essa situação perversa?

Dependem de nós as decisões que podem reverter esse quadro. Com a eliminação efetiva dos subsídios e a abertura de mercados do mundo rico, os países em desenvolvimento vão exportar mais. Aqueles que ainda não exportam produtos agrícolas vão finalmente conseguir fazê-lo, diversificando suas estruturas produtivas. O efeito será multiplicador.

Sabemos das dificuldades políticas de alguns países em fazer as reformas necessárias. Mas a fome e a pobreza não podem ser o preço a pagar.

Na Conferência de Hong Kong ocorreram avanços importantes, mas não suficientes. As negociações em Genebra não estão produzindo os resultados esperados. Prazos acordados não foram cumpridos. Os riscos são evidentes. Os negociadores, por si mesmos, não estão em condições de fechar um acordo final.

Contornar esse impasse com um acordo pouco ambicioso seria ainda pior. Perderíamos a oportunidade de tornar mais eqüitativas as regras do comércio internacional. Esse não é um cenário aceitável. Para obter um resultado equilibrado e satisfatório, será fundamental que cada um faça a sua parte.

O acordo final que desejamos para a Rodada Doha deve ter presente um cenário no qual as concessões devem ser diretamente proporcionais ao nível de riqueza. Os países ricos deverão fazer os maiores gestos. Os países em desenvolvimento darão passos significativos, segundo suas possibilidades. E os países mais pobres, dentre os pobres, não terão custo algum. Ao contrário, receberão benefícios concretos e inversamente proporcionais ao seu



nível de riqueza. Afinal, esta é uma Rodada para o Desenvolvimento.

Estamos dispostos a fazer movimentos na área industrial e de serviços, desde que haja avanços realmente significativos na liberalização do comércio em agricultura. Não podemos ter a ilusão de que concessões dos países em desenvolvimento terão o efeito de desbloquear as negociações.

A principal responsabilidade recai sobre os países ricos. Não se pode mais aceitar pretextos para o imobilismo. Estou convencido de que chegou a hora de envolver diretamente os líderes para desbloquear as negociações. Somos nós, os mandatários, que podemos dar impulso político ao processo.

Sugeri a realização de uma Cúpula especial para tratar da Rodada. Venho conversando com diversos líderes. Em fevereiro, discutimos o assunto em Pretória, na Cúpula da Governança Progressista. O mesmo tenho feito aqui em Viena. Na reunião do G-8, em São Petersburgo, em julho, poderemos ser porta-vozes desse sentimento.

Temos que manter elevado nosso nível de ambição. O êxito da Rodada vai fortalecer a governança global. O que está em jogo é o futuro do multilateralismo. Se não formos capazes de tornar o comércio internacional mais livre e mais justo, como poderemos resolver, de forma coletiva e eficaz, desafios mais complexos como o combate ao terrorismo, a proliferação de armas de destruição em massa e o armamentismo?

Não há tempo a perder. Convoco todos os líderes a se juntarem nesse esforço.

Muito obrigado.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do Fórum Nacional de Cooperativas de Crédito de Micro e Pequenos Empresários e Empreendedores

Hotel Nacional – Brasília-DF, 15 de maio de 2006

Márcio, você me desculpe, mas eu tenho que falar de um lugar mais alto, porque eu sou mais baixo que você, e se eu ficasse ali não seria visível.

Meu caro Luiz Otávio Gomes, presidente do Conselho Deliberativo do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas,

Meu caro Márcio Lopes de Freitas, presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras,

Meu caro companheiro Paulo Okamoto, diretor-presidente do Sebrae,

Meu caro Paulo Sérgio Cavalheiro, diretor do Banco Central do Brasil,

Meus caros amigos e amigas representantes do Movimento de Cooperativas de Crédito do Brasil,

Meus amigos,

Convidados,

Antes de ler o meu pronunciamento, eu queria dizer para vocês que o Márcio estava preocupado ali, porque ele cobrou algumas coisas. E eu, Márcio, você me conhece, às vezes eu fico mais zangado quando não sou cobrado e, depois de seis ou sete meses você se encontra com a pessoa e ela diz: “Ah, poderia ter sido feita tal coisa”. Mas por que você não cobrou? “Ah, porque eu não achei oportunidade de cobrar.”

Fico feliz de o Banco Central estar recebendo elogios aqui, porque sabe Deus o sacrifício que foi, em 2003, para convencer o Banco Central de que precisava fazer algumas mudanças. E todas as mudanças eu trouxe do último encontro, do primeiro encontro das cooperativas de que eu participei, parece



que no Guarujá, em Santos, e aquilo virou quase uma norma de procedimento para cobrar as mudanças necessárias para que a gente pudesse aprimorar as cooperativas no Brasil.

Depois, eu tive uma decepção, porque depois de nós aprovarmos tudo o que se entendia ser necessário aprovar, um dia eu encontro o Roberto Rodrigues e pergunto: “Roberto, eu pensei que a gente já ia ter umas 20 mil cooperativas, 30 mil cooperativas”. Eu me lembro que, até no Encontro de Prefeitos do ano passado, eu cobrei dos prefeitos: “por que não montam a cooperativa de crédito na cidade de vocês?”.

E o Roberto me chamou a atenção para uma coisa: a cooperativa não nasce porque alguém quer criar de cima para baixo. Ou um grupo de pessoas está convencido de que precisa se reorganizar, unir e criar uma cooperativa, ou ela pode nascer de forma fictícia e não funcionar, porque não tem liderança nem substância para ela sobreviver.

De forma, meu caro, que você, Márcio, não se preocupe. Saia, quando terminar este seminário aqui, este fórum, e leve a pauta de reivindicação, porque certamente tem que aproveitar, dia 31 de dezembro termina o mandato, e se tiver que fazer alguma coisa, tem que ser logo. Não demore, porque eu não sei se terá outra oportunidade, você tem experiência nisso.

E quando eu falo de cooperativa, eu falo porque acredito, eu falo porque é um jeito de você não precisar dos bancos para tomar dinheiro emprestado. Então, não tenham nenhuma preocupação de fazer as reivindicações, de colocarem no papel. O Banco Central de hoje está muito mais flexível do que o Banco Central que eu herdei. Os funcionários do Banco Central estão muito mais convencidos, o Ministério da Fazenda está muito mais convencido. E eu acho que o resultado das coisas que vocês estão fazendo são razões suficientes para que a gente tenha mais argumentos para convencer mais gente que ainda queira colocar obstáculo. Então, não fique constrangido de reivindicar, não, porque constrangido você deveria estar se não tivesse



reivindicado.

O papel de um governo democrático é responder aos anseios do seu povo, promovendo o melhor uso dos recursos disponíveis. É o que temos feito, e assim entendemos a missão do Estado na luta pelo desenvolvimento do nosso país. É por isso que estamos implementando um enorme esforço de desenvolvimento econômico e social para levar milhões de brasileiros e brasileiras a ter plena cidadania, superando uma situação de miséria que tem se perpetuado ao longo da nossa história.

Reduzir a distância entre o Brasil de cima e o Brasil de baixo implica quebrar um mito do desenvolvimento entre nós. Durante décadas cultivou-se neste país a idéia de que uma economia só avança se concentrar riquezas e oportunidades nas mãos de poucos, deixando de lado projetos e investimentos do interesse de muitos. Em nome dessa suposta eficiência, chegou-se a promover o sucateamento do Estado brasileiro e negligenciar serviços públicos essenciais, dos quais depende a segurança e o bem-estar social da maioria da população.

Toda a sociedade brasileira pagou um preço trágico por esse equívoco. Mas a cota mais alta do sacrifício recaiu nas costas da porção mais humilde do nosso povo, formada por aqueles que dependem, essencialmente, da infraestrutura pública para sobreviver. Reverter essa lógica, como estamos fazendo, é o principal desafio de um projeto de desenvolvimento democrático. Significa, entre outras coisas, recuperar a eficiência e a dignidade da máquina pública; romper o funil elitista da educação; assegurar uma renda mínima aos que têm fome; democratizar o acesso à moradia, à terra, à saúde, à cultura, à comunicação e à participação política.

A ampliação do acesso ao crédito faz parte dessa gigantesca travessia de um Brasil de poucos para um país de todos. Não se trata, neste caso, de corrigir apenas uma injustiça de caráter técnico, contábil. O crédito, na verdade, é uma antecipação do futuro e um multiplicador de oportunidades, que liberta o



presente das restrições trazidas do passado e amplia as possibilidades de um tempo novo para o nosso povo. O crédito mais barato significa, também, um divisor de água entre a sobrevivência e o fracasso para milhões de micro e pequenos empreendedores. Historicamente, eles têm sido desdenhados pela lógica de um crescimento sem perspectiva social.

Não era pouco o que o Brasil perdia com isso. Os micro e pequenos negócios representam mais de 90% do universo empresarial brasileiro, garantem 67% da oferta de empregos e geram mais de 20% do PIB. Mas o que é, sobretudo, importante: 64% desses empreendedores não têm acesso ao capital de giro. Dependem de recursos pessoais tomados junto a parentes, amigos ou mesmo agiotas para pagar as contas de suas empresas. Não é difícil entender, portanto, porque 49,5% desses empreendimentos fecham as portas antes dos primeiros dois anos de vida. O desafio deste seminário é adicionar idéias e propostas ao que o governo tem feito para romper esse ciclo de frustração social e desperdício produtivo.

Desde o início do nosso mandato, apostamos na capilaridade do sistema cooperativo para superar esse círculo vicioso. Acolhendo propostas das entidades do setor, dotamos o sistema cooperativo de maior flexibilidade e abrangência; liberamos a criação de associações de livre adesão, sem vínculo profissional; autorizamos a captação de poupança rural por bancos cooperativos; demos isenções fiscais ao sistema e aumentamos os limites de exposição ao risco. Liberamos, também, a formação de cooperativas de dois ou mais grupos empresariais distintos e ampliamos a sua base de abrangência, passando de 100 mil habitantes para até 300 mil habitantes distribuídos por dois ou mais municípios. Agora, estudamos elevar esse limite para um universo de 750 mil habitantes.

Simultaneamente, cuidamos de fortalecer a saúde do sistema, protegendo os interesses dos associados com normas de auditoria externa e fiscalização ainda mais eficazes. Finalmente, criamos o Programa de



Capitalização de Cooperativas de Crédito e autorizamos o uso cooperativo de Postos de Atendimento Eletrônico, bem como de Postos de Atendimento Transitório em todo o território nacional, iniciativas que o setor vinha reivindicando há muito e muito tempo.

As cooperativas de crédito ainda representam uma fatia pequena do sistema financeiro nacional, com participação de apenas 2,6% no movimento geral de recursos. Mas, graças ao incentivo dessas medidas, ocorreu um expressivo aumento do associativismo de crédito no país. Hoje, ele reúne dois milhões seiscentos e oitenta e três mil associados, um aumento de 43% em relação a dezembro de 2002. O total de depósitos cresceu 75,5% nesse período e a massa de empréstimos saltou 74,5% nesses 40 meses de governo.

Meus amigos e minhas amigas,

Esse esforço de ampliar o crédito cooperativo é parte de um esforço mais geral pela ampliação e democratização do crédito como um todo em nosso país. Não há dúvida de que vivemos um ciclo inédito de democratização do crédito no Brasil. Seu montante hoje já equivale a 31% do PIB, sendo o mais alto percentual registrado desde 1995, com elevação de 33% sobre o patamar de 2003.

Mas não se trata apenas de uma mudança de quantidade. A composição e o destino dessa massa de recursos encerram igualmente distinções profundas em relação à lógica financeira dos anos 90 e a seus desdobramentos recessivos e concentradores. Quando tomamos posse, o volume de empréstimos liberado pelas instituições públicas brasileiras havia caído de um patamar de 20,7% do PIB, em 1995, para cerca de 9%. Pior ainda: vivíamos os efeitos de uma política deliberada de redução do crédito direcionado – aquele destinado à habitação, infra-estrutura e produção rural, entre outros –, regido por taxas de juros significativamente inferiores à média do mercado.

Em meados de 2001, o saldo do crédito direcionado nas principais



instituições públicas havia recuado para algo em torno de R\$ 300 bilhões – eu estou achando que 300 bilhões, aqui, o número está exagerado. Em março deste ano, podemos dizer, com orgulho, ele já era um montante da ordem de R\$ 606 bilhões. Dobramos o volume e invertemos a tendência. No caso das micro, pequenas e médias empresas, o saldo de empréstimos no Banco do Brasil cresceu 144% entre janeiro de 2003 e 2005. No BNDES, a participação desse segmento subiu de 22% para 31% do total emprestado no período. Na Caixa Econômica Federal, o financiamento imobiliário atingiu R\$ 9 bilhões no ano passado, com uma alta de 70% em relação ao começo do governo. Este ano, os novos desembolsos já superam as amortizações dos contratos antigos, o que significa dizer que estamos adicionando fôlego extra à atividade econômica e à geração de emprego para os próximos vinte e quatro meses, período médio de maturação de um empreendimento imobiliário.

Os benefícios para os setores mais humildes da população não decorrem, todavia, apenas do aumento de postos de trabalho. A destinação dos recursos também converge, prioritariamente, na sua direção. Hoje, 44% dos financiamentos da Caixa Econômica concentram-se na faixa de renda de até três salários mínimos, onde estão 84% do déficit habitacional brasileiro. Antes do nosso governo, apenas 20% dos recursos iam para esse segmento. O estoque de imóveis desocupados, ainda existente no mercado, equivale praticamente ao déficit habitacional brasileiro, da ordem de sete milhões de unidades. Ou seja, o mau uso do crédito no passado, em vez de reduzir nossos desequilíbrios sociais, reiterou e agravou as condições preexistentes da desigualdade brasileira.

A lógica que perseguimos é oposta a essa. Colocamos a alavanca do crédito para trabalhar a favor da maioria e, portanto, a serviço de um padrão de bem-estar melhor para toda sociedade. Como disse o Márcio, inclui-se aí um acelerado processo de bancarização das faixas de menor renda, que já abriram mais de cinco milhões de novas contas do Caixa-Fácil, entre abril de 2003 e



abril deste ano. O crédito consignado, com desconto na folha de pagamento, destinou R\$ 35,5 bilhões em financiamentos ao mercado de consumo, a uma taxa de juros muito inferior à média do mercado. Além de milhões de assalariados da ativa, 8,2 milhões de aposentados e pensionistas já se beneficiaram desse recurso.

No campo, aí o Márcio, como ninguém, sabe o avanço que foi dado no financiamento, sobretudo da parte da agricultura familiar, que cresceu 275% desde que nós assumimos o governo. O resultado é o que estamos vendo: uma combinação importante de crescimento, apoiado em mais empregos, mais oportunidades, maiores vendas, menor inflação e recuo da desigualdade. Esse é o papel do crédito num projeto de desenvolvimento democrático: desobstruir as oportunidades de futuro negadas no passado, libertar as energias do presente e reafirmar as esperanças de um país melhor, a cada amanhã.

Eu queria lembrar a vocês, que vão ter aí alguns dias de trabalho, algumas dificuldades que nós tivemos, que necessariamente não precisamos ter. A parte da evolução que aconteceu no Banco Central, e pode continuar acontecendo, nós precisamos fazer com que essa evolução aconteça no conjunto da sociedade, para entender o papel das cooperativas no nosso país. Eu sempre disse ao Márcio que eu sonho que o Brasil tenha, um dia, o título do país mais organizado em cooperativas de todo mundo. E o Brasil tem possibilidades disso, se nós acreditarmos que é possível fazer isso. E, ao invés de ficarmos vendendo as dificuldades, a gente deve vender as coisas que precisam ser feitas, trabalhar para mudá-las e, então, tentar tornar as cooperativas uma realidade neste país.

Eu vou dar alguns exemplos. Não basta o Banco Central ter a vontade que está demonstrando, não basta o presidente da República ter a vontade que está demonstrando, não basta vocês fazerem as reivindicações que estão fazendo. O que nós precisamos é fazer com que essa confluência de interesses entre governo, cooperados e sociedade brasileira se transforme em



mecanismos que possam facilitar definitivamente a organização das cooperativas e facilitar o dinheiro.

Eu me lembro que, quando fomos discutir com o BNDES para aumentar os recursos para as cooperativas, havia sempre a dúvida porque no Brasil nós temos uma cultura disseminada, na cabeça de todo mundo, que todos são desonestos até que provem o contrário; e a gente não pensa diferente, que todos são honestos até que provem o contrário. Vamos criar um mecanismo e, depois que ele estiver criado, vamos percebendo se está funcionando ou não e fazendo as correções que precisam ser feitas. Levou meses, meses, para que a gente pudesse convencer as pessoas de que nós precisaríamos criar o mecanismo de aumentar o financiamento e depois a gente iria corrigindo, se houvesse muita inadimplência. Porque se a gente partir do pressuposto que as pessoas não vão pagar e exige garantias que as pessoas não podem dar antes de fazer o financiamento, fica tudo parado, fica tudo amortizado dentro dos bancos e não funciona.

Vocês vão ter aqui dois dias de encontro. Pois bem, eu queria sugerir tanto ao Sebrae, quanto ao Banco Central e às cooperativas, que vocês mapeassem, mais uma vez, a lista das coisas que precisam ser feitas para as cooperativas funcionarem corretamente, para que a gente não tenha mais nenhum problema, para que a gente dê um passo adiante quando vocês fizerem o próximo encontro no ano que vem, para que a gente possa, definitivamente, veja...

Deixa eu contar uma coisa para vocês. Se houve um tempo em que o Brasil tinha problema de falta de dinheiro, hoje nós não temos problema de falta de dinheiro. O Sebrae tem, mas não gasta tudo que tem. Mas a verdade é que nós temos muito dinheiro no BNDES, nós temos dinheiro no Banco do Brasil, então o que precisa é sair daqui, Paulo Okamoto, presidente do Sebrae, Márcio, presidente da OCB, o que precisa é as propostas saírem daqui bem corretas e bem pontuais, daquilo que nós temos que fazer. Eu, por exemplo,



Márcio, fico horrorizado quando você diz assim: “nós tomamos uma medida no Conselho Monetário Nacional há quatro meses e ela não foi regulamentada”.

Agora, eu só lamento ficar sabendo quatro meses depois, aqui neste encontro. Eu poderia ter sabido, por telefone, uma semana depois de decidido no Conselho Monetário Nacional, porque foi uma briga para tomar aquela decisão. E tomou-se essa decisão. Ora, se ela foi tomada, é preciso que a gente a coloque para funcionar. Vocês vão ver como, a partir de amanhã, depois de amanhã, vão começar a tratar da regulamentação.

Uma outra coisa que eu queria pedir para vocês é o seguinte: tem algumas coisas que precisam do Congresso Nacional e não tem jeito. Nós estamos há quantos anos reivindicando uma tal de uma lei geral para as micro, pequenas e médias empresas? Há quantos anos? Quer dizer, vocês e o Sebrae trabalharam, fizeram um projeto, passaram meses e meses, eu não agüentava mais ver o Paulo Okamoto reclamar que eu não falava da pequena empresa. Não agüentava mais o Paulo Okamoto dizer que o Palocci estava dificultando, não agüentava mais dizer que o Planejamento estava criando dificuldades. Depois, nós chegamos e construímos uma proposta que pode não ser a ideal, mas é a melhor até então apresentada no Congresso Nacional.

Meus filhos e minhas filhas, se vocês não se convencerem de que é preciso fazer um pouco de pressão para essa lei ser aprovada, nós corremos o risco de terminar o ano e essa lei não ser aprovada. E aí nós vamos ter uma nova legislatura, que vai começar somente em fevereiro, e até todo mundo se adequar à Casa, vai levar mais um tempo. Então, é preciso que a gente se convença, se essa é uma lei importante, por que ela não foi votada ainda? Então, Paulo, Márcio e todos vocês aqui, é preciso uma ação. Eu não estou dizendo para fazer pressão quanto ao Congresso, não. É fazer conversa organizada, é pegar os líderes dos partidos políticos, cada líder dos partidos políticos, os presidentes dos partidos, o líder no Senado, na Câmara, e perguntar por que é que não foi votada? Porque, todo mundo... agora está



chegando a época das eleições, vocês vão perceber: não vai ter um que fale mal de pobre, todos vão falar de banqueiro; não vai ter um que fale mal de cooperativa; não vai ter um que fale mal de microempresário, de pequeno... Porque agora, tudo que é pequeno, é de uma dimensão extraordinária.

Mas os projetos estão lá. Isso pode ser transformado em realidade este ano, a semana que vem, o mês que vem. Ao terminar este encontro, por que vocês não marcam uma reunião com o Presidente da Câmara para conversar com ele? Com o Presidente do Senado, para conversar com ele? Eu tenho certeza de que o presidente Aldo e o presidente Renan vão cooperar, e eles próprios podem chamar uma reunião da liderança. O que não dá, gente, é que já faz muito tempo que esse projeto está lá. Então, eu queria aconselhar vocês a terem uma ação, que tirassem uma convenção para conversar com os líderes e com os presidentes da Câmara e do Senado, porque eu converso muito com o Renan, converso com o Aldo, eles têm... Agora, também, às vezes, os líderes é que precisam colocar em votação. E eu temo, Márcio, que a gente possa ter um bom projeto que não funcione por muito tempo. Nós temos projetos há 13 anos, há 12 anos, há 15 anos, há 8 anos.

Eu fui candidato em 1989 e já se falava da micro, pequena e média empresa, e vocês sabem disso. E somente agora é que foi feita a lei. Então, já que ela está feita, já que foi feita, vencemos os obstáculos para construir uma lei de interesse da grande maioria do povo brasileiro... E ela tem pai. O pai são os pequenos empresários e o Sebrae, que a fizeram. Não é uma proposta do governo federal, não é uma proposta de um partido político, porque nessa hora, também, as pessoas não querem que ninguém assuma o DNA das propostas para ninguém ganhar.

A esta altura do campeonato, eu acho que o Sebrae e as cooperativas deveriam assumir a paternidade, mandar fazer um teste de DNA e dizer: isto aqui é nosso e nós queremos que seja aprovado. Porque senão, Márcio, vai terminar o seu mandato, vai terminar o mandato do Paulo Okamoto, vai



terminar o meu mandato, o Banco Central já não será mais tão democrático assim, e vocês poderão não ver aprovada essa lei que é extremamente importante para a sobrevivência da economia brasileira.

Eu quero desejar a vocês boa sorte neste encontro, quero dizer para vocês que não se acanhem de colocar no papel as reivindicações. As reivindicações podem ser grandes e muitas. Se a gente vai poder atender, eu não sei.

Muito obrigado e boa sorte.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Academia de Tênis – Brasília-DF, 15 de maio de 2006

Meus queridos amigos e amigas que estão participando dessa 1ª Conferência, Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência,

Meu querido Paulo Vannuchi, secretário Especial de Direitos Humanos,
Minha querida companheira Marisa,

Deputados Federais Carlos Mota e Marinha Raupp,

Meu querido companheiro Adilson Ventura, presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência,

Minha querida Izabel de Loureiro Maior, coordenadora geral da Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência,

Senhora Cândida Carvalheira, coordenadora geral da Comissão Organizadora da 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência,

Meus amigos,

Minhas amigas,

Esta é a segunda vez que eu tenho o privilégio e o prazer de participar de um ato com vocês. Da outra vez, vocês estão lembrados, era o nosso companheiro Nilmário Miranda o secretário especial, e nós tivemos um encontro aqui, em Brasília, que não era uma Conferência.

Estou aqui para dizer que vendo vocês, vendo o entusiasmo de vocês, e sabendo que vocês saíram do Oiapoque ao Chuí, em condições difíceis, para vir a uma Conferência, vocês estão consagrando uma coisa que eu venho afirmando há muitos e muitos anos neste país: o grande legado que o governo pode deixar para a sua sociedade não é uma lei e não é um benefício apenas,



mas é a mudança de padrão do relacionamento entre o Estado brasileiro, o seu governo, com a sociedade.

A partir desta Conferência, quem quer que seja governo daqui para diante tem que saber que todo ano, neste país... antigamente nós só tínhamos a Conferência da Saúde. A Conferência da Saúde ganhou uma força tão grande que independia ser de direita, de esquerda ou de centro, quem fosse Presidente ou Ministro da Saúde fazia a Conferência. Nós, agora, já temos 18 Conferências realizadas no Brasil, desde a Conferência dos Sem-Teto, dos Sem-Casa até a Conferência dos Portadores de Deficiência. Então, quem entrar vai saber que, a cada um ano, a cada dois anos, vocês estarão aqui em Brasília dizendo em alto e bom som: “Somos homens e mulheres do Brasil. Não queremos dó, nem piedade, queremos direito e respeito”.

Então, meus parabéns. A conquista de vocês, hoje, é uma conquista nobre para uma parcela extraordinária da sociedade brasileira. E ainda tem gente, ali, em cadeira de rodas, exibindo medalha porque, graças a Deus, também no nosso governo, os companheiros que participam da Paraolimpíada tiveram, se não toda a ajuda que precisavam, mas tiveram a maior ajuda e, pelo que eu estou informado – eu vou ler aqui, no meu discurso – este ano a ajuda será muito maior e, certamente, vocês vão trazer muito mais medalhas do que já trouxeram da outra vez.

Bem, se todos aqueles que enxergam, fechassem os olhos por alguns instantes teriam, quem sabe, uma pequena amostra do que é enfrentar uma rua, uma cidade, um mundo aparentemente feito apenas para quem pode ver. Se todos aqueles que andam com suas próprias pernas imaginassem que já não podem contar com elas, talvez entendessem o obstáculo quase intransponível de uma simples calçada sem rampa para cadeira de rodas.



Estou falando de milhões de cidadãos e cidadãs deste país que, durante anos e anos, foram privados do direito de viver com dignidade, foram privados de direitos humanos inalienáveis. Mas estamos falando de brasileiros e brasileiras que lutaram sempre e agora começam a colher os frutos de suas lutas. Assim que assumimos, em parceria com os movimentos sociais do setor, buscamos levar à prática propostas que há muito tempo vinham sendo reivindicadas. O Decreto da Acessibilidade, que assinei no final de 2004, depois de amplo debate com os setores diretamente interessados, representa um importante avanço no reconhecimento dos direitos de todos os brasileiros e brasileiras portadores de algum tipo de deficiência. Direito ao atendimento prioritário e de qualidade, direito à acessibilidade arquitetônica e urbanística, direito a um sistema de transporte adaptado às suas necessidades, direito a uma educação inclusiva, direito, enfim, a uma vida mais digna.

Por mais que tenhamos feito, precisamos avançar muito mais para corrigir a dívida histórica do Brasil para com essa parcela de sua população, estimada em 24 milhões e 600 mil pessoas. Mas tenho certeza que estamos no caminho certo. Com o Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana estamos estimulando e apoiando os governos estaduais e municipais no desenvolvimento de ações que garantam o acesso de pessoas com restrição de mobilidade aos sistemas de transportes, equipamentos urbanos e circulação em áreas públicas. Muitas vezes, a melhoria da qualidade de vida desses 24 milhões e 600 mil brasileiros e brasileiras depende de medidas, muitas vezes simples. Medidas como calçadas com rampa para os que utilizam cadeiras de rodas, piso tátil e semáforos sonoros para os portadores de deficiência visual, vagões de metrô com indicação visual das estações para os que não ouvem. Medidas simples, mas que só se concretizam quando há compromisso social e disposição política para fazê-las.



Estamos trabalhando para garantir o direito de ir e vir de pessoas que muitas vezes passam a vida confinadas em suas casas porque as cidades não foram feitas para todos. Queremos cidades, estados e um país para todos. Mas é preciso, acima de tudo, construir um país para todos, e um país assim só se constrói com educação acessível a todos.

Nos três primeiros anos de governo, mais de 190 mil novos alunos com necessidades educacionais especiais foram matriculados no sistema de ensino. Um crescimento de 42,7 por cento em relação a 2002. Dado igualmente importante: dos 641 mil 317 alunos com necessidades especiais matriculados no sistema de ensino, nada menos que 41 por cento hoje estudam em escolas comuns, contra apenas 24,6 por cento nos anos anteriores. Isso é fruto das ações que tomamos nestes três anos de governo, com o objetivo de promover a inclusão educacional das pessoas portadoras de deficiência.

Escolas estão sendo adaptadas com laboratórios de informática, oficinas pedagógicas, materiais didáticos, equipamentos e condições de infra-estrutura, enquanto os professores passam por um processo de formação continuada para melhor receber esses alunos. Assinamos, por exemplo, cerca de 300 convênios com secretarias estaduais e prefeituras para a eliminação de barreiras físicas nas escolas, visando a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Quando incluímos essas crianças em turmas convencionais, ensinamos e aprendemos uma importante lição: o respeito à diversidade. Universalizamos a distribuição do Livro Didático em Braille, que agora chega aos estudantes matriculados até a oitava série, e não mais apenas à quarta série. Em 2005, foram distribuídos 40 mil exemplares, num investimento de R\$ 1 milhão e 600 mil reais. Também tornamos obrigatória a inclusão da Língua Brasileira de Sinais no currículo dos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia.



Esses e tantos outros investimentos de recursos e esforços têm o objetivo de reverter um quadro preocupante, herdado de anos e anos de descaso: um terço dos brasileiros e brasileiras portadores de deficiência freqüentaram a escola por um período de apenas três anos. Agora, não vai ser mais assim.

Meus amigos e minhas amigas,

Estamos implementando a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, em parceria com estados, municípios e instituições não-governamentais. As ações abrangem desde a prevenção de deficiências – como o controle de carência vitamínica que provoca cegueira infantil – até a reabilitação. Em 2005, investimos R\$ 4 milhões e 500 mil reais em apoio técnico e financeiro a estados e municípios para a aquisição de equipamentos para serviços de reabilitação. Estão sendo implantadas 122 unidades descentralizadas de reabilitação em Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Rondônia, para que pessoas com deficiência possam ser atendidas mais perto de seus municípios. Essas novas unidades atenderão quem sofreu amputações, pessoas com paralisia cerebral e lesões medulares e idosos com seqüelas de acidente vascular cerebral.

Com a Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva investimos, no ano passado, 162 milhões de reais em tratamento clínico e cirúrgico e na reabilitação por meio de aparelho auditivo, implante e terapia fonoaudióloga. Em 2005, habilitamos 80 unidades de saúde auditiva. Este ano, serão mais 44 unidades, levando cobertura a todos os estados da Federação.

Meus amigos e minhas amigas,

Quero terminar com dois anúncios importantes. O primeiro deles é que a Caixa Econômica Federal acaba de fechar o patrocínio do Programa “Arte Sem Barreiras”. Um investimento de R\$ 1 milhão de reais na realização desse importante evento que promove a arte, a educação e a expressão de jovens e adultos com necessidades especiais. Mais significativo que o valor do



patrocínio é o exemplo dado pela Caixa às empresas que durante muito tempo se recusaram a ter suas marcas vinculadas à imagem de pessoas portadoras de deficiência. Felizmente, o Brasil está mudando. Este é um país que se orgulha de seus cidadãos e cidadãs, principalmente daqueles que superam limitações e enfrentam desafios. E isso tem a ver com o segundo anúncio que eu quero fazer.

A Caixa também acaba de renovar o patrocínio aos atletas paraolímpicos brasileiros, no valor recorde de R\$ 3 milhões e 800 mil reais. Se na Paraolimpíada de 2004, com um patrocínio de apenas R\$ 1 milhão, nossa equipe trouxe na bagagem 14 medalhas de ouro, 12 de prata e 7 de bronze, imaginem com um investimento quatro vezes maior. Não vai trazer todas, porque nós queremos que os outros países também invistam nos seus atletas paraolímpicos e eles também têm o direito de ganhar algumas medalhas. Com toda certeza, vamos fazer bonito no Pan do ano que vem, no Rio de Janeiro, e na Paraolimpíada de 2008, em Pequim.

Eu quero terminar dizendo a vocês: obrigado a todos vocês pelo exemplo de organização e de mobilização, pelas parcerias que temos feito e por nos lembrarem, a cada dia, que este é um país de gente forte, persistente, que não desiste nunca, muito menos quando se trata de defender os direitos humanos.

Que Deus abençoe todos vocês. Muito obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de entrega das obras de revitalização do hospital São Pio X
Ceres-GO, 17 de maio de 2006**

Meus queridos companheiros e companheiras do estado de Goiás,
Meus queridos e queridas companheiros da cidade de Ceres,
Meus queridos companheiros e companheiras das cidades vizinhas,
Meu caro Alcides Rodrigues Filho, governador do estado de Goiás,
Meu caro José Agenor Álvares da Silva, nosso querido ministro da
Saúde,

Meu caro Paulo Sérgio de Oliveira Passos, ministro dos Transportes,
depois eu vou falar um pouco disso,

Meu querido irmão dom Eugênio Rixen, bispo da Diocese de Goiás e
presidente da Associação do Hospital Pio X,

Meu caro companheiro, senador Maguito Vilela,

Meus amigos deputados federais Barbosa Neto, Neide Aparecida e
Rubens Otoni,

Deputados estaduais aqui presentes,

Prefeitos de muitas cidades aqui presentes,

Meus amigos, minhas amigas,

Nossa querida Maria Inês do Rosário, vice-prefeita da cidade de Ceres,

Senhoras, senhores, diretores e funcionários do hospital Pio X,

Minha querida Regina Rodovalho, secretária municipal de Saúde de
Ceres. Eu fiz questão de citar o nome da Regina porque quando eu vim aqui
pela primeira vez, eu penso que lá para os idos... logo no começo da década
de 80, quem era candidata a prefeita, aqui, era essa mulher, quando a gente
não conseguia juntar mais que três pessoas nas ruas das cidades brasileiras.



Mas, dom Eugênio, na verdade o que eu ia falar do hospital vocês já falaram. Eu queria dizer duas coisas que eu considero extremamente gratificantes para um ser humano. Primeiro, quando eu cheguei aqui, eu me deparei com as moças e os moços do SAMU, e em qualquer lugar onde eu chego no Brasil, eu encontro uma ambulância do SAMU, e encontro médicos, enfermeiros, assistentes, porque esse é um Programa que coloca o Brasil num padrão de igualdade com qualquer país do mundo, ou seja, esse programa do SAMU dá cidadania às pessoas que são impossibilitadas, por alguma razão, de se locomover com facilidade. Esse Programa dá cidadania às pessoas que se acidentam numa estrada, porque o transporte é rápido. E se vocês entrarem numa dessas ambulâncias do SAMU, tem umas que são um verdadeiro hospital lá dentro. E a possibilidade de a gente salvar vidas é muito maior.

Então, por que eu fico satisfeito? É porque no Brasil sempre se governou achando que nós somos um país pobre e que nós não precisamos de tratamento de primeira, como se nós só gostássemos de coisas de segunda. Não, a gente come carne de segunda porque não pode comprar de primeira, porque no dia em que puder, a gente vai comprar é carne de primeira. A gente, quando quer um tratamento, a gente quer um tratamento de primeira. E o SAMU, você pode andar em qualquer país do mundo que a gente vai encontrar igual, mas a gente não vai encontrar um tratamento mais carinhoso e mais preparado profissionalmente do que o do SAMU.

Por isso eu queria dar os parabéns à prefeitura de Ceres, porque aqui é a base que atende várias regiões. E eu tenho certeza que muito mais vidas nós iremos salvar com esse programa do SAMU. Muito mais vidas. O número parece que é, Agenor, é 192 ainda? Aqui também? 192. É só discar 192, vocês vão ver uma moça bonita, um rapaz bonito, bem vestido, alegre, preparado para atender vocês.

A segunda coisa que me deixa comovido é chegar aqui e ver uma moça levantar uma placa do ProUni. Vocês sabem que no Brasil nós temos um



problema que nós precisamos analisar com um pouco mais de carinho. Em apenas 14 meses, nós colocamos 204 mil jovens, da periferia e de escola pública, nas universidades brasileiras. Nós não tínhamos como construir universidade pública. Graças à criatividade do Ministro da Educação, Fernando Haddad, e do Tarso Genro, quando era ministro, nós fizemos convênios com a rede privada, fizemos uma isenção e o equivalente àquilo que eles iam nos pagar, eles nos deram em vagas para crianças normalmente mais pobres da periferia, que tinham estudado em escolas públicas. Com isso nós demos acesso a 204 mil jovens que jamais imaginaram entrar na universidade porque, embora tivessem passado no vestibular, não tinham recursos para pagar e, hoje, essas pessoas estão estudando. Teve gente que fez crítica: “mas o governo está deixando de receber um imposto de uma universidade para dar uma vaga?” Eu vou dizer uma coisa para vocês: acabou o tempo em que a gente falava que colocar dinheiro na educação era gasto. Dinheiro na educação é investimento e é o melhor investimento deste país.

Seria importante que os jovens que estão aqui analisassem a história da criação das universidades federais no Brasil desde 1920 até hoje, para perceberem o que o nosso governo está fazendo em nível de universidade. Além do ProUni, nós teremos, este ano, já iniciadas as obras de 4 novas universidades federais, a transformação de 6 faculdades em universidades e 43 extensões das universidades federais irão para o interior do país. Ao mesmo tempo, ainda este ano, iremos inaugurar 32 escolas técnicas que estavam paralisadas, desde 1998 que não se fazia uma escola técnica no Brasil; e o Fundeb, que na hora em que for aprovado pelo Senado, a gente vai ter mais 4 bilhões e 300 milhões na educação, e a gente também tomou a atitude de aumentar de 8 para 9 anos o número de anos que as crianças vão ficar na escola.

E por que isso? Por que eu vim aqui na inauguração de um hospital e estou falando de educação? Porque, neste final de semana, todos nós,



brasileiros, fomos pegos de surpresa com os bandidos, dentro da cadeia, mandando bandidos, fora da cadeia, matar gente de bem, matar soldado e matar pessoas que trabalham para ganhar o pão de cada dia. São Paulo, que é o maior estado brasileiro, ficou em pânico. E eu comecei a pensar, quando acontece uma desgraça dessas, começa todo mundo a ter uma solução no bolso do colete: pena de morte, cortar telefone, fazer um monte de coisas. A verdade é que essas pessoas que estão presas, todas elas, a maioria jovens de 20 a 30 anos de idade, a maioria, na década de 80, senador Maguito, eram crianças de 4 anos de idade. Na década de 80 não se cuidou corretamente das nossas crianças e dos nossos adolescentes, porque, se a gente tivesse investido em educação, naquela época –, se tivéssemos investido em educação na década de 70, na década de 60, na década de 80 e de 90, certamente, muitos desses jovens que estão presos estariam trabalhando, estariam dando aula ou estariam estudando, muitos deles. Basta que a gente analise, Governador, quanto custa ao estado de Goiás um preso na cadeia, por ano, quanto custa um jovem na universidade e quanto custa uma criança na escola. Basta que a gente analise quanto custa um adolescente nesses institutos de recuperação, como a Febem, e quanto custa uma criança, um jovem em uma escola técnica, aprendendo uma profissão. Na hora em que a gente fizer essa comparação, a gente vai perceber que vai ser muito mais barato para o Brasil, muito mais produtivo para o Brasil e muito mais lucrativo para o Brasil a gente gastar dinheiro em educação do que gastar dinheiro em cadeia depois, do que cuidar de gente que já não tem mais recuperação.

É por isso que estamos fazendo essas coisas na educação brasileira. Em 1998, o governo da época decidiu que não era mais possível investir em escola técnica e transferiu a responsabilidade para os municípios, para os estados, ou para ONGs, mas não aconteceu e o Estado brasileiro tem a obrigação. Se tem uma coisa que o Estado tem que ter obrigação, e eu sei que é a coisa mais importante para uma mãe e para um pai, é que nenhuma mãe e



nenhum pai pensam em deixar fortuna material para o seu filho, mas eles querem deixar um legado, que é a formação profissional do filho que eles colocaram no mundo, porque aí eles sabem que esse jovem conquistou a cidadania.

Uma outra coisa importante, dom Eugênio, é a minha vinda aqui neste hospital, onde já vim em 1993, e notar o quanto, às vezes, com pouco dinheiro, a gente pode resolver um problema que parecia intransponível para fazer o hospital funcionar melhor, para fazer o hospital ficar mais bonito, para fazer o hospital atender as pessoas com um pouco mais de dignidade. O doente, quando chega no hospital, se ele encontra uma recepcionista mal-encarada, se ele encontra um enfermeiro mal-encarado, se o médico não está de bom humor, a doença dele aumenta 50%. Se ele encontra... Regina, você sabe que é verdade o que eu estou falando. Se ele encontra, além disso, um hospital em péssimas condições, ele vai ficar mais doente ainda. Então, tratar da saúde não é apenas dar o remédio, é a pessoa chegar no hospital e ser atendida, da portaria até o leito em que vai se deitar, com carinho, com muito amor, porque isso ameniza o sofrimento das pessoas.

E nós estamos vendo que fazer saúde neste país significa a gente fazer algumas coisas diferentes do que há muito tempo se pensava. Eu sou de uma geração, e como eu ando muito pelo Brasil, dom Eugênio, a coisa mais comum no Brasil, antes do SUS, era uma família pobre ir ao médico, pegava a receita, levava a receita para casa, guardava dentro do criado-mudo e morria sem poder tomar o remédio, porque não tinha dinheiro para comprar. Era a coisa mais comum. Hoje o SUS resolve uma parte dos problemas para quem o procura. Mas nós fizemos mais. Nós fizemos a Farmácia Popular, já temos 146, em que a gente vende remédio mais barato, sobretudo nas capitais. E, agora, fizemos convênio com uma rede de farmácias, garantindo que mais de 1.600 farmácias, no Brasil inteiro, vendam remédios para diabéticos e remédios para hipertensão por 10% do preço que eles pagam no mercado.



Eu vou lhe dar um dado, dom Eugênio, uma pessoa que toma insulina todos os dias e gasta, por mês, por volta de 120 ou 130 reais, ela agora vai gastar apenas 10% disso. Uma pessoa que gastava 37 reais por mês para tomar remédio de hipertensão, agora vai gastar apenas 3 reais e 70 centavos nessa farmácia, porque a nós não interessa que a pessoa apenas tenha acesso ao médico. É muito bom, mas a nós interessa que, ao ter acesso ao médico, essa pessoa possa ter acesso às coisas que o médico recomendou para ela poder sarar.

Mas eu ainda não me conformei com isso, dom Eugênio, não me conformei. Eu tenho cinco filhos. A minha casa é uma verdadeira farmácia. A gente vai comprando remédio para o nariz, remédio para o olho, remédio para isso, remédio para aquilo, usa um pouquinho e vai deixando lá, e vai enchendo caixas de remédios. Eu duvido que tenha uma casa no Brasil que não tenha uma farmácia de remédios vencidos dentro de casa. Às vezes a gente se levanta com dor de cabeça, quer tomar um comprimido, vai lá, não pode comprar um, tem que comprar dez. Aí, toma um e dez ficam lá, estragando.

Então, nós, agora, na semana passada, o Ministério da Saúde trabalhou de forma extraordinária e nós aprovamos o remédio fracionado, que lá em Pernambuco chamam de remédio retalhado. Lá em Pernambuco, tem uma propaganda, remédio em retalho. O que é remédio em retalho? É que se você estiver com uma dor de cabeça, você entra na farmácia e pede apenas um comprimido, não precisa comprar dez para levar para casa, para nove ficarem mofando até vencer. Você vai comprar apenas aquilo que você precisa e não comprar um pacote de remédios, até porque remédio a gente não pode receitar para outra pessoa. Não adianta a gente ter remédio em casa, uma pessoa chegar e falar: “Ah, eu estou doente.” Aí você fala: “olha, eu tinha essa doença, o médico me deu um, toma.” A gente não pode fazer isso, porque é irresponsabilidade, é muita irresponsabilidade.

Então, dom Eugênio, nós estamos fazendo com que a saúde brasileira



seja definitivamente universal e que todos sejam tratados em igualdade de condições. Eu não quero saber se a pessoa ganha 10 mil reais por mês, eu não quero saber se a pessoa ganha 20 ou se a pessoa não ganha nada. Quando essa pessoa chega no médico, ela tem que ser tratada na mesma condição, com o mesmo carinho e tem que ter direito ao mesmo remédio. Uma outra coisa, dom Eugênio, que me inquietava – eu sou nordestino – e me inquietava muito viajar pela periferia das grandes cidades brasileiras e pelo Nordeste brasileiro e encontrar jovens de 18 anos, 19 anos, 20 anos, sem dentes na boca. Me incomodava profundamente, porque a pessoa quando perde o dente da boca, ela perde o sorriso. Você vê muita gente rindo colocando a mão na boca e aquilo me incomodava. E por que essas pessoas perdiam os dentes? Porque não tinham água tratada, porque não tinham sido preparadas para escovar os dentes, porque não tinham acesso a dentista, que era uma coisa muito cara, até porque, dom Eugênio, dente não é coisa de rico, é coisa de pobre. Eu nunca vi um rico ir num benzedor para curar um dente. Mas eu já fui. Eu já fui em benzedor para curar um dente.

Então, as pessoas mais ricas desde pequenas aprendem a escovar os dentes, têm pasta, escova, o que é normal, todo mundo deveria ter. Isso não é um luxo, não, é uma coisa normal. Agora, a parte mais pobre da população, o cidadão coloca algodão com cachaça no dente para ver se pára, coloca álcool no dente, ou seja, coloca o que encontrar na frente quando está com dor de dente.

Eu estou falando aqui e eu estava vendo o seu Pedro ali, de 90 anos, que veio de mototáxi aqui, que levantou a bengalinha para eu ver que ele estava ali. Cadê a bengala, seu Pedro? Eu tenho certeza que o seu Pedro já colocou algodão com álcool na boca, com gengibre, com cachaça, com tudo, com fumo.

Bem, o que nós fizemos? Nós criamos um programa chamado Brasil Sorridente. Nós estamos criando, ao todo são 500 núcleos de saúde bucal,



divididos no território nacional. Ceres tem? Pois é, Ceres tem. Então vejam, as pessoas mais pobres não podem mais dizer que não podem fazer tratamento dentário, porque vai lá, é de graça, a prótese é feita sob medida, ele vai fazer o teste, vai fazer molde, vai colocar na boca. Não é como antigamente, que chegava um político na época de campanha com uma cesta de dentadura e dava para a pessoa colocar na boca. Não é assim. Às vezes a pessoa tinha uma boca pequena, pegava uma dentadura grande e ficava deformada, ou tinha a boca grande e pegava uma dentadura pequena e ficava caindo. Vocês estão rindo, mas sabem que no Brasil era assim. E no estado de Goiás já tivemos isso também.

Então, nós queremos respeito às pessoas. Então, o problema de saúde bucal, que história é essa que não se tratava dos dentes das pessoas? E hoje, olha, dom Eugênio, se faz tratamento de canal. Está fazendo ortodontia? Ortodontia, aqueles aparelhos de correção na boca que só alguns podiam fazer antigamente, que a gente via na novela somente aquelas pessoas mais chiques com aquele aparelho. Agora, qualquer criança pobre pode ir lá e pode colocar aquele aparelho para corrigir seus dentes, pode fazer tratamento de canal e pode fazer prótese de primeiro mundo, que pode ser usada por bispo, por padre, por presidente da República, por deputado e pelas pessoas mais humildes deste país.

Eu quis tomar cuidado, porque quando eu leio o discurso eu controlo o tempo, quando eu não leio o discurso, eu fico falando muito, mas eu queria dizer mais uma coisa para vocês aqui. Queria dar um aviso importante que é o seguinte: nós estamos chegando no final do governo e vocês estão lembrados de que eu dizia que a coisa mais importante é a gente poder, quando terminar o mandato, comparar as coisas que aconteceram e as coisas que estão acontecendo, e fazer comparação com o que está acontecendo no Brasil.

E aqui, no estado de Goiás, quando se trata de estrada, nós estamos duplicando a BR-060, que liga Brasília a Anápolis; nós estamos duplicando a



BR-153, que liga Goiânia a Itumbiara; nós estamos pavimentando a rodovia 070, de Aparecida do Rio Claro a Aragarças; nós estamos fazendo o contorno da BR-153 de Anápolis; nós estamos, na 080, fazendo pavimentação de Barro Alto a Dois Irmãos; e estamos, uma coisa que vai começar em junho, a partir de junho, a restauração Anápolis-Uruaçu, que são estradas importantes.

Dos prefeitos que estão aqui, Governador, 15 estão reivindicando isso, mais o governador, mais os deputados, mais os vereadores, mais os senadores, então eu quero dizer para vocês o seguinte, gente: a ferrovia Norte-Sul, está aqui o nosso Ministro, eu acho que até o dia 10 ou 15 de junho, eu vou fazer uma visita em um trecho que nós vamos inaugurar da ferrovia Norte-Sul e, certamente, nós vamos acabar a ferrovia Norte-Sul porque o Brasil, hoje, precisa dela como jamais precisou. E eu falo isso porque eu fui contra, em 1986, quando o presidente Sarney era presidente da República e anunciou a Norte-Sul, eu achava que era jogar dinheiro fora. Eu precisei virar presidente da República para reconhecer, humildemente, que a ferrovia Norte-Sul é uma obra extraordinária para o desenvolvimento da região Centro-Oeste do país, e para facilitar a produção deste estado que, cada vez, cresce mais.

Eu queria dizer aos companheiros aqui do Hospital, ao dom Eugênio e ao Prefeito, que saio daqui feliz porque percebo que o povo de Ceres continua alegre, bonito e simpático do mesmo jeito que sempre foi. Saio daqui porque eu tenho certeza que vocês sabem que as coisas estão acontecendo neste país e vão acontecer muitas mais. Vejam, a hemodiálise, eu tinha pedido para o Ministro falar... Como eu não sou especialista nisso, eu não posso falar de hemodiálise, mas o Ministro disse que vai estudar, porque já tem o pedido lá.

Deixem-me falar uma coisa para vocês. Eu tenho consciência da vontade das pessoas e todo mundo quer tudo, eu sei que os funcionários públicos querem aumento, eu sei que os aposentados querem aumento. Nós temos problemas para resolver no Brasil e vamos resolver. Agora, a verdade é que o Ibama, ali, está reivindicando aumento para os aposentados do Ibama, e



os ativos estão fazendo movimento para que os aposentados ganhem. E tem outras categorias também. Isso vai ser resolvido na medida em que a gente possa resolver. Ontem nós tomamos a decisão de acertar quase que a vida de um milhão de servidores públicos neste país. A gente nunca vai poder atender às pessoas na totalidade do que as pessoas querem. O que é importante é que a gente vá, gradativamente, fazendo com que as pessoas percebam que as coisas estão acontecendo neste país. Se tudo pudesse ser resolvido em quatro anos, eu acho que eu nem teria sido presidente da República. Eu só fui eleito presidente da República porque as coisas eram difíceis e o povo resolveu fazer um teste com um metalúrgico. E eu quero poder provar que nós somos mais capazes do que aqueles que nos antecederam.

No mais, um grande abraço, um carinho. Dom Eugênio, muito obrigado, Prefeito, Governador. E até outro dia, se Deus quiser.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na visita às obras da Ponte de Todos – Newton Navarro, entre Forte e Redinha

Natal-RN, 19 de maio de 2006

Vocês sabem que eu não posso reclamar do vento, porque todas as vezes que eu vim aqui estava muito calor, eu reclamava do calor. Agora está um vento tão gostoso, querendo levar os meus papéis embora, eu não vou reclamar.

Eu quero cumprimentar a minha amiga, a nossa querida governadora do estado do Rio Grande do Norte, Wilma Maria de Faria,

Quero cumprimentar o presidente da Assembléia Legislativa do estado do Rio Grande do Norte, deputado Robinson Faria,

Quero cumprimentar o líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra, que tem me ajudado muito no Congresso Nacional,

Quero cumprimentar os deputados federais que têm trabalhado de forma incansável para que nós consigamos aprovar as coisas na Câmara dos Deputados, a nossa querida Fátima Bezerra, a deputada Sandra Rosado, o deputado Iberê Ferreira, Nélio Dias, Lavoisier Maia,

O nosso querido prefeito de Natal, Carlos Eduardo Alves,

O prefeito de Parnamirim, Agnelo Alves,

O nosso querido Rogério Marinho, presidente da Câmara Municipal de Natal,

Quero cumprimentar o nosso querido Elan Ferreira de Miranda, superintendente da Caixa Econômica Federal,

Meus amigos e minhas amigas do estado do Rio Grande do Norte e de Natal,



Eu não vou falar da ponte, porque já falaram da importância desta ponte. Não vou falar aqui dos acordos que a Caixa Econômica fez, porque o Prefeito já falou. Eu só quero dizer para vocês que vocês têm uma governadora muito competente. Eu conheço a Wilma desde deputada constituinte, em 1987. Esses dias ela chegou lá, de mansinho, com um monte de pedidos, porque sempre chega com um monte de pedidos, e ela me falou da importância desta ponte. Esta ponte foi planejada, depois ela teve que ser mudada no seu projeto original, para poder passar navios embaixo. Já tinha um dinheiro do estado e um financiamento do BNDES e a Governadora necessitava de 50 milhões de reais. Ela falou com a nossa ministra Dilma Rousseff, ela falou com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e eu disse para ela, na hora em que cheguei ao aeroporto: ontem, na hora em que eu ia saindo do Palácio do Planalto, às 9h30 da noite, o Ministro da Fazenda me procurou para me comunicar que eu avisasse à Governadora que vai liberar os 50 milhões de reais que ela precisa para fazer esta ponte.

E isso nós temos feito no Brasil inteiro, porque um presidente da República não faz as coisas apenas para os prefeitos ou governadores que são amigos seus. Nós fomos eleitos para governar um país de 180 milhões de habitantes e, portanto, a gente não quer saber para que time a pessoa torce, a que religião ela pertence e qual o partido dela, porque o nosso problema não é nem agradar ao prefeito, ao deputado ou ao governador, o nosso problema é fazer o máximo que estiver ao nosso alcance para resolver o problema da vida do povo brasileiro que está, há muito tempo, cansado de esperar.

Duas coisas me aconteceram ontem, que me deixaram extremamente feliz. Eu estava dizendo para a Governadora que marque bem o dia de ontem na história do Brasil. Ontem, eu tive uma reunião com o Conselho Nacional de Energia. Em função daquele problema que aconteceu do Brasil com a Bolívia nós resolvemos trabalhar de forma mais arrojada, para que a gente possa apresentar à sociedade brasileira a tranquilidade que ela precisa para não ficar



correndo o risco de faltar energia neste país, como faltou em 2001, com o apagão.

Ontem, nós tivemos três coisas, Governadora, três coisas que, certamente, o Presidente da Petrobras vai dizer no próximo ato. Primeiro, o Brasil está preparado para, em 2008, ser praticamente independente de gás e não depender da importação de gás. Mas, obviamente que nós queremos continuar importando o gás da Bolívia porque interessa também ao Brasil ajudar o povo da Bolívia, que é um povo muito pobre, e interessa à Bolívia ajudar o Brasil, que precisa do gás. Então, o que nós queremos é fazer uma combinação em que os dois países saiam ganhando. Mas um país com a dimensão do Brasil não pode ficar dependente de nada, de qualquer outro país do mundo.

A segunda coisa extremamente importante que ontem foi anunciada, é que já está aprovado e logo, logo nós vamos começar a executar, o funcionamento de termoeletricas à álcool, o que é uma revolução no Brasil, porque todo mundo sabe o tanto de emprego que a cana-de-açúcar representa neste país. Nós, então, vamos poder produzir mais, exportar mais e não vamos ficar dependendo de nenhuma matéria-prima importada para fazer funcionar as nossas termoeletricas.

A terceira coisa, essa é a grande revolução que foi anunciada ontem. Eu digo sempre que ontem nós descobrimos uma nova Petrobras. Depois que nós criamos o biodiesel, que já gerou 100 mil empregos neste país para pequenos agricultores, ontem a Petrobras anunciou que vai, e já está aprovado o teste, refinar o óleo bruto de qualquer oleaginosa, seja mamona, seja girassol, seja soja, seja dendê. Ela vai moer o óleo diretamente, junto com o petróleo, e de lá vai extrair os subprodutos. Isso significa uma revolução energética no mundo. É por isso que eu disse que no século XXI o Brasil será a maior potência energética do Planeta, sem precisar da energia nuclear. Energia limpa, menos poluente, muito mais geradora de emprego, e a gente vai poder cuidar com



muito mais carinho do querido... e dos nossos irmãos, sobretudo, a parte mais pobre deste país, que é a parte do Norte e do Nordeste, que precisa mais do governo do que outra parte do Brasil.

E por que eu estou feliz com isso? Eu estou feliz com isso porque eu me sinto como se tivesse nascido um filho, o primeiro filho. Em abril de 2003, nós decidimos começar a introduzir a política do biodiesel, fizemos um Projeto de Lei, fizemos toda a regulação, mandamos para o Congresso Nacional. O Congresso Nacional aprovou e nós começamos a produzir o biodiesel para misturar 2% de biodiesel no óleo diesel. A nossa perspectiva era que, até 2013, a gente iria poder colocar 5% de biodiesel no óleo diesel para baratear, para tornar menos poluente e para gerar muitos empregos, sobretudo na região do semi-árido nordestino.

Com essa revolução apresentada pela Petrobras ontem, fiquem certos que muda a história do nosso país nos próximos anos, mudará a história do Brasil para os próximos anos. Se nós precisamos de 50 anos para transformar a Petrobras numa empresa que apresenta ao Brasil a auto-suficiência de petróleo, nós não precisaremos mais de 50 anos para apresentar a auto-suficiência no biodiesel.

E eu trabalho, Governadora, meu caro Prefeito e meu caro Fernando Bezerra, com a certeza de que o mundo desenvolvido, Europa, Japão e Estados Unidos, que sempre se apresentaram como os países mais preparados, como os países de ponta, que diziam o que nós tínhamos que fazer, dizendo que o que era bom para eles era bom para nós... humildemente, aqui na cidade de Natal, eu posso dizer para vocês: em se tratando de energia, eles agora terão que perguntar para nós como fazer essas coisas bem feitas, até porque eles vão ter que cumprir o Protocolo de Quioto. O Protocolo de Quioto exige a diminuição da poluição e, portanto, vai ter que introduzir o biodiesel ou vai ter que introduzir o álcool na gasolina. Quem produz isso é o



Brasil, e ninguém consegue competir com o Brasil em se tratando de álcool ou biodiesel.

Essa notícia de ontem me fez ir para casa, chegar em casa e dizer para a d. Marisa: d. Marisa, eu acho que se eu morresse hoje eu estaria satisfeito, porque o que nós conseguimos foi um feito histórico para o nosso país, foi um feito histórico que, sobretudo a juventude, vai viver esse momento muito mais do que nós daqui para a frente.

Mas eu também vim a Natal para dizer outras coisas. Nós estamos chegando a quase 41 meses de governo. Os outros governaram 500 anos, nós estamos apenas com 41 meses e, de vez em quando, eles cobram de nós coisas que eles passaram 30 anos e não fizeram, e eles passam a dizer para o povo que a gente já deveria ter feito.

Eu vou dizer uma coisa para vocês, o programa ProJovem, aqui na cidade de Natal, é uma revolução para cuidar dos adolescentes mais necessitados neste país. E nós vamos, a cada ano, aumentar um pouco mais o ProJovem, para que um dia a gente possa chegar em Natal e não ter um jovem de 17 a 24 anos fora da escola, e ainda ganhando uma ajuda para trabalhar.

Vocês viram o que aconteceu em São Paulo na semana passada, vocês acompanharam pela televisão. Todos nós ficamos nervosos, todos nós ficamos irritados. Aqueles que estão hoje presos, na década de 80, Governadora, tinham quatro ou cinco anos de idade. Se a gente tivesse investido em educação e em emprego na década de 80, certamente muito desses que são bandidos hoje não seriam bandidos, seriam pessoas de bem, trabalhadoras e estariam vivendo.

Eu disse numa reunião dos ministros e vou dizer aqui, para terminar, porque eu pensei que o potiguar não tivesse medo de chuva, mas parece que tem. Olhem, eu quero dizer para vocês, aqui no estado do Rio Grande do Norte nós já estamos com a Universidade de Mossoró, nós estamos com três Cefet, um inclusive aqui em Natal. E no governo está proibida a palavra gasto quando



se fala de educação. Gasto é quando a gente faz uma cadeia, em educação a gente faz investimento. Se a gente investir corretamente na educação, certamente a gente vai colher uma geração futura muito melhor do que a geração que nós herdamos.

E o senador Fernando Bezerra sabe, o projeto do Fundeb está para ser votado no Senado, já foi votado na Câmara, é um projeto que coloca 4 bilhões e 300 milhões a mais na educação e melhora o salário dos professores do ensino fundamental. E, mais ainda, aumenta o número de escolaridade para as nossas crianças, que hoje é de oito anos, para nove anos porque, até então, só quem podia mais tinha pré-escola. E nós achamos que o filho do pobre tem que ser tratado do mesmo jeito e com o mesmo respeito que qualquer outra criança deste país.

Mas, Governadora, ao todo no Brasil, este ano – eu vou falar do ProUni, meu filho – aqui tem bolsista do ProUni ou não? eu vou contar uma coisa para vocês, só bolsas do ProUni, foram 204 mil em 14 meses. São 42 extensões universitárias, são seis faculdades transformadas em universidades e quatro universidades federais novas. Ao todo, 43 extensões, seis faculdades transformadas em universidades, quatro universidades federais e 32 escolas técnicas que serão inauguradas este ano no país. Até 1998, eles proibiram escolas técnicas, não era mais da responsabilidade do governo federal.

Eu quero dizer para vocês que eu prefiro gastar 1 milheiro de tijolo para colocar uma criança na escola do que a gente gastar um tijolo para prender um adolescente ou prender um marginal.

Então, meus companheiros e companheiras, eu quero dizer para vocês que agora sou convidado da Governadora para almoçar com ela. Vou lá e depois nós vamos inaugurar a refinaria de querosene, ainda hoje à tarde. Quero dizer para vocês que eu tenho um profundo respeito por esta Governadora, desde 1987 que eu conheço esta mulher e desde 1987, mesmo quando o PT disputou com ela, nós nunca perdemos a nossa relação de



respeito e de amizade, porque se tem uma coisa que eu prezo é a minha relação de amizade. O mandato tem quatro anos, um amigo pode ser eterno.

Muito obrigado, boa sorte e até outro dia.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração da sede do Sindicato dos Comerciários de São Paulo

São Paulo – SP, 21 de maio de 2006

Meu querido companheiro e amigo, Ricardo Patah, presidente do Sindicato dos Comerciários do estado de São Paulo,

Meu querido companheiro ministro da Previdência Social, Nelson Machado,

Meu querido companheiro, líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante,

Meus queridos companheiros deputados federais Luiz Antônio Medeiros, Jamil Murad, Luis Eduardo Greenhalgh,

Meu caro prefeito da cidade de São Paulo, Gilberto Kassab,

Meus companheiros deputados estaduais aqui presentes, vereadores,

Meu caro Paulo Pereira, presidente da Força Sindical,

Meu caro Guilherme Afif Domingos, presidente da Associação dos Comerciários de São Paulo,

Meu caro João Felício, presidente da CUT,

Alemãozinho, presidente da ADS,

Meus caros companheiros dirigentes sindicais, Pegado, Feijóo e tantos outros que estão aí, Guiba, ex-delegado regional do Trabalho, Márcio Chaves Pires, atual delegado regional do Trabalho,

Meu caro Magri, ex-ministro do Trabalho,

Meus amigos e minhas amigas, comerciários e comerciárias de São Paulo e do Brasil, porque aqui estão presentes São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e adjacências. Outros não se apresentaram e, portanto, não sei se estão aqui ou não.



Eu fiquei ouvindo os rápidos discursos dos companheiros que me antecederam e fiquei imaginando se a dona Vitória Fontes Travassos está aí, porque foi a primeira mulher a ficar sócia do sindicato há muitos anos. Se ela estivesse aqui, ela poderia fazer uma comparação entre os discursos que os dirigentes sindicais fazem hoje e os discursos que a gente fazia há 30, 40 ou 20 anos. Eu vivi, como dirigente sindical, possivelmente um dos melhores momentos que um dirigente sindical pode viver. Ainda não era na era Medeiros, ainda não era na era Paulinho, na era Marinho, na era Feijóo, na era Felício. Eu me sinto um pouco, embora bem mais novo do que todos eles, pai de uma situação criada no Brasil.

Uma situação, meu caro Juruna, que era difícil de acreditar que a teoria permitisse que nós tivéssemos feito o que fizemos no movimento sindical, na década de 70. Os entendidos dos sindicatos naquela época, sobretudo os teóricos, imaginavam que ao tomar posse no sindicato, nós não iríamos conseguir fazer nada porque a estrutura sindical era cópia fiel da “Carta de Trabalho, de Mussolini” e, portanto, nós iríamos ficar dentro de um círculo vicioso e não iríamos conseguir fazer nada.

O que não estava escrito é que, pela primeira vez, a categoria metalúrgica do ABC elegeu para presidente do sindicato o homem que não tinha os vícios da teoria, até então predominante no movimento sindical. Uma pessoa que tinha até então um compromisso com os metalúrgicos que eu representava e, portanto, o que me interessava era falar a linguagem da categoria que eu representava, sem importar quem se ofendesse ou não. Houve muita polêmica.

O dado concreto é que, na década de 70, nós mudamos a história do Movimento Sindical Brasileiro. Mudamos a história do Movimento Sindical Brasileiro fazendo aquilo, Patah, que você disse que começou a fazer. Não existe sindicato forte se a categoria não tem no sindicato a sua referência de representação junto ao Estado e junto aos empregadores. Porque senão você



deixa de ser um sindicato de representação dos interesses dos trabalhadores e passa a ser um sindicato de carimbo, vivendo apenas por conta do imposto sindical.

O sócio às vezes dá trabalho, porque quando o sindicato começa a ter muitos sócios, começa muito mais gente a vir ao sindicato, muito mais gente a exigir da diretoria, muito mais gente quer participar das assembleias, muito mais gente quer brigar, muito mais gente quer colônia de férias, muito mais gente quer dentista, ou seja, o povo quer de tudo, e isso deixa o sindicato numa efervescência saudável, eu diria, extraordinária. E quando você inaugura uma sede, aqui no nosso querido Vale do Anhangabaú, no centro de São Paulo, você está permitindo que os trabalhadores do comércio da capital encontrem essa porta aberta durante muitas horas do dia para, aqui, vir conversar com os seus companheiros, mas também vir trazer as suas reclamações.

Eu estou começando isso porque houve um tempo em que eu defini, na minha cabeça, que o sindicalismo... que o sindicato era um órgão eminentemente de contestação. O fato de a gente ir na porta de fábrica falar mal do empregador e falar mal do governo já nos dava o direito de dizer que éramos bons dirigentes sindicais. Hoje, o sindicato precisa ser algo mais do que apenas um sindicato de contestação. Obviamente que ele pode contestar e é o papel dele. Mas, obviamente que um papel sagrado do sindicato hoje é, além de contestar, ter capacidade de fazer propostas que possam significar melhoria para a sua própria categoria.

E é por isso que nós criamos o Fórum Nacional do Trabalho, representado pelos sindicatos, pelo governo e pelos empregadores para que a gente possa, democraticamente, encontrar as soluções para os problemas que, às vezes, estão acontecendo no Brasil desde a década de 40. É importante que a gente se lembre de quando é a nossa estrutura sindical, de quando é a nossa legislação trabalhista: tudo vem da década de 40. Então, é preciso, não



de forma autoritária, porque ficaria muito fácil o presidente da República e a sua turma fazerem uma Medida Provisória e mandar, do jeito que eu entendo que devam ser as mudanças, mas a gente poderia fazer aquela chamada lei que não pega. No Brasil tem muito isso, você faz a lei e ela não pega. Não pega porque ela não está de acordo com os interesses da maioria da sociedade.

Esse Fórum Nacional já produziu uma proposta de reforma sindical, está no Congresso Nacional, ainda tem algumas divergências. As divergências serão dirimidas dentro do Congresso Nacional, na convergência dos dirigentes sindicais com os deputados, para ver qual é o tipo de estrutura sindical que a gente precisa. Possivelmente, ela não atenda os interesses de 100% dos que estão participando do movimento sindical mas, também, só Cristo pode ter unanimidade. Mesmo assim, na Santa Ceia ele não teve, porque teve um traidor lá.

Então, o que nós precisamos ter consciência é de que as coisas vão acontecer na medida em que haja uma evolução na consciência também dos dirigentes sindicais e dos trabalhadores. Sairá a reforma sindical, eu não tenho dúvida, sairá mudança na legislação trabalhista brasileira sem que a gente crie algum prejuízo para os trabalhadores brasileiros. Mas nós estamos no século XXI, na era da informática, na era da química fina, na época das fibras óticas, ou seja, nós não podemos ter a mesma legislação que a gente tinha na década de 40, quando o Brasil estava começando o seu processo de industrialização. Como combinar essas mudanças, não perguntem ao presidente da República. Vocês é que têm que elaborar essa reforma trabalhista. Como a questão do trabalho aos domingos, Patah. O Barga me dizia agora há pouco: “olha, Presidente, a gente chegou perto de um acordo, teve um problema, vamos demorar um pouco mais”. Mas, o ideal é que o acordo seja feito e que os trabalhadores tenham ganhos, que os empresários possam ganhar e que o sindicato esteja satisfeito com o resultado, porque senão não dá certo.



Então, fazer essa combinação em torno de uma mesa é mais difícil do que um decreto-lei, é mais difícil do que uma medida provisória, é mais difícil do que um projeto de lei. Eu poderia mandar um projeto de lei, eu mandaria um que atende o Patah, pediria para um deputado, para o Medeiros, mandar um que atenderia o Ministério do Trabalho, pediria para o Aloízio Mercadante fazer um que atendesse a outra turma, ou seja, tinha um monte de projetos e passavam-se 15 ou 20 anos e não acontecia nada. Se nós quisermos que aconteça, nós vamos ter que ser mais criativos, acreditar mais na nossa capacidade de negociação, fazer as coisas acontecerem, e eu não tenho dúvida nenhuma de que vão acontecer. Todo mundo sabe que é ruim trabalhar aos domingos, mas todo mundo sabe que os turistas, as pessoas, adoram fazer compras aos domingos. Encontrar um meio termo que possa dar ao comerciário e à comerciária o direito de ter o domingo para descansar, mas também dar ao povo o direito de poder escolher o dia que quer comprar, é tentar encontrar a perfeição e isso só acontecerá com maturidade, com muita capacidade de conversa e com muita disposição de acertar.

Uma outra coisa importante que eu queria dizer para vocês é que não existe nada fácil no mundo. Eu, pelo menos, estou acostumado: na minha vida, nunca teve uma conquista fácil. Nunca, nem no movimento sindical, nem na vida. E eu queria dizer para vocês o seguinte: toda vez que a gente quiser analisar a situação do Brasil, nós precisamos fazer uma avaliação histórica do Brasil. Precisamos fazer uma avaliação em que a gente possa escolher a data que a gente quiser. Podemos pegar 1930, podemos pegar 1940, 1950, e eu estou disposto a me sentar com quem quer que seja para a gente analisar em que momento da história do Brasil nós vivemos o momento propício que estamos vivendo agora, com uma combinação de fatores tão positivos na área econômica que, poucas vezes.

Eu queria lembrar aos dirigentes sindicais da minha idade, ou um pouquinho mais velhos do que eu. Quando a gente fizer discurso no futuro, nós



temos que nos lembrar que nós começamos este século com duas décadas perdidas. Nós temos que nos lembrar que passamos 20 anos, de 1980 a 2000, foram praticamente 20 anos perdidos neste país. Quem estava no movimento sindical, quem trabalha, no mundo, sabe o que aconteceu neste país nesses 20 anos. E nós tomamos uma decisão de não fazer mágica, porque não falta mágica neste país. Para nós, a forma de consertar o país era tratar o povo brasileiro como a gente trata a família da gente, e era administrar os bens deste país como a gente administra o salário de cada um, de cada casa, porque a gente sabe que só pode gastar o que tem. Quem gasta o que não tem sabe que vai quebrar a cara no mês seguinte, que vai precisar tomar dinheiro emprestado. E, tomou dinheiro emprestado, não vai conseguir se safar.

O dado concreto é que hoje nós estamos em uma situação que o Brasil pode se orgulhar. Pagamos o FMI, pagamos o Clube de Paris, pagamos os títulos da moratória do Sarney, de 1986, e ainda temos 61 bilhões de dólares de reserva. Somos donos do nosso nariz. Não precisamos pedir favor a ninguém para que a gente possa elaborar a nossa política econômica.

De vez em quando a gente fica analisando e eu fico pensando o seguinte: quem é que se lembra das políticas sociais existentes no Brasil? Nós saímos, meu caro Afif, de 7 bilhões de reais gastos em programas sociais, para 22 bilhões de reais gastos em programas sociais. Só o estado de São Paulo, e eu vou dar o número aqui, sobre o estado de São Paulo. No programa Bolsa Família, o governo federal cuida aqui, no estado de São Paulo, que é o estado mais rico da federação, nós cuidamos de 854 mil famílias, o que dá um total de quase 4 milhões de pessoas. Ou melhor, de quase 24 milhões de pessoas. Pessoas que recebem mensalmente uma ajuda, pessoas que têm obrigação de colocar o seu filho na escola, pessoas que têm a obrigação de fazer, quem estiver grávida, o exame pré-natal, pessoas que têm a obrigação de dar vacinas nos seus filhos, senão não recebe. Só na cidade de São Paulo, são 164 mil famílias que recebem o Programa.



Tem muita gente... eu digo sempre que não tem investimento melhor, e às vezes não aparece num primeiro momento... eu dizia sempre, Kassab, que no Brasil muitas vezes os políticos não gostavam de fazer obras de saneamento básico. Você tem que enterrar o dinheiro, você enterra a manilha, enterra o tubo e ninguém vê, você não pode colocar nome de ninguém num tubo lá embaixo da terra. Nós preferimos fazer o investimento em gente, porque no dia em que as pessoas tomarem café, almoçarem e jantarem todos os dias, essas pessoas terão força para dar o passo seguinte e aí vão mais para o sindicato, vão ter mais empregos. E é importante ver o crescimento da indústria em São Paulo, é importante ver o que aconteceu em São Paulo e o que está acontecendo no crescimento de emprego em São Paulo. E vai crescer mais, porque as bases estão colocadas para crescer.

Vou pegar um outro dado, que eu comentava com o prefeito Kassab. No ano passado, o Kassab não era o prefeito, era vice-prefeito, nós oferecemos para a cidade de São Paulo e para a cidade do Rio de Janeiro. Para a cidade de São Paulo nós oferecemos o equivalente a 30 mil vagas para que a Prefeitura buscasse adolescentes de 17 a 24 anos na periferia que não tivessem concluído o ensino fundamental. Que trouxesse esse jovem para estudar e nós pagaríamos 100 reais para esse jovem, ele poderia fazer trabalho comunitário e aprenderia uma profissão.

Por problema político, meu caro Kassab, eu tenho certeza que isso vai ser resolvido. A cidade de São Paulo, até agora, só preencheu 7 mil dos 30 mil colocados, e a cidade do Rio de Janeiro não preencheu nem os 7 mil. Talvez porque é um programa do governo federal e eu não estava preocupado se era do governo federal ou não, eu estava preocupado que o que aconteceu na semana retrasada em São Paulo não é o resultado apenas da falta de policiais, como alguns acham que é. É resultado do que foi plantado neste país na década de 80, porque aqueles que estavam lá, aqueles que estavam lá praticando violência, na década de 80, ou não tinham nascido ainda ou tinham



quatro anos de idade. E todos nós estávamos: “nossa, que criança linda, que criança bonitinha, que criança maravilhosa”. Só que não se investiu corretamente na formação profissional dele, não se investiu corretamente na educação dele, e o resultado do plantio malfeito e malcuidado é a predominância de um jovem cair na criminalidade e na marginalidade.

Aí entra outro dado, a Usp, meu caro Afif, e todo o sistema de educação pública neste estado de São Paulo, não têm mais que 98 mil alunos. Nós, só com o ProUni, em 14 meses, colocamos aqui no estado de São Paulo 64 mil vagas para jovens da periferia terem acesso à universidade, dos quais 40% jovens, meninas e meninos negros que antes eram marginalizados. Mais ainda, fizemos uma extensão da Universidade Federal de Medicina para Santos, fizemos uma extensão para Diadema, estamos fazendo a Universidade Federal do ABC, e fizemos a extensão da Universidade Federal para Sorocaba. Fizemos a extensão da Universidade Federal para Guarulhos e vamos fazer a extensão da Universidade Federal para Osasco, para que a gente possa dar ao maior centro urbano e industrial do país a possibilidade dos nossos adolescentes, ao terminarem o ensino fundamental, terem acesso a uma escola.

É importante, Patah, você saber porque você tem muitos adolescentes na sua categoria. Neste país, em 1998, o governo entendeu que não deveria ter mais responsabilidade pelo ensino técnico e, praticamente, se deixou de fazer escolas técnicas neste país. Tomou-se como atitude, Paulinho, fazer convênio com ONGs, fazer convênio com sindicatos, fazer convênio com prefeituras ou com o estado para que tivesse escola técnica. E, nem sempre o sindicato tinha o dinheiro, nem sempre a ONG tinha dinheiro.

Pois bem, este ano nós vamos inaugurar 32 novas escolas técnicas, porque mandamos revogar a lei que proibia o governo federal de fazer escola técnica. Da mesma forma que aumentamos para nove anos o tempo de permanência de crianças no ensino fundamental. E por que estamos fazendo



isso? Porque cada tijolo que a gente colocar em uma escola será um tijolo a menos em uma cadeia que nós teremos que fazer neste país. Ou nós acreditamos na futura geração e plantamos agora o que vamos colher daqui a 15 ou 20 anos, ou nós ficaremos apenas preocupados com o que aconteceu no passado, sem a gente plantar. E pode colocar policial na rua à vontade. Pode colocar, que esse problema da violência já é um problema cultural que precisa muito mais do que polícia para resolver, muito mais.

Eu quero aqui, de público, dar a minha solidariedade ao governador Cláudio Lembo, pela postura que ele teve. Ele não podia fazer mais do que fez, não podia fazer. O governo federal não poderia vir aqui sem pedir ao Governador, por isso nós oferecemos. Senão seria intervenção, e não pode haver intervenção, tem que haver o pedido do Governador. E, ainda há pouco... quero dizer para vocês que o Cláudio Lembo não veio aqui por outro problema, mas ainda há pouco estive com ele no aeroporto e disse para ele: "Cláudio, o que você precisar, não se faça de rogado. Nós estamos dispostos a ajudar com o que a gente tiver para ajudar".

Agora, quero dizer para vocês que não é um problema fácil. Quando um cidadão está preso... E aqui, Afif, uma coisa que me deixa constrangido, a sua mulher, a mulher do Paulinho ou a mulher do Aloízio Mercadante, neste momento, se estiver em um shopping fazendo compras, ela estará sendo filmada. Se ela for em qualquer lugar, está sendo filmada. Agora, por que os bandidos têm a liberdade de fazer o que bem entendem, e a gente não tem o controle deles? Por que o advogado não quer sequer ser registrado quando vai visitar um preso? Então é preciso que a gente medite, com mais profundidade, na solução que nós queremos para esse problema. Eu, quando vejo na televisão, cada vez que você vai mudar um bandido de um lugar, desses mais perigosos, eles gastam mais do que a viagem de um presidente da República.

Então, o problema não é do governador, o problema não é do presidente ou do prefeito, o problema é da sociedade brasileira. Nós estamos colhendo o



que foi plantado neste país e, se nós quisermos resolver isso, precisamos assumir a responsabilidade dos passos que nós vamos dar. É por isso que nós estamos investindo nessa questão do adolescente neste país, para ver se a gente consegue produzir uma geração muito mais eficaz, do ponto de vista do aprendizado, que ela possa trabalhar e que ela possa ganhar sua vida como todo mundo deveria ganhar, trabalhando com o seu suor e com o seu sangue.

Eu acho que o Brasil que nós desejamos é um Brasil que não permite mais que a gente fique encontrando culpados para as coisas erradas. As coisas certas não têm problema, todo mundo quer ser pai. Todo mundo quer fazer um DNA para ver quem é o pai da coisa bem feita. Agora, quando as coisas não dão certo, ninguém assume, e eu acho que nós temos que assumir as coisas boas e as coisas ruins.

Hoje, eu posso dizer para vocês, dentro do Sindicato dos Comerciantes, que o movimento sindical brasileiro nunca viveu um momento de participação no centro de decisões como vive agora, nunca. Eu fui dirigente sindical durante muito tempo, aqui tem muito dirigente sindical. Eu conheço alguns mais velhos do que eu e outros mais novos do que eu, e poucas vezes na história o movimento sindical teve as condições de participação que tem hoje.

O Magri até poderia querer deixar, mas não havia concordância no conjunto do governo. No nosso não, no nosso, está aí. O Marinho é um ministro do Trabalho muito especial, porque as pessoas podem divergir do Marinho por qualquer outra coisa, mas o Marinho é um homem da melhor qualidade, muito aberto a tudo e eu acho que nós temos que aproveitar essa chance, meu caro, nós temos que aproveitar. Ou fazemos acontecer agora, ou daqui a muitos anos vamos lamentar não termos aproveitado a oportunidade.

Meu querido Patah, eu vim à inauguração da sua sede, primeiro, por respeito a você. É uma reciprocidade de carinho a uma pessoa que nunca quis saber qual é o pensamento ideológico do Lula. E eu, muito menos, quis saber se algum dia você era filiado, se era católico, se era corinthiano. Se eu



soubesse que era santista eu não tinha vindo porque eu sou corinthiano, mas eu nunca quis saber.

Eu não meço a minha relação de amizade, nem por religião, nem por clube de futebol e muito menos pelas centrais sindicais a que a pessoa é filiada. Eu meço a minha relação de amizade pelo caráter das pessoas, meço a minha relação de amizade pelo caráter das pessoas e quero te dizer, Patah, que os comerciários de São Paulo estão de parabéns por ter na presidência do seu sindicato um homem do seu caráter, da sua afinidade e um homem que não tem medo dos trabalhadores, porque houve um tempo no Brasil, em que os dirigentes sindicais não gostavam de filiar gente porque era perigoso, era pedir muita coisa. E quando você abre a porta do sindicato e fala: isso aqui é para ser não apenas a casa do trabalhador, mas isso aqui é para ser um pouco da vida do trabalhador, você está fazendo apenas aquilo que todo bom dirigente sindical deve fazer no Brasil.

Muito obrigado a todos vocês, muito obrigado Patah, muito obrigado aos comerciários de São Paulo.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de protocolos de intenções no âmbito do Programa Saneamento para Todos

Palácio do Planalto, 22 de maio de 2006

Primeiro, os números que estão no meu discurso já foram falados pelo Márcio, então, eu não vou repetir. Apenas queria lembrar a vocês que os prefeitos, os deputados, os senadores, o governo federal e os governos estaduais precisam ter em conta que nós precisamos aprimorar muito o jeito de liberar dinheiro para saneamento básico no Brasil.

Nós já demos um avanço importante, mandamos um projeto de lei para o Congresso Nacional que vai demorar um pouco, porque é um projeto de lei que não tem consenso, e não é para ter, porque tem muita divergência em quem é que manda na coisa.

Mas nós já demos um avanço com relação à chamada “fila burra”. A coisa que mais deixa um governante indignado, Maria Fernanda, é você ver os prefeitos entrarem numa fila para pegar dinheiro para fazer saneamento básico. O prefeito que não tem projeto entra na fila e quando sai o dinheiro, não tem projeto, às vezes passa dois ou três anos com o dinheiro disponibilizado e não acontece absolutamente nada porque não tinha projeto. E outros prefeitos que tinham projeto, que estavam em terceiro ou quarto lugar na fila, terminam não pegando o dinheiro.

Essa é uma coisa complicada e nós damos um passo adiante tentando, na apresentação do projeto, já exigir que o projeto venha mais ou menos pronto e qualificado para o prefeito não ter que esperar e para a obra não ficar, às vezes, um ano depois de colocado o dinheiro à disponibilidade de uma prefeitura sem poder ser utilizado.

Vocês são prefeitos e governadores, não existe coisa pior do que você



disponibilizar o recurso e depois você descobrir que por uma vírgula ou por uma falta de cumprimento de uma coisa qualquer, quando você pensa que a obra está feita, a obra nem começou ainda porque o projeto tem problemas.

Eu penso que para os próximos anos, quem quer que seja que esteja governando as cidades, os estados e o Brasil, vai ter que pensar num jeito de modernizar isso, de fazer com que o dinheiro chegue mais rápido e que a obra comece mais rápido, que não seja uma distância enorme. E também que a gente possa mudar a legislação no que diz respeito à possibilidade de fazer convênio.

Veja, é verdade que tem eleição para presidente da República e para governador em outubro, mas é verdade que vocês não têm eleição. E por conta da eleição, a partir de junho a gente não pode fazer nenhum convênio. Se tiver dinheiro disponibilizado, vai ficar mofando aí e a gente não vai poder fazer nenhum convênio com nenhuma prefeitura porque a lei no Brasil, lamentavelmente, é proibitiva, a cada seis meses das eleições, de a gente fazer alguma coisa. Então, você pára no mês de junho de um ano e, depois, quando tem eleição para prefeitos e vereadores. Depois você pára seis meses quando tem eleição para governador e presidente da República, ou seja, de seis em seis meses, é quase um ano que você perde na possibilidade de fazer convênio nas mais diferentes áreas. Não é apenas saneamento básico, não. São várias possibilidades de fazermos convênios e ficamos impossibilitados.

Eu penso que era preciso que nós cuidássemos de evitar que houvesse esse transtorno porque no fundo, no fundo, o prejudicado é a sociedade brasileira, ou seja, o fato de você fazer convênio com prefeito, o fato de você fazer convênio com governador do estado não significa, absolutamente, que você está fazendo um favor. Primeiro, você está fazendo aquilo que a prefeitura ou que o estado conquistou, de direito. Se é dinheiro emprestado, é o estado que vai pagar. E se é da União, também é um direito do município e do estado.



E a proibição é por conta... eu imagino que os legisladores imaginaram que não poderiam dar dinheiro muito perto das eleições porque parece cooptação eleitoral. O que eu acho um atraso na mentalidade política do nosso país é essa criação de dificuldade para que você possa liberar os recursos, porque todo mundo sabe que o saneamento básico, eu não sei se o Ministério da Saúde concorda com isso, mas a Organização Mundial da Saúde costuma avisar que a cada real que a gente coloca no saneamento básico, a gente está evitando gastar 4 reais na saúde. Se isso for verdade, daqui a uns dias vai estar sobrando dinheiro no Ministério da Saúde, porque o Brasil passou muito tempo sem investir em saneamento básico. Se vocês pegarem os números, vocês vão perceber que o Brasil ficou muito tempo sem investir em saneamento básico.

Às vezes, eu brincava dizendo que talvez algumas pessoas não queiram investir em saneamento básico porque não dá para você colocar o nome de uma pessoa querida numa manilha que está embaixo da terra ou numa tubulação. Às vezes, eu penso que era assim que funcionava a cabeça de alguns. Nós sabemos, sobretudo os prefeitos sabem o que significa de melhoria da qualidade de vida de um ser humano o fato de você canalizar o esgoto, de você tratar a água, de você colher corretamente isso.

Até porque as cidades, muitas delas crescem de forma desordenada, muitas vezes os prefeitos são pegos de surpresa com o êxodo, às vezes de centenas ou milhares de pessoas que chegam numa capital como Porto Alegre, como Belo Horizonte, como São Paulo ou Rio de Janeiro, sem avisar ninguém. As pessoas chegam e vão entrando num lugar e o prefeito tem que correr atrás, o prefeito tem que correr atrás e tem que levar lá a urbanização ou o saneamento básico.

Nós ainda temos mais dinheiro para ser disponibilizado, vocês ouviram o Márcio falar, é preciso que as prefeituras que não tenham o projeto, façam o projeto porque só até o dia 30 de junho é que podem ser feitos convênios. Nós



temos aí, também, não é para falar agora porque já foi falado, o dinheiro do Fundo Social de Habitação, que é quase 1 bilhão de reais. Nós demos prioridade para acabar com as palafitas nas cidades que têm palafitas, que é a forma mais degradante de moradia de um brasileiro, e eu penso que o nosso trabalho e dos prefeitos é ver se a gente consegue, dos governadores, liberar e desovar esse dinheiro até o dia 30 de junho.

Eu posso dizer para vocês que a Caixa Econômica tem dinheiro como jamais teve para fazer isso. Posso dizer para vocês que o Fundo de Garantia tem mais dinheiro do que em qualquer outro momento. Agora, esse dinheiro, para que ele possa ser colocado à disposição e para financiar as cidades brasileiras, é preciso que os projetos sejam trabalhados antes de fazer o pedido. Tem muita gente que primeiro faz o pedido para depois fazer o projeto. Seria importante que o projeto viesse pronto porque quando liberar o dinheiro, o projeto estando pronto, licita, e já demora a licitação, aí começa a trabalhar rápido.

No mais, Márcio, quero dizer que todos os órgãos do governo envolvidos nessa política de saneamento básico não é um privilégio do Presidente da República, ou do Ministro das Cidades, mas é uma obrigação de todas as áreas que estão compromissadas em colocar dinheiro disponível para o saneamento básico. É a melhor forma de gerar empregos rápido nas cidades em que vocês dirigem, é a melhor forma de melhorar a qualidade de vida do povo e é a melhor forma que a gente tem de dizer que vale a pena o investimento nessas áreas de interesse social.

Possivelmente as cidades menores, quando vejo aqui chamar Santa Fé do Sul, Santa Cruz, são cidades menores, com menos problemas, mas o prefeito de Belo Horizonte, o prefeito de Porto Alegre, nas capitais brasileiras é onde a concentração do problema vai se tornando cada vez mais grave. Eu tenho dito para o Márcio que, dentre todas as prioridades, nós precisamos pegar os grandes centros urbanos e ali a gente canalizar o maior esforço.



Porque se não resolver, numa cidade como São Paulo, aonde chegam 300 mil novos brasileiros por ano lá, ou seja, é uma cidade todo ano que se inclui, normalmente, nos lugares mais longínquos, nos lugares mais pobres e com menos saneamento básico.

Então, nós precisamos começar a priorizar o investimento, sem esquecer obviamente as cidades menores, mas priorizar os grandes centros urbanos porque houve uma concentração muito grande de gente. Houve, da parte dos governantes, um relaxo muito grande durante muito tempo e, então, ficou uma concentração muito grande de pessoas necessitando disso.

Por isso eu quero agradecer, Márcio, a você, agradecer aos prefeitos que apresentaram projetos, aos governadores e dizer o seguinte: gente, se tiver projeto, por favor, não guardem na gaveta porque o projeto, como diria o nosso companheiro Olívio Dutra quando era Ministro das Cidades: “um bom projeto é 80% do caminho andado; um mau pedido é, na verdade, retardar a vida da cidade”. Eu espero que quando eu visitar a cidade de vocês agora, eu já possa ver as máquinas trabalhando para a gente dizer que valeu a pena fazer esses convênios que foram feitos agora.

Muito obrigado e boa sorte para todos vocês.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante
vistoria às obras do trecho ferroviário Araguaína-Aguiarnópolis da
Ferrovia Norte-Sul**

Aguiarnópolis-TO, 23 de maio de 2006

O presidente Sarney não esqueceu o jeito com que ele se dirigia ao povo brasileiro quando era presidente, utilizando os brasileiros e brasileiras. Eu não vou deixar nunca de dizer companheiros e companheiras, sabendo que os companheiros e companheiras são os mesmos brasileiros e brasileiras que o Sarney costuma utilizar.

Meu caro governador Marcelo Miranda,

Meu caro ministro Paulo Sérgio de Oliveira, ministro dos Transportes,

Meu caro deputado César Halum, presidente da Assembléia Legislativa,
em nome de quem cumprimento todos os deputados estaduais,

Meus caros companheiros senadores que me apóiam no Congresso
Nacional, João Ribeiro e Leomar Quintanilha,

Meu caro deputado federal Osvaldo Reis,

Meus caros prefeitos Antonio Aires Maranhão, de Aguiarnópolis, e meu
caro Raul de Jesus Lustosa Filho, de Palmas. Falando o nome dos dois eu
quero cumprimentar todos os prefeitos das cidades vizinhas que vieram
participar deste ato,

Meu querido Demian Fiocca, presidente do BNDES,

Meu caro José Edmar Brito Miranda, secretário de Infra-Estrutura do
Tocantins, em nome de quem eu quero cumprimentar todos os secretários de
estado, todos os secretários municipais aqui presentes,

Meu caro José Francisco das Neves, diretor-presidente da Valec,

Meus queridos representantes do povo das cidades,

Vereadores,

Representantes dos empresários,



Meus caros companheiros do DNIT,
Jornalistas,
Amigos e amigas,

Eu vou esquecer um pouco o que está escrito no meu pronunciamento e vou contar uma história para vocês.

Quando eu perdi as eleições, em 1989, eu me dei conta de que alguém para ser candidato a presidente da República de um país do tamanho do Brasil precisaria, antes de tudo, ter a humildade e conhecer o tamanho da coisa que ele quer governar.

Eu estou dizendo isso porque foi exatamente a partir de 1992 que eu comecei a percorrer o Brasil de trem, de ônibus, de barco e de carro. Foram praticamente, presidente Sarney, 91 mil quilômetros andados em três anos; 91 mil quilômetros em que eu atravesssei, do Oiapoque ao Chuí, este país, percorrendo e conhecendo cidades, conhecendo acampamentos, conhecendo os nossos rios, a nossa riqueza, a nossa pobreza, até que chegou 2002. Por que eu comecei a contar essa história? Porque em 1987 eu era deputado constituinte, o deputado mais votado da história do Brasil. E eu cheguei lá, não conhecia o presidente Sarney, conhecia a história política que o tinha levado à Presidência da República, e chega lá o presidente Sarney e anuncia a construção da Ferrovia Norte-Sul.

Um dia desses, Sarney, eu estava conversando com o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, que foi constituinte junto comigo, e eu estava lembrando a eles quantos discursos nós fizemos contra a Ferrovia Norte-Sul, muitos discursos, Sarney. A gente dizia textualmente que a Ferrovia Norte Sul era uma ferrovia – naquele tempo não tinha a palavra “virtual” –era uma ferrovia que ligava nada a nada e somente depois que eu comecei a andar o Brasil, a conhecer a profundidade das diferenças do país, conhecer a profundidade das desigualdades regionais deste país é que eu me dei conta de quantas vezes nós cometemos injustiças contra pessoas, dizemos que não



gostamos de pessoas sem conhecer as pessoas, dizemos que gostamos sem conhecer, somos contra alguma coisa sem saber porque somos contra.

Hoje, eu estou aqui, porque depois de percorrer 91 mil quilômetros neste país, de estrada, de ferrovia e de barco, eu ganhei as eleições para presidente da República e, logo no primeiro ano, disse ao presidente Sarney: nós vamos retomar a Ferrovia Norte-Sul porque ela é extremamente importante para o processo de integração da riqueza deste país, para o processo de escoamento da produção da nossa riqueza e, sobretudo, ela é extremamente importante para desenvolver o Centro-Oeste brasileiro.

Mesmo assim, ainda tem gente que não compreende, ainda tem gente que deve estar zangada porque nós estamos aqui, Sarney, porque tem um tipo de político no Brasil que por mais experiência que ele tenha, por mais mandatos que tenha, por mais cargos que eles tenham exercido, eles estão sempre torcendo para que as coisas não dêem certo no Brasil, para ver se eles voltam. Vocês acompanham a política, vocês vêem televisão, vocês ouvem rádio, lêem jornal e vocês percebem claramente que há neste país um conjunto de pessoas que torce para o país não dar certo.

Quando eu criei o programa Bolsa Família, apareceram alguns dizendo o mesmo que diziam, Sarney, quando você criou o Programa do Leite, um dos mais extraordinários programas para combater a desnutrição neste país, que terminou depois que você saiu da Presidência e nós estamos retomando agora.

Neste país tem um tipo de político que não gosta de pobre, tem um tipo de político que não respeita os trabalhadores, que acha que a gente dar dinheiro para a pessoa comprar arroz e feijão para comer é assistencialismo. É assistencialismo para quem toma café de manhã, almoça e janta e ainda joga metade da comida fora, que sobrou. Mas, para quem vive a pobreza neste país sabe o que significa uma criança tomar um café com pão com manteiga, sabe o que significa uma criança tomar um copo de leite, sabe o que significa uma criança ir dormir com a sua barriga cheia. Quem vive fazendo política só na capital ou na universidade ou quem fica fazendo política só em Brasília, não tem dimensão do Brasil real que nós enfrentamos.



É muito fácil fazer críticas sentado numa sala com ar-refrigerado, é muito fácil. Eles poderiam sair andando pelo Brasil para ver o Brasil real, para ver o Brasil do povo brasileiro, e eles ficam incomodados porque sabem que as prefeituras brasileiras nunca tiveram tanto acesso a benefícios como têm em três anos do meu governo. Eles sabem porque o prefeito tinha que ir a Brasília mendigar um favor, tinha que se humilhar, gastar dinheiro naqueles hotéis, ficando três ou quatro dias, para conversar com um funcionário de quarto escalão do governo federal. Hoje, um prefeito chega no Palácio do Planalto, tem um gabinete para recebê-lo, chega na Caixa Econômica Federal, tem um gabinete para recebê-lo e não precisa fazer favor, porque o dinheiro da merenda escolar, o dinheiro do transporte vem direto para o prefeito, não tem atravessador e não tem intermediário.

Sarney, neste país, presidente da República não aceitava conversar com prefeito, aliás, os prefeitos eram atendidos, às vezes, com cachorros policiais. Nesses meus três anos, dos quatro anos de governo, em três teve Marcha e eu fui às três Marchas. Nunca perguntei se um prefeito era do PMDB, nunca perguntei se era do PT, nunca perguntei se era do PL, nunca perguntei se era do PSDB. A mim não interessava a que igreja ele pertencia, para que time torcia, a mim interessava saber que era prefeito de uma cidade e tinha responsabilidades.

Eu estou aqui hoje, na frente do povo de Tocantins, fazendo uma inauguração num trecho... na verdade não é inauguração, é visita a um trecho da ferrovia e nós vamos fazer, porque este país hoje tem auto-estima, este país hoje não é mais um paisinho onde o presidente da República tinha que mandar o seu ministro da Fazenda ao FMI pedir dinheiro emprestado para pagar as suas exportações. Agora, não precisa mais, agora, nós não devemos mais ao FMI, não devemos mais ao Clube de Paris e não devemos mais a ninguém. Nós agora somos donos do nosso nariz, nós agora dizemos e falamos o que queremos e fazemos aquilo que nós temos vontade.

É por isso que nós estamos aqui, visitando esta ferrovia, porque esta ferrovia é a espinha dorsal da integração do Centro-Oeste brasileiro com a



totalidade dos 8 milhões e meio de quilômetros quadrados deste país, e esta obra não pára mais, esta obra vai continuar porque a desgraça deste país sempre foi essa, um presidente começava uma obra, o outro vinha e parava porque tinha que começar a dele, um presidente tinha uma política de programa social, o outro chegava e parava porque tinha que ter a marca do presidente. Nós não precisamos de marca de presidente, nós precisamos é de marca de povo neste país, de homens e mulheres que constroem a riqueza deste país.

É por isso, meus companheiros e companheiras, que nós estamos dando um salto de qualidade extraordinário na questão da ferrovia brasileira. O que o nosso Ministro falou aqui são coisas extraordinárias. Ele falou até de outros estados, falou da Bahia, mas esse caso que ele contou da Bahia, do entorno lá de Cachoeira, às vezes os trens fazem manobra e atravancam o trânsito da cidade durante nove horas por dia. Então, é preciso alguém fazer. Esse trecho que ele disse, de São Francisco do Sul, é uma cidade pequena e que entope de caminhão. Então, nós temos que fazer. E fazer a Transnordestina. Algumas pessoas de alguns lugares do Sul do país... tem gente que acha que o Brasil é só a banda do Sul, eles não conhecem mais nada. Algumas pessoas já disseram para mim: “mas por que o Presidente vai gastar dinheiro numa Transnordestina?” Eu vou gastar dinheiro porque o povo nordestino é tão brasileiro quanto qualquer cidadão de qualquer parte deste país. E já cansamos de ver o Nordeste ser tratado como um lugar de segunda categoria, como um lugar que não tem jeito, e tem jeito.

Vamos ligar o porto de Suape ao porto de Pecém. Mais tarde vamos ligar a Paraíba e Rio Grande do Norte, e vamos ligar Eliseu Resende, no Tocantins. Tem lugar que já está desenvolvido, então pode ter uma rodovia ou uma ferrovia. Tem lugar que não está desenvolvido, é a ferrovia que vai desenvolver. Por onde vão passando esses trilhos, vocês vão ver, é como se fosse uma benção de Deus, atrás vai indo o desenvolvimento, atrás vão surgindo as vilas, vai surgindo o criador de gado, vai surgindo o plantador de soja, o plantador de feijão, o plantador de milho, e a gente vai vendo esse



Brasil crescer, para que os nossos filhos possam viver num país muito mais digno e muito mais decente do que aquele em que nós vivemos. E nós temos que pensar no futuro.

Estamos fazendo isso aqui, Sarney, no reconhecimento do acerto do seu projeto e estamos fazendo mais. O Marcelo sabe o quanto nós estamos investindo em educação aqui neste estado e no país, porque houve um tempo em que um presidente da República e um ministro diziam: “não posso fazer tal coisa na educação, porque eu vou gastar muito dinheiro”. Educação não é gasto, educação é investimento. Cada engenheiro que a gente formar, cada médico que a gente formar, cada assistente social que a gente formar, cada professor que a gente formar dá retorno imediato muito maior do que os empréstimos do BNDES dão, ou do Banco do Brasil, ou da Caixa Econômica Federal. Cada investimento que a gente fizer numa criança na escola ou num adolescente na universidade, cada centavo que a gente colocar lá, certamente será um centavo a menos que a gente vai precisar colocar numa cadeia, será um centavo a menos que a gente vai precisar colocar numa prisão.

Então, meus companheiros e companheiras, eu quero dizer para vocês da alegria... Esta semana, Sarney, foi uma semana cheia de alegria. Olhem, esta semana... depois eu vou falar de Serra Pelada. Esta semana foi uma semana maravilhosa. Na semana passada eu reuni o Conselho Nacional de Política Energética e a Petrobras anunciou ao Brasil: nós vamos utilizar óleo de oleaginosas, que pode ser soja, pode ser mamona, pode ser girassol, pode ser dendê, diretamente no petróleo e vamos fazer o refino direto para produzir biodiesel, sem o enxofre do atual óleo diesel, vamos produzir um diesel mais limpo. Isso vai garantir ao pequeno produtor que ele possa produzir, ao grande produtor que ele vai ter o preço garantido, e a gente vai poder regular com muito mais competência o preço das commodities neste país.

Uma outra revolução anunciada pela Petrobras é que nós vamos utilizar o álcool nas termelétricas para não precisar mais utilizar óleo diesel ou gás.

Uma terceira coisa que a Petrobras anunciou é que, até 2008, nós iremos ter explorado a mesma quantidade de gás que nós exploramos da



Bolívia. Portanto, o Brasil não vai depender de ninguém nessa questão energética e isso coloca o Brasil – prestem atenção os mais jovens no que eu estou falando – isso vai colocar o Brasil, nos próximos 20 ou 30 anos, como a maior potência energética do mundo. Eu, agora, posso confirmar por que Deus é brasileiro: porque tem país com extensão territorial maior do que a nossa, tem país com mais tecnologia do que a nossa, agora, nenhum país tem 8 milhões e meio de quilômetros quadrados, que a gente sabe da temperatura, que não tem furacão, que não tem terremoto... tem a seca, mas com um processo de irrigação a gente vai resolvendo o problema da seca, ninguém vai conseguir competir com o Brasil.

Eu estava dizendo outro dia que eu jamais imaginei viver para ver a gente dizer: vamos comprar um barril de petróleo, ah não, vamos comprar uma “saca de petróleo”, vamos plantar um “hectare de petróleo”, porque vai ser assim, daqui a alguns anos vai ser assim, ninguém vai conseguir competir com o nosso querido país.

Eu sei que tem gente que gostaria que nada disso estivesse acontecendo, tem gente que gostaria que a inflação estivesse a 30%, tem gente que gostaria que as exportações brasileiras não estivessem crescendo, tem gente que gostaria que o FMI estivesse todo dia na minha porta batendo, tem gente que gostaria que eu não tivesse aumentado o salário mínimo, tem gente que gostaria que o emprego não estivesse crescendo, que o salário não estivesse crescendo, mas para desgraça deles, tudo isso está acontecendo em nosso país.

Sarney, meu querido presidente Sarney, quando eu te convidei para vir aqui é porque de vez em quando este país precisa ter humildade e fazer justiça às pessoas. O Juscelino Kubitschek, que hoje é tido como o mais importante presidente da história do país, é uma pena que vocês todos não tivessem nascido para ver como é que foi o mandato do Juscelino Kubitschek. Ele era chamado de ladrão todo dia, ele era provocado todo santo dia e ele não perdia a calma. As ofensas que faziam a ele, fazem pior a mim.



Agora, quando a gente chega ao cargo de Presidente, a gente não tem que perder a tranqüilidade. Toda vez que eu fico aperreado lá dentro, eu fico pensando: deixa eu ir me encontrar com o povo porque o povo pensa outra coisa, o povo tem outra cabeça. Quando eu convidei o presidente Sarney para vir aqui, foi um gesto de reconhecimento a um homem que governou este país na dificuldade que governou, todo mundo sabe o que aconteceu com o Tancredo, o Sarney assumiu. Um homem que tinha um partido de 300 e poucos constituintes, mas uma parte tinha um pouco de mágoa porque ele não era originário do PMDB, e comeu o pão que o diabo amassou.

Uma coisa eu tenho tranqüilidade, Sarney: nunca o ofendi, nunca lhe fiz uma provocação com uma palavra que eu não pudesse dizer publicamente. E eu sei o quanto este homem foi ofendido, eu sei como ele foi atacado. Essa ferrovia mesmo foi muito atacada no Congresso Nacional e hoje a presença dele aqui é para dizer o seguinte: Sarney, apesar de tudo, valeu a pena você viver até o dia de hoje para ver a Vale do Rio Doce, para ver a nossa Ferrovia Norte-Sul no caminho que está.

Meus companheiros, muito obrigado, que Deus abençoe todos vocês.

Ah, Serra Pelada. Olhem, Serra Pelada, eu estava dizendo a alguns companheiros ali o seguinte: em dezembro, o ministro Silas queria que eu fosse a Serra Pelada para a gente fazer uma grande festa para a retomada do garimpo. E aí ele foi comunicado que tem um problema lá, tem uma disputa. Eu não sei quais são os grupos, mas me falaram que tem grupo não sei de quem, grupo do Curió e que as coisas estão meio complicadas. E o Presidente da República ficou impedido de ir, porque não houve o acerto final. Mas quero dizer para vocês que eu tenho todo o interesse de ir lá porque eu sei que ainda tem ouro lá, eu sei que novas tecnologias... a gente pode tirar ouro até de onde já foi tirado. E obviamente que se eu puder fazer alguma coisa para ajudar o povo a ganhar o pão de cada dia, podem ficar certos que eu vou fazer.

O que nós precisamos é encontrar um jeito de evitar os atritos entre os vários grupos em Serra Pelada, para que o Presidente da República possa ir lá assinar um acordo de paz e ver vocês com o bolso com um pouquinho mais de



ouro.

A hidrelétrica de Estreito. Companheiros, eu sei que de vez em quando a gente faz um discurso fácil, dizendo o seguinte: a hidrelétrica de Estreito não está pronta porque o Ibama não deixa, não está pronta porque o Meio Ambiente não deixa, não está pronta por isso ou por aquilo. Vejam, este país, graças a Deus, é regido por leis, então o Ibama cumpre aquilo que está... Nós temos a lei que protege o índio, nós temos a lei que protege o meio ambiente, nós temos a lei que protege os quilombos, ou seja, o que o Ibama está fazendo é apenas cuidar de cumprir a lei, e o que nós estamos tratando com carinho é fazer com que todos os problemas a gente possa resolver. Eu quero dizer para vocês: não tem nenhum brasileiro com mais vontade de que a gente possa construir as hidrelétricas que faltam do que eu, até porque eu não quero carregar nas minhas costas a marca do apagão que já carregaram antes de mim. E, para não ter apagão, tem que ter hidrelétrica. E hidrelétrica é a forma mais barata de produzir energia limpa. Agora, nós precisamos tomar cuidado. Mas podem ficar certos que vai sair.

Muito obrigado, gente.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com representantes do setor odontológico

Palácio do Planalto, 24 de maio de 2006

Vocês sabem que eu estou sem o discurso, por escrito, então significa que vai ser rápido, aqui.

Primeiro, eu queria, meu caro companheiro Agenor, ministro da Saúde,
Meu querido companheiro Humberto Costa, ex-ministro da Saúde,

Meus caros deputados Henrique Fontana, André Zacharow, Colombo e Geraldo Tadeu,

Meus caros prefeitos, Élcio Fiori de Godoy, da Instância Hidromineral de Lindóia; Valderéz Castelo Branco Martins, de Araguaína; José Mário de Faria, da Instância de Socorro; e Vanderlei Brolesi, de Monte Alegre do Sul,

Meu caro Gilberto Alfredo Pucca Júnior, coordenador da Saúde Bucal do Ministério da Saúde,

E meu caro Miguel Álvaro Santiago Nobre, presidente do Conselho Federal de Odontologia, por meio de quem eu quero cumprimentar todos os representantes das entidades aqui presentes,

Minhas amigas e meus amigos,

Ontem, por acaso, eu me lembrei de um fato, na inauguração de um trecho da Ferrovia Norte-Sul, lá em Tocantins, e eu voltei a 1989, quando disputei, pela primeira vez, a Presidência da República. Depois daquela eleição, eu descobri o quanto era difícil alguém governar o Brasil se não conhecesse o quanto era heterogênea a sociedade brasileira, na sua feição, mas, também, nas suas necessidades. Porque, muitas vezes, a gente pensa o Brasil de Brasília, a gente pensa o Brasil de São Paulo, a gente pensa o Brasil de Monte Alegre do Sul, ou pensa o Brasil de qualquer outro estado, ou seja,



cada um tem uma realidade, a somatória dessas realidades aumenta a dimensão dos problemas que nós temos que enfrentar.

E eu lembrava que era importante que tivesse acontecido, na minha vida, o que aconteceu, para poder percorrer este país, durante quase quatro anos, andando de ônibus, de trem, de barco, percorrendo 91 mil quilômetros.

Vocês estão lembrados que num passado muito distante, o Prestes resolveu fazer a Coluna Prestes e, depois de conhecer os problemas do Brasil, ele resolveu que tinha que virar comunista para resolver os problemas do Brasil. Eu resolvi virar Presidente da República para ver se era possível fazer aquilo que eu entendia que precisaria ser feito.

E também me lembrava do tempo em que eu era diretor-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – isso eu já contei para alguns, mas como eu nunca vi vocês todos juntos, vou contar outra vez, porque não sei se nós vamos nos encontrar este ano outra vez. Eu fui presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, e os metalúrgicos do ABC tinham 16 dentistas, e desde aquele tempo eu era indignado com o tratamento que a saúde bucal tinha no nosso país.

Os metalúrgicos, por exemplo, que eram uma categoria considerada de padrão médio, se levasse em conta o conjunto da classe trabalhadora brasileira, nós não tínhamos o direito de fazer tratamento de canal, porque era um tratamento caro, então o Sindicato não oferecia tratamento de canal. Naquele tempo, o Sindicato oferecia duas coisas, na verdade, obturação de um dente e extração. E tinha um hábito, até, que talvez muitos de vocês não acreditam, é que, quando se extraía um dente, naquele tempo se ganhava o dia, você não ia trabalhar e o dentista dava o atestado médico para você não perder o dia. E tinha pessoas que iam no dentista e nem discutiam o problema do dente, mandavam extrair o dente, por quê? Porque ele tinha faltado na segunda-feira, se ele perdesse, ele perderia logo a segunda e o domingo, ele



perderia dois dias. Então, ele falava: com tantos dentes que eu tenho na boca, o que significa tirar um e ganhar o dia? Era exatamente assim que acontecia.

Depois as empresas faziam convênios de assistência médica. E outra coisa que me incomodava era que nos convênios, as empresas conveniadas não se obrigavam a cuidar dos dentes. Tudo isso me incomodava, e muitas vezes brigamos com as empresas que prestavam assistência médica à Volkswagen, à Mercedes, à Ford, e a tantas outras, porque a boca não era considerada uma parte do corpo humano, quando se falava de saúde.

Mais para a frente, e foi essa uma das razões pelas quais eu disse ao companheiro Humberto Costa, na época, que era preciso fazer o maior esforço possível para que a gente colocasse o tratamento odontológico como uma questão de saúde pública no Brasil, era pelo fato de eu ter ido fazer um debate, há muito tempo atrás, num centro muito especializado em São Paulo, no Incor. E eu lembrei que, quando eu falei de inclusão do tratamento odontológico como saúde pública, as pessoas estranharam, ou seja, não era uma coisa comum. E as pessoas davam como normal o fato de que dentista é dentista, cuida de dentes, e saúde é outra coisa.

Depois eu tive um outro choque, meu caro Agenor, meu caro Humberto e meu caro Pucca, quando eu fui a Portugal. A primeira vez que fui a Portugal, em 1988, eu me deparei com uma realidade que eu não sabia que existia, ou seja, os dentistas em Portugal não faziam universidade de odontologia. Eles eram médicos, faziam um ano de aperfeiçoamento – não sei como é que chamam isso, de pós-graduação –, faziam medicina e, depois que faziam um ano, viravam dentistas. E os dentistas brasileiros que estavam lá, passaram a virar os “bambambans” no tratamento odontológico em Portugal, mas era proibido o dentista brasileiro trabalhar. Então, funcionava como se fosse “bagrinho”. O dentista brasileiro era contratado por um dentista português, não podia ser oficializado, portanto, ele trabalhava como trabalha um “bagrinho” no Porto de Santos, no Porto de Paranaguá ou no Porto de Belém, ou seja, ele era



chamado para prestar um serviço para o dentista português e ele não podia montar um consultório próprio. Eu me lembro que isso foi em 1988, eu me lembro que eu trouxe a demanda aqui para o Brasil, eu era deputado federal, conversamos na época com o Ministério da Saúde. Mas isso demorou para ser resolvido, é uma coisa impressionante a autodefesa das categorias, que aqui no Brasil também tem, é uma coisa que só muito debate vai resolver esse problema, porque é uma autodefesa, que eu acho, às vezes, desnecessária.

Pois bem, por que eu estou contando tudo isso? Porque esse conjunto de coisas que foram acontecendo na minha vida me permitiram enxergar que não era possível o Brasil ser justo, no tratamento da saúde do povo brasileiro, se um cidadão que estava com a unha encrava podia ir a um convênio médico e ser tratado, e tudo bem. E esse mesmo cidadão, que tinha uma dor de dente que incomodava mais que a unha encravada, não tinha o tratamento. E somente quem já teve dor de dente sabe o que é uma dor de dente. Eu quero dizer para vocês que eu penso que dor de dente é coisa de pobre, o dente do rico não chega a doer, ele trata antes. Ou ele cuidou do dente na infância, na adolescência, em algum momento ele cuidou do dente, porque ele não teve dor de dente. Ele nunca teve que mascar fumo, ele nunca teve que encher um algodão com álcool e enfiar no buraco do dente para parar a dor, ele nunca teve que ir em benzedeira para benzer o dente, e tantas outras coisas. Até criolina em dente o pobre coloca neste país, para evitar a dor de dente. Então, meu Deus do céu, se essa é a realidade do nosso país e, se andando pelo Brasil inteiro, nós encontrávamos – não eram pessoas de 80 anos, de 70 anos, de 50 anos, de 60, de 40 – eram meninos e meninas de 18, 19 anos, até menos, às vezes, sem poder sorrir. Quando sorriam, colocavam a mão na frente da boca para ninguém ver que não tinham mais dentes. Enquanto vai perdendo os dentes de trás, não tem problema. Mas quando começa a perder os da frente, as pessoas vão deixando de ser o que são porque não podem



mais sorrir, não podem mais conversar. Imaginem isso em uma menina de 20 anos, imaginem um jovem de 19 anos perder um dente da frente.

Então, isso foi me incomodando até que eu virei presidente da República e falei: Humberto, nós temos que resolver este problema. Nós temos que resolver, custe o que custar, não vamos ficar discutindo preço, não vamos ficar discutindo se é caro. Eu ia a Cuba, Cuba é um país mais pobre do que o Brasil e as crianças mais pobres de Cuba podiam colocar aqueles aparelhos que vocês chamam ortodontia, para corrigir os dentes. E por que uma criança pobre no Brasil não pode? Por que é uma coisa de classe média, até chique, às vezes? Coloca aquele monte de ferrinhos na boca e fica, às vezes, até mostrando que aquilo não é todo mundo que pode pôr. Isso é como o celular, no começo do celular, ter um celular era moda, as pessoas ainda hoje andam com ele na mão, parece um bem material chique demais.

Eu disse: é possível a gente fazer isso. Foi quando fomos a Sobral inaugurar o primeiro CEO. As coisas já podiam ter avançado mais. É que nem sempre o prefeito entende em um primeiro momento, às vezes ele acha que custa um pouco de dinheiro para ele e não quer fazer. Nós tentamos, desde o começo, já faz dois anos, dar um kit, em que a gente pudesse dar uma escova, dar uma pasta para as crianças mais pobres. Isso está uma guerra há dois anos: licitação, proibição, licitação, proibição. Tem sempre um recurso, tem sempre um processo. Parece que, no Brasil, há um tipo de gente que não gosta que se cuide de pobre. Há uma coisa maluca. Tudo o que você vai fazer é mais difícil, tudo o que você vai fazer é complicado porque tem sempre alguém tentando atrapalhar. E nós sabemos que tem ainda muita gente, neste país, que não tem uma escova de dentes, e muito menos pasta. Eu não sei se vocês sabem, mas ainda em muitos lugares do Brasil, as pessoas escovam os dentes com o dedo e com carvão. Em muitos lugares deste país. Porque tudo o que a gente tenta fazer é sempre complicado. Posso dizer para vocês que



fazer a coisa para os ricos é muito mais fácil do que fazer para os pobres. Essa é a estrutura do Estado brasileiro, essa é a cultura do Estado brasileiro.

E também me incomodava muito, meninos de 23, 24 anos de idade, que conseguiam fazer um curso de Odontologia, que era caro. Não eram todos os jovens que podiam fazer um curso de Odontologia. E aí, quando ele tirava o seu diploma, ele não tinha onde trabalhar. Ele trabalhava com a ilusão de que poderia montar um consultório, porque todo mundo pensa assim: “eu vou me formar médico, vou me formar dentista, vou me formar advogado, vou me formar psicólogo e vou montar um consultório, e vou ganhar muito dinheiro”. Só que ele não sabe que, para ganhar dinheiro, ele tem que ser bom, primeiro, precisa ser conhecido. As pessoas têm que ter dinheiro. Ele precisa fazer, como é que chama aí? Uma clientela, aí é que começa a dar dinheiro. E quantos jovens eu vi montarem consultório e três meses depois, Agenor, fecharem, porque chegava um pobre lá para fazer uma obturação, eles pediam, na época, eu não sei, 50 cruzados, 60, 70 cruzados, sei lá o que que era, e o cara, simplesmente, não tinha. Não tinha, e ele falava: “bom, se eu vou obter esse dente, custa tanto, para arrancar quanto é que custa?”. Era só pegar o boticão e “meter brasa” ali, e tirava.

Ou seja, então, meus companheiros dentistas do Brasil, eu fico feliz, porque o Agenor, o Saraiva e o Humberto Costa demonstraram que é possível aquilo que parecia impossível, porque todo mundo acha muito difícil: “Não dá, isso é difícil, vamos deixar isso para lá, isso é complicado”. Quando um prefeito não quer, em vez de desanimar, nós temos que testá-lo mais uma vez, nós temos que pressioná-lo, até que a gente consiga convencer que muitas cidades podem fazer parceria com o governo federal e colocar um Centro de Tratamento Odontológico.

Vocês sabem que neste país, em muitos lugares do interior, as pessoas distribuíam dentadura em época de eleição. A gente contando isso, parece piada. Para um companheiro da imprensa de Brasília, ou de São Paulo, ou



para um cidadão de classe média que nasceu no centro do Rio de Janeiro, ele pensa que é piada a gente falar isso, mas é a pura realidade do nosso país. E a gente não pode combater isso apenas fazendo discurso, a gente combate isso fazendo políticas públicas inclusivas.

E eu acho que o Programa Saúde Bucal, denominado por esses meninos de Brasil Sorridente, já tem o reconhecimento de todos os dentistas brasileiros, já tem o reconhecimento de uma parte das pessoas que freqüentam os ambulatórios, porque é tudo bonitinho, tudo novo, tudo limpo, moças e rapazes todos muito alegres, tudo muito bonito, tendo um emprego garantido.

Mas, logo, logo, isso será de conhecimento de toda a sociedade brasileira. Aí, as pessoas vão perceber que tinha dinheiro... porque, também, as pessoas pensam que o que nós estamos fazendo é para pobre. As pessoas falam: “meu marido ganha 4 mil reais, como é que eu vou num dentista num CEO, como é que eu vou num Centro de Tratamento Bucal, essa coisa pública?”. Aí, quando ele entra lá, percebe: “Se eu não fosse ignorante, eu deveria ter vindo antes, não teria tido que arrancar meus dentes ou fazer uma obturação mais grave”.

Então, eu quero dizer para vocês que eu fico extremamente feliz pelo sucesso que nós alcançamos até agora. Eu sempre fico pensando que a gente poderia ter conseguido um pouco mais. Mas também a gente não pode ficar sempre exigindo a perfeição, se a gente errar menos do que a média já está contemplado o nosso desejo.

Nós vamos trabalhar, ainda temos tempo, podemos chegar aos 500 Centros. Mas o meu sonho é que a gente crie uma coisa tão forte na consciência da sociedade, mas tão forte, que quem quer que seja que governe este país, daqui a 20 ou 30 anos, saiba que é importante emprestar dinheiro para a empresa vir para cá, saiba que é importante dar dinheiro para o Ministério do Meio Ambiente, para o Ministério da Saúde, para fazer cirurgia, para comprar equipamento, para fazer reforma agrária, mas não esqueça



nunca que o tratamento da boca das pessoas é tão importante quanto cuidar da alma das pessoas, porque as pessoas serão muito mais alegres, a auto-estima será muito maior, e só quem não passou por isso é que não sabe.

Meus parabéns a todos vocês, de coração. Parabéns pelo sucesso até agora, certo de que o sucesso, no final do ano, será muito maior; daqui a dois anos muito maior, daqui a quatro anos muito maior. E eu penso que quem ganha com isso não é o governo, não é um dentista apenas, não é um funcionário, quem ganha com isso são 180 milhões de brasileiros que estão sendo tratados com decência e dignidade.

Muito obrigado e boa sorte.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião
do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea**

Palácio do Planalto, 24 de maio de 2006

Meu querido companheiro Patrus Ananias, ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,

Meu querido Chico Menezes, presidente Nacional do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional,

Meu caro dom Mauro Morelli, presidente dos Consea's de São Paulo e Minas Gerais,

Meus queridos companheiros e companheiras, conselheiros do Consea,
Minha querida Conceição Maria Tutuca, representante da sociedade civil neste encontro, lá de Barbacena, das Minas Gerais,

Meus amigos, minhas amigas, minhas queridas crianças do Projeto Sabiá,

Bem, eu não participei do Encontro, portanto não sei tudo o que vocês discutiram. Houve uma coisa... eu queria dizer que vocês têm contribuído para que a gente reedifique a classe política brasileira, reedifique os governantes brasileiros e reedifique, por que não dizer, todos nós, a compreender que o que estamos tentando fazer, e sabemos que ainda falta muito a ser feito, é dizer que este país tem uma maioria de homens, mulheres e crianças que precisam ser assistidos pelo Estado brasileiro, e que, portanto, nós precisamos abolir a palavra gasto quando se trata de dar educação, de dar saúde e de dar alimento a esse povo.

Na outra ponta, quando se investem bilhões e bilhões e não dá certo, simplesmente se fala "investimentos não bem-sucedidos". Mas quantas vezes e quantas vezes nós fomos tripudiados porque ousamos, um dia, falar que



neste país tinha fome e que era possível acabar com a fome neste país? Quantas e quantas vezes disseram “puxa vida, por que é que não constrói estradas? Por que é que não faz um outro investimento que gere empregos, ao invés de ficar fazendo assistencialismo para cuidar de pobre?” E nós persistimos, persistimos, e não foi uma persistência fácil. Críticas e mais críticas, pessoas que desacreditavam, pessoas que não queriam entender o que estava acontecendo no Brasil. Passados 40 e poucos meses de governo, sem precisar ninguém pedir desculpas a ninguém, sem precisar ninguém fazer nenhuma grande defesa pela imprensa brasileira, o povo começou a se dar conta de que alguma coisa diferente estava acontecendo na vida dele. E começou a perceber que estava entrando um pouco mais de comida na sua casa, começou a perceber que aquelas coisas que eram inatingíveis, há pouco tempo, estavam ficando mais próximas dele.

E já estamos perto das 11 milhões e 400 mil famílias que nos propusemos, Patrus. Tem muita gente que está torcendo para que a gente chegue a 11 mil 399... 11 milhões, para dizer “não atingiram”. E eu gostaria de não atingir, porque certamente o número de pobres está caindo neste país, e o PNAD demonstra que 3 milhões de pessoas saíram do nível que estava colocado abaixo do nível da pobreza. Este mês, agora, Chico, só no mês de abril, 230 mil novos empregos com carteira assinada, 500 mil no primeiro quadrimestre, o maior quadrimestre desde 1992. E as coisas estão acontecendo porque nós sofremos para fazer acontecer. Não foram poucos os desaforos, porque não dizer, Patrus, quando te convidei para ser ministro, não foram poucas as vezes que você falou: “puxa, vida, eu estava tão bem como deputado federal, a minha obrigação lá era fazer um discurso, de vez em quando, metendo o pau na política econômica, e agora o Lula me chama para esse pepino aqui, e agora eu tenho que saber...” Eu ligava para o Patrus, eu via um programa à meia noite, eu ligava para o Patrus: “Patrus, você viu televisão? Você não viu, então procura ver, você tem que responder isso. Você



viu tal matéria no jornal? Patrus, tem que responder. Patrus, você viu o programa de rádio? Patrus, tem que responder, a gente não pode deixar nada passar”. E hoje o Patrus está com a cara boa, alegre. O quanto o nosso companheiro Graziano foi tripudiado e achincalhado...

Bem, o que nós estamos colhendo hoje da fisionomia de vocês é o resultado da perseverança, é o resultado de um grupo de seres humanos que não desiste nunca, que acredita no que está fazendo. Eu disse ao Patrus, hoje, que ele tem que ir a Araguaína. Ontem, em Araguaína, eu me deparei, no aeroporto, com a Prefeita e com umas 200 crianças, de 1.200 que estão no Peti, que você precisa ver. Na cidade de Ceres, eu encontrei uma menina de 10 anos do Peti, que só pelo fato daquela menina existir, com o grau de inteligência que ela tem, e uma criança que está há dois anos por conta do Peti, Patrus, eu acho que vale a pena acreditar que o pouco dinheiro que a gente dá para os pobres faz diferença na economia brasileira, faz diferença no desenvolvimento deste país.

Muita gente não tem noção das coisas, e eu mesmo aprendi muito viajando o Brasil, e muitas vezes a pessoa não dá valor. No programa Luz para Todos tem uma cena, no mínimo, antológica. Ao inaugurarmos o Luz para Todos numa casa, o marido contava que a mulher passou várias horas apertando a tomada e desligava, apertava e desligava. E ele ficou incomodado, primeiro porque podia queimar a lâmpada. Segundo, por aquele exagero. E ele perguntou para a mulher: “porque você fica acendendo e apagando a luz?” E a mulher falou: “pela primeira vez eu estou vendo a fisionomia do meu filho dormindo.”

Para quem já nasceu numa cidade que tem luz elétrica, isso não tem nenhum valor, como não tem nenhum valor você dar um dinheiro para a pessoa comprar o arroz e o feijão de cada dia para quem pode comer, tomar café, almoçar e jantar. Para esses, tudo que a gente fizer para os pobres é assistencialismo. Querer que pobre da periferia faça universidade, é um



exagero neste país; voltar a abrir escolas técnicas neste país é um exagero, porque não era para ter mais. Vejam uma coisa: a USP e a Unicamp e todo o sistema universitário público no estado de São Paulo têm 98 mil vagas. Só o ProUni, em São Paulo, em 14 meses, colocou 64 mil jovens na universidade brasileira, dos quais 40% afrodescendentes. E agora, no segundo semestre, vão entrar mais 47 mil jovens.

Então, quando eu resolvi tomar a decisão de abrir universidades neste país, e por que eu dizia que eu poderia fazer mais do que alguns? É porque eu tinha dentro de mim o sentimento daqueles que não tiveram a oportunidade, o sentimento daqueles que gostariam de ter feito e, no momento em que gostavam, não puderam fazer, e depois não tinham mais como fazer. Mas nós vamos terminar o ano, Patrus, com quatro universidades federais novas, seis faculdades transformadas em universidades e 42 extensões universitárias neste país.

Da mesma forma que nós aumentamos para nove anos o tempo de permanência das crianças nas escolas para tornar mais equânimes as crianças brasileiras, mais iguais, porque apenas uma parte da sociedade da classe média brasileira é que podia pagar uma pré-escola para o seu filho. A outra parte, as crianças entravam com sete anos. Então, quando entrava com sete anos, uma já estava alfabetizada, já conhecia um lápis, já conhecia um caderno, uma borracha, uma régua, a outra entrava analfabeta. Então diziam “aquela é mais burra do que aquela”. Não, apenas uma tinha tido mais oportunidade do que a outra. E o que nós fizemos foi estender a oportunidade para todos, para cumprir o direito constitucional de que todos têm que ser tratados igualmente perante a lei neste país.

E quando vocês fazem este encontro, em Brasília, e me entregam um documento, reconhecendo algumas coisas importantes e, possivelmente, notando que ainda falta fazer outras, eu digo sempre para vocês: se tem uma pessoa neste país de quem vocês nunca devem temer cobrar alguma coisa, é



de mim, porque eu sou o que sou porque aprendi a cobrar aquilo que eu tinha direito, aquilo que as pessoas tinham direito.

Às vezes quando vocês cobrarem, se eu estiver de cara feia, não pensem que estou zangado, não, porque a maior dívida e o maior legado que um governo pode deixar para o seu povo é a mudança da relação, é a mudança do patamar da relação entre o Estado e a sociedade, entre o governo e seu povo. E nós precisamos fazer essa coisa tão entrelaçada, essa coisa tão fortemente enraizada que quem quer que seja, daqui a 15 ou 20 anos, que governe este país, terá que lidar com uma sociedade brasileira organizada, terá que lidar com uma sociedade brasileira fazendo as suas conferências nacionais e cobrando, porque alguns têm direito de cobrar na Justiça, outros têm direito de cobrar na televisão, no rádio e no jornal, outros têm direito de cobrar em jantares e mais jantares de que participam.

Mas vocês só têm o direito de cobrar se organizando e mostrando força. Se ainda não acumularam toda força que precisam para cobrar mais deste companheiro que vos fala, eu posso dizer para vocês: cobrem, porque nós andaremos muito mais rápido, faremos muito mais e seremos muito mais precisos se formos cobrados. Se eu, o Chico Menezes e o Patrus sairmos daqui achando que está tudo bem, na próxima conferência vamos tomar muito cacete, porque as coisas não estavam tão bem como vocês disseram e como nós acreditamos. Então, é sempre importante a gente dizer: as coisas estão indo bem, podem andar muito melhor e podem ficar boas se a gente não descansar nunca, se a gente não parar nunca.

Portanto, meu caro Chico... O Chico sabe que quando foi aumentar o dinheiro da merenda escolar de 13 para 18 centavos eu não quis participar, porque eu achava uma vergonha aumentar 6 centavos. Foi um trabalho imenso para ele me convencer que era uma grande coisa, que estava congelada há mais de 10 anos, a 13 centavos, quando o dólar era um por um, era 13 *cents* de dólar. Chique! E agora que eu fui aumentar para 22 centavos, ele falou:



“isso é um sucesso extraordinário”. Eu não tinha dimensão. De qualquer forma, ainda é pouco, e nós precisamos sempre colocar mais, porque eu acho que quanto mais comerem, mais as nossas crianças vão ser inteligentes, mais as nossas crianças vão deixar de ser bandidas. E cada centavo que a gente colocar nessa política social, será um centavo a menos que nós iremos precisar colocar nas cadeias deste país, porque fica muito mais caro.

Portanto, meus parabéns a vocês, que Deus abençoe, e até a próxima Conferência.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante
brinde em homenagem ao presidente da França, Jacques Chirac, em
jantar no Palácio do Itamaraty**

Brasília, 25 de maio de 2006

Excelentíssimo senhor Jacques Chirac, presidente da República
Francesa,

Senador Renan Calheiros, presidente do Senado Federal,

Deputado Aldo Rebelo, presidente da Câmara dos Deputados,

Meus companheiros ministros Celso Amorim e sua esposa Ana, Furlan e
sua esposa Ana,

Demais ministros,

Governador do estado do Amapá,

Ministros da França,

Ministros do Brasil,

Meus amigos e minhas amigas,

Eu combinei com o meu amigo Jacques – ele não quer que eu o chame
de presidente Chirac – que não iríamos fazer discursos, porque já
conversamos muito sobre negócios. Mas eu não poderia deixar de dizer ao
presidente Chirac e ao meu amigo Jacques, o carinho que nós, brasileiros,
temos pela França. Muitos companheiros do meu governo já viveram na
França, já estudaram na França. A Revolução Francesa é um marco na história
da humanidade, é o símbolo da conquista da democracia nesses tempos de
sociedade moderna e, sobretudo, a deferência e o carinho com que fomos
recebido na França no ano passado, quando participamos das comemorações
da Independência e do ano do Brasil na França.



Naquela oportunidade, eu fiz um discurso na Casa do Governo Francês, quando participávamos de uma atividade que tinha muita gente. Naquele dia, eu descobri que a relação de governo para governo e de Estado para Estado não tem compromisso ideológico. E que quando um Estado se relaciona com outro Estado o que vale, na verdade, é o tratamento entre as duas Nações, os compromissos entre as duas Nações. Eu, que visito a França há muito tempo, desde 1980, quando era dirigente sindical, tive, no tratamento do presidente Chirac, o tratamento de uma pessoa diferenciada, de uma pessoa que sabia, antes de tudo, exercer o papel de chefe de Estado e dar um tratamento a uma pessoa que ele nem conhecia, que certamente ele sabia que era sindicalista, portanto, de uma origem diferenciada, como poucas vezes eu recebi esse tratamento em qualquer momento da minha vida na Presidência da República.

A vinda do presidente Chirac ao Brasil, eu fiz questão de recebê-lo na minha casa. Não no Palácio de Governo, mas na morada do Presidente da República, para dizer ao presidente Chirac que a relação do Brasil com a França é uma relação muito forte, não apenas na questão comercial, mas na questão política e na questão cultural, onde a França tem muito a ensinar ao Brasil, o Brasil tem muito a aprender com a França e também ensinar um pouco dos nossos 500 anos de história, mas, sobretudo, eu quis demonstrar ao presidente Chirac, o respeito, o carinho e a amizade pessoal que eu tenho por ele e que eu tenho pela França.

França e Brasil podem fazer muito mais, nós somos gratos por toda a compreensão que a França tem do papel do Brasil no mundo, e essa amizade só tende a crescer. O Brasil deseja ter uma participação na política mundial mais exitosa. Temos consciência da nossa importância na América do Sul, temos consciência do papel que podemos exercer no mundo com muita humildade, mas, ao mesmo tempo, com muita altivez.

Eu digo sempre, aqui no Brasil, que sou filho de uma mãe analfabeta, de pai analfabeto, que nasceram e morreram analfabetos. Meu pai se dava ao



luxo de comprar jornal todo dia e ir trabalhar fingindo que estava lendo o jornal, mas não sabia diferenciar uma única letra do jornal, mas comprava o jornal todo dia. Foi desse casal e, sobretudo da minha mãe, que eu aprendi a grande lição: andar de cabeça erguida, respeitar-se para ser respeitado. E durante muito tempo, essa imensa Nação chamada Brasil não se respeitou. Muitas vezes já íamos para uma reunião como se fôssemos cidadãos de segunda classe, e foi o presidente Chirac que me deu a primeira chance.

Eu tinha alguns dias de governo quando fui convidado para ir a Evian. Foi o meu primeiro encontro com os mitos da política mundial. Estavam lá o Koizume, Jacques, Bush, Tony Blair, Hu Jintao, o presidente Fox, o presidente da Índia, da época. E eu me perguntava o que um metalúrgico fazia no meio de tanta gente importante. Aí, eu me dei conta de que eu era tão importante quanto aqueles mitos, de que eu também era presidente de um país não menor do que nenhum que estava lá. E comecei a me sentir mais igual, venci mais preconceitos e passei a perceber que o Brasil poderia ser mais respeitado no mundo, que o presidente do Brasil poderia ser mais respeitado no mundo, e que os funcionários do Brasil que viajassem o mundo deveriam se fazer respeitar.

Ainda recentemente eu participei do Dia do Diplomata. E disse aos jovens diplomatas brasileiros: se vocês querem ser respeitados, respeitem-se, porque nenhum interlocutor respeita quem não se respeita. Andar de cabeça erguida é uma conquista que eu aprendi de uma mãe analfabeta, que é o maior legado que o ser humano pode receber. E foi numa reunião em Evian que eu aprendi que o Brasil não era menor do que ninguém, mas também não era melhor, de que nós éramos iguais, cada um representando a sua Nação, cada um representando o seu povo, cada um vivendo os seus problemas.

Por isso, a vinda do presidente Chirac ao Brasil é muito importante. É uma visita que marca as visitas de tantos chefes de Estado que recebemos aqui, nesses 43 meses de governo. Portanto, eu sou muito grato à relação da



França com o Brasil, ao tratamento especial que os franceses dão ao Brasil, ao tratamento carinhoso e generoso do presidente Chirac. Só não gostei do beijo que ele deu na mão da Marisa, porque não trouxe a sua esposa aqui para que eu retribuísse o beijo.

Mas de qualquer forma, presidente Chirac, fique certo de que o respeito e o carinho que nós, brasileiros, temos pela França, e o respeito e o carinho pessoal que eu tenho por Vossa Excelência merecem que eu possa convidá-los, de pé, a fazer um brinde ao presidente Chirac e ao povo francês.

Muito obrigado.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita ao Brasil do Presidente da França, Jacques Chirac

Palácio da Alvorada, 25 de maio de 2006

Excelentíssimo senhor Jacques Chirac, presidente da República Francesa,

Senhoras e senhores ministros de Estado integrantes da comitiva da França e do Brasil,

Senhores e senhoras jornalistas,

Amigos brasileiros e amigos franceses,

A visita do Presidente Chirac é oportunidade para consolidar uma parceria privilegiada que foi lançada durante minha visita a Paris, em julho de 2005. É uma oportunidade para retomarmos e aprofundarmos assuntos da pauta bilateral, bem como de alcance regional e internacional.

Temos tido na França um importante aliado no encaminhamento de questões internacionais cruciais. Sabemos que somente um mundo multipolar, com instituições multilaterais renovadas, pode fazer frente aos desafios do mundo contemporâneo. Queremos um mundo mais democrático, baseado no diálogo e na cooperação internacional. Acreditamos que a construção de um mundo mais justo e estável passa pela prioridade das questões sociais.

Temos visões convergentes em temas como a reforma da ONU. O Brasil acredita que a França, pelos seus laços históricos e humanos, pode desempenhar papel importante na reconstrução econômica e social da Nação haitiana.

Em Genebra lançamos, em 2004, junto com o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, e o presidente Lagos, do Chile, a Ação Internacional contra a Fome e a Pobreza, à qual se associaram posteriormente numerosos chefes de



Estado e de governo.

Estamos trabalhando com outros países na adoção de uma contribuição solidária sobre passagens aéreas internacionais. Com os recursos arrecadados, lançaremos uma Central Internacional de Compra de Medicamentos, para tornar mais acessíveis medicamentos contra a Aids, malária e tuberculose, as três doenças que mais afetam os países pobres.

Nossa parceria é exemplo de como países desenvolvidos e em desenvolvimento podem trabalhar juntos em favor das nações mais pobres. Esse esquema de cooperação tem se beneficiado das reuniões do G-8 ampliado, com a participação de países emergentes, iniciativa pioneira tomada pelo governo francês na Cúpula de Evian, em 2003.

Quero agradecer, mais uma vez, o apoio da França ao ingresso do Brasil a uma vaga permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Estamos estabelecendo um mecanismo de consultas políticas reforçado, com reuniões regulares de alto nível. Nossa parceria ganhou impulso com a criação de grupos de trabalho sobre temas estratégicos, com conteúdo de alta tecnologia, tais como energia renovável, defesa, inovação tecnológica, energia nuclear e tecnologias espaciais.

Estamos adotando hoje uma declaração conjunta que expressa o interesse da França em associar-se ao Brasil para desenvolver o mercado internacional de etanol e disseminar tecnologias para a produção de biocombustíveis em países da África e do Caribe. Vamos apresentar conjuntamente essa proposta na próxima reunião do G-8.

Nosso comércio bilateral mais do que dobrou nos últimos 10 anos. Nos últimos 3 anos, cresceu mais de 60%, ultrapassando 5 bilhões de dólares, em 2005. A França é hoje o quarto maior investidor estrangeiro no Brasil. Queremos que volte a ocupar posição de muito mais destaque. Também temos interesse em trabalhar juntos por um acordo entre o Mercosul e a União Européia. Queremos encontrar um denominador comum, justo e equilibrado,



que permita um resultado ambicioso na rodada de Doha, em benefício sobretudo de países mais pobres, e que fortaleça o multilateralismo.

Assinamos, em 2005, um acordo para a construção da ponte sobre o rio Oiapoque, que ligará o Amapá à Guiana. O acordo já foi aprovado pelo Congresso Nacional brasileiro. E sei que contaremos com o apoio do presidente Chirac para sua pronta aprovação pelo legislativo francês. Será uma ponte que ajudará a estreitar a cooperação na região fronteira e a reforçar a integração física de toda a América do Sul.

Para melhorar ainda mais nosso diálogo, estamos adotando iniciativas para estimular o ensino do português na França e do francês no Brasil, bem como o intercâmbio acadêmico. Também queremos intensificar nossa cooperação em temas ligados à defesa, que vão desde pesquisa e desenvolvimento, treinamento conjunto, intercâmbio de instrutores e cooperação em pesquisa e desenvolvimento.

Um bom exemplo dessa cooperação é a implantação de uma fábrica, em São José dos Campos, para produzir fuselagens de helicópteros para a comercialização em nível mundial. Para coroar a aproximação entre nossos dois países e, sobretudo, entre brasileiros e franceses, estamos anunciando a realização, em 2009, do “Ano da França no Brasil”. Estou certo de que, assim como o “Ano do Brasil na França”, superará todas as expectativas.

Também não colocamos no protocolo, porque não era possível colocar, a intenção de que o Brasil e a França façam a final da Copa do Mundo de 2006, e como a França ganhou em 1998, que agora é a vez do Brasil ganhar, em 2006. O presidente Chirac não se colocou muito de acordo, disse que ia pensar e vamos aguardar o resultado.

Muito obrigado.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso

Palácio do Itamaraty, 31 de maio de 2006

Durão Barroso, presidente da Comissão Europeia,
Senhores integrantes das delegações da Comissão Europeia e do Brasil,
Meus amigos e minhas amigas.

É uma satisfação muito especial poder receber novamente no Brasil o meu amigo, presidente Durão Barroso, agora como Presidente da Comissão Europeia.

Nos últimos anos, o Brasil e a União Europeia vêm aprofundando o diálogo e a cooperação nos campos político, econômico e da ciência e tecnologia. Temos sólida base de valores comuns: o compromisso com a democracia, o respeito aos direitos humanos, o desenvolvimento com justiça social e a primazia do multilateralismo.

Na reunião de trabalho com o presidente Durão Barroso, passamos em revista a cooperação bilateral e discutimos a criação de mecanismos de diálogo. Estamos decididos a reforçar nossa parceria em matéria social, em ciência e tecnologia, turismo, segurança energética, meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Coincidimos que as energias renováveis, por sua importância econômica e ambiental, devem merecer nossa especial atenção. O Brasil recebeu com entusiasmo a proposta europeia de um diálogo reforçado sobre biocombustíveis. Estamos prontos para intercambiar experiências, cooperar no desenvolvimento de tecnologias e promover a utilização mundial dos combustíveis renováveis. Queremos, também, avançar em programas de



cooperação triangular, em benefício dos países da África e do Caribe.

Recebemos com satisfação o convite europeu para participar do Programa Galileo, de navegação por satélite, e do ITER, para a construção de um reator a fusão nuclear na produção de energia.

O Brasil acompanha com grande interesse o Programa-Quadro de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da União Europeia para o período de 2007 a 2013. Queremos desenvolver um trabalho conjunto nas áreas de saúde, alimentação, biotecnologia e nanotecnologia, entre outras.

Meu caro Presidente,

A União Europeia é um dos mais importantes parceiros comerciais do Brasil. Em 2005, exportamos 27 bilhões de dólares para o mercado europeu. Isso representa 22% de todas as nossas exportações. E importamos cerca de 18 bilhões de dólares, cerca de 25% das compras externas brasileiras.

Contamos com um estoque de investimentos europeus no Brasil da ordem de 150 bilhões de dólares. O Brasil reúne hoje todas as condições para atrair uma nova leva de inversões produtivas. Os esforços de ampliação e modernização de nossa indústria e da infra-estrutura abrem grandes e novas oportunidades de negócios.

Trocamos idéias sobre o processo de integração da América do Sul e da Europa. Disse ao meu amigo Durão Barroso que, apesar das vicissitudes e assimetrias, e a despeito do ceticismo de alguns, estamos construindo um espaço econômico integrado, que oferece um horizonte ampliado para o comércio e a cooperação.

Nossa região tem acompanhado com interesse a evolução da Europa no caminho da integração, seus avanços e também ocasionais recuos. A persistência e a visão de futuro que têm tido os seus líderes, em todos os momentos, mesmo os mais difíceis, servem de inspiração ao Mercosul e à Comunidade Sul-Americana de Nações.

O Brasil segue empenhado na conclusão exitosa das negociações do



Acordo de Associação entre o Mercosul e a União Européia. Tenho certeza de que, com pragmatismo e realismo, chegaremos a um acordo ambicioso e equilibrado até o final deste ano.

Como indiquei ao presidente Durão Barroso, este acordo tem significado econômico e estratégico para o futuro do Mercosul e para as relações entre os dois dos maiores blocos econômicos do mundo.

Mas agora nossas atenções têm que se concentrar prioritariamente na OMC. A Rodada de Doha constitui oportunidade ímpar para tornar o comércio internacional um instrumento eficaz para o desenvolvimento. Somente com um comércio verdadeiramente livre de barreiras e subsídios distorcivos poderemos integrar milhões de seres humanos à economia mundial.

É fundamental que cada um faça a sua parte, proporcionalmente às suas capacidades. O Brasil está fazendo a sua. Mas os maiores gestos têm que vir sempre dos países ricos. O acesso aos mercados agrícolas é muito importante, mas ainda mais fundamental é a eliminação das distorções causadas pelos subsídios agrícolas.

Sabemos que o sucesso das negociações comerciais é crucial para o fortalecimento da governança global e para o desenvolvimento dos países mais pobres. O que está em jogo, em última análise, é o futuro do multilateralismo. Por isso, tenho insistido que os líderes políticos assumam plenamente suas responsabilidades neste processo. Disse ao meu amigo Durão Barroso que a reunião do G-8 é, possivelmente, a última chance de acordarmos as linhas gerais de um pacote ambicioso e equilibrado. O envolvimento dos líderes tem que dar impulso às negociações.

Meu caro amigo presidente Durão Barroso,

As relações entre o Brasil e a União Européia demonstram um nível excepcional de maturidade e dinamismo. Estamos agora trabalhando para que elas venham a atingir a condição de “parceria estratégica”. Certamente, esta visita é a melhor expressão do interesse mútuo em alcançar um patamar



superior de interação e coordenação entre a União Européia, Brasil, Mercosul e América do Sul.

Muito obrigado.